

TAMARA MELO DE OLIVEIRA

**CONVENÇÃO OU CONVERSAÇÃO: EVIDÊNCIAS PARA A
DETERMINAÇÃO DA NATUREZA DO FENÔMENO
PRESSUPOSICIONAL**

**PORTO ALEGRE
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIA E ANÁLISE LINGUÍSTICA
LINHA DE PESQUISA: GRAMÁTICA, SEMÂNTICA E LÉXICO**

**CONVENÇÃO OU CONVERSAÇÃO: EVIDÊNCIAS PARA A
DETERMINAÇÃO DA NATUREZA DO FENÔMENO
PRESSUPOSICIONAL**

TAMARA MELO DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCOS GOLDNADEL

Dissertação de Mestrado em Teoria e Análise Linguística, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2015**

CIP - Catalogação na Publicação

Melo, Tamara

Convenção ou conversação: evidências para a
determinação da natureza do fenômeno pressuposicional
/ Tamara Melo. -- 2015.
126 f.

Orientador: Marcos Goldnadel.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Linguística. 2. Pragmática. 3. Pressuposição. 4.
Natureza das pressuposições. I. Goldnadel, Marcos,
orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer à CAPES, por conceder a bolsa que contribuiu para a realização deste trabalho; à UFRGS e, em especial, ao Programa de Pós-Graduação em Letras desta universidade, pela minha formação; ao Marcos Goldnadel, por ter sido efetivamente um orientador e professor, por ter me apresentado às pressuposições e por ser generoso com o seu conhecimento; aos professores que compuseram a banca avaliadora do trabalho, Maity Siqueira, Pablo Nunes Ribeiro e Luisandro Mendes de Souza, pelas relevantes críticas e sugestões; ao Emanuel Quadros, pelas inúmeras discussões linguísticas e filosóficas e também pela atenta revisão deste trabalho; ao Rafael, pelo apoio permanente, pelo amor e pela segurança; à minha mãe, Isabel, que, mesmo não estando mais aqui, me acompanha em todos os momentos; à minha família, especialmente aos meus irmãos – Leonardo e Itamar –, e aos meus amigos, pelo apoio e pelo carinho, principalmente à Ana Flávia, que, por sermos tão parecidas e tão diferentes, me compreende.

RESUMO

A pressuposição é um dos fenômenos pragmáticos que mais têm recebido atenção de linguistas nas últimas décadas. A maior parte dessa literatura dedica-se a descrever as pressuposições efetivas de enunciados que contenham gatilhos pressuposicionais, o que ficou conhecido como o problema da projeção de pressuposições. Grande parte dos trabalhos voltados para esse problema baseia-se na ideia de que a pressuposição é um fenômeno que surge de forma convencional. Apenas recentemente um grupo de autores passou a procurar explicar o surgimento das pressuposições baseados na ideia de que não existe, nos gatilhos, marcação convencional. Esses autores procuram explicar o surgimento das pressuposições supondo a existência de cálculos conversacionais. Este trabalho se inspira nesses últimos autores e se dedica a contribuir para o debate a respeito da correta caracterização da natureza do fenômeno pressuposicional, através da aplicação de testes tradicionalmente utilizados para verificar a natureza de outros fenômenos pragmáticos. Assim, esta dissertação, além de resenhar criticamente trabalhos representativos dessas duas vertentes, discute a eficácia dos testes e analisa o comportamento das pressuposições frente às testagens. Conclui-se que, diante dos dados analisados, pressuposições têm mais em comum com os fenômenos pragmáticos já reconhecidamente conversacionais do que com fenômenos pragmáticos convencionais.

ABSTRACT

Presupposition is among the pragmatic phenomena to which linguists have paid the most attention in recent decades. The bulk of this literature is devoted to the description of the actual presuppositions of utterances containing presuppositional triggers, which has been known as the projection problem for presuppositions. Many of the works dealing with this problem assume that presuppositions arise conventionally. Only recently a number of linguists have come to try to explain the generation of presuppositions based on the idea that there is no conventional marking on triggers. These authors seek to explain the emergence of presuppositions assuming the existence of conversational calculi. This work is inspired by this last group of linguists and is dedicated to contributing to the debate over the proper description of the nature of presupposition phenomena. This is done by means of the application of tests traditionally used to investigate the nature of other pragmatic phenomena. Thus, besides critically reviewing representative texts from these two traditions, this work discusses the effectiveness of these tests and studies the behavior of presuppositions when confronted with them. Given the data we analyze, we conclude that presuppositions have more in common with pragmatic phenomena that are generally accepted as conversational than with conventional pragmatic phenomena.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. TESTES CLÁSSICOS PARA A DIFERENCIAÇÃO ENTRE FENÔMENOS CONVENCIONAIS E CONVERSACIONAIS	19
1.1. Grice (1975): Implicaturas Convencionais x Implicaturas Conversacionais.	20
1.1.1. Avaliação dos testes classificatórios de implicaturas	24
1.2. Considerações finais.....	41
2. ABORDAGENS FUNDAMENTAIS PARA A VISÃO CONVENCIONALISTA DE PRESSUPOSIÇÕES: KARTTUNEN (1973) E KARTTUNEN (1974)	42
2.1. O problema da projeção	43
2.2. Karttunen (1973) - Presuppositions of Compound Sentences	45
2.2.1. Tampões.....	46
2.2.2. Buracos	48
2.2.3. Filtros	49
2.2.4. Outras questões.....	58
2.3. Karttunen (1974) – Presupposition and Linguistic Context	64
2.4. Considerações finais.....	74
3. REAÇÃO CONVERSACIONALISTA E APLICAÇÃO DOS TESTES PARA A DETERMINAÇÃO DA NATUREZA DO FENÔMENO PRESSUPOSICIONAL	77
3.1. Simons (2001)	78
3.1.1. Evidências conversacionais	78
3.1.1.1. Anulabilidade contextual.....	79
3.1.1.2. Não-destacabilidade	82
3.1.1.3. Projeção sem pressuposição	84

3.1.2. Discussão da proposta	88
3.2. Aplicação dos testes.....	93
3.2.1. Indeterminação	94
3.2.2. Cancelabilidade	94
3.2.2.1. Cancelabilidade propriamente dita.....	95
3.2.2.2. Anulabilidade contextual.....	97
3.2.2.3. Acomodação.....	100
3.2.3. Não-destacabilidade.....	104
3.2.4. Calculabilidade	108
3.2.5. Reforçabilidade.....	112
3.3. Considerações finais.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124

INTRODUÇÃO

Imagina-se que o registro mais antigo de uma questão pressuposicional date do séc. IV a.C. (Seuren, 1998, p. 426). Ela foi levantada por Ebulides em um de seus famosos paradoxos, O Paradoxo dos Chifres (*keratinês*): “What you have not lost, you have. But you have not lost horns. Therefore you have horns”¹. Ebulides parece ter percebido aqui um comportamento que mais tarde ficou muito evidente nos estudos linguísticos: alguns conteúdos veiculados por uma sentença afirmativa têm a característica de serem resistentes à negação dessa sentença, como o conteúdo de que o ouvinte tem chifres, veiculado pelo enunciado da oração *You have not lost horns*, traduzido aqui por *Você não perdeu os chifres*, que é a negação de (1), a seguir.

(1) Você perdeu os chifres.

A sentença em (1) acarreta (2) e (3), abaixo.

(2) Você tinha chifres.

(3) Você não tem chifres.

Agora considere novamente a negação de (1) em (4), a tradução da sentença presente no paradoxo.

(4) Você não perdeu os chifres.

¹ Tradução: “O que você não perdeu, você tem, mas você não perdeu os chifres; portanto, você tem chifres.”

Da sentença em (4), não podemos inferir que o conteúdo apresentado em (3) é verdadeiro. Entretanto, o conteúdo apresentado em (2) mantém-se como uma inferência de (4), assim como era de (1). Dessa forma, tal conteúdo é compartilhado pelas duas sentenças. Além disso, esse tipo determinado de conteúdo resiste também a outras formas de alteração da sentença afirmativa; alterações que, como a negação, costumam barrar acarretamentos. Seguindo a proposta de Chierchia e McConnell-Ginet (1990), chamaremos esse grupo de sentenças de *família P*². Além das sentenças negativas, fazem parte desse grupo as interrogativas, as condicionais e as de possibilidade. Veja (5), (6) e (7) a seguir.

(5) Você perdeu os chifres?

(6) Se você perdeu os chifres, você não os tem mais.

(7) Talvez você tenha perdido os chifres.

As três sentenças acima, assim como a negação, apresentada em (4), têm a característica de negar ou colocar em dúvida o conteúdo apresentado em (3), que é acarretado por (1). Todas elas mantêm, contudo, o conteúdo apresentado em (2), que também é acarretado por (1).

O que percebemos ao analisar esse Paradoxo dos Chifres é que parece que a situação paradoxal se deve à presença da palavra *perder*, que, mesmo quando se encontra em uma sentença negativa, pode veicular parte da informação acarretada por sua contraparte afirmativa. Mais tarde, sendo mais amplamente identificado nas línguas, esse fenômeno recebeu o nome de pressuposição. O tipo de item lexical ao qual se associam as pressuposições, exemplificado por *perder*, ficou conhecido como gatilho pressuposicional.

É fato que Ebulides não tratou o fenômeno presente em seu paradoxo com o nome de pressuposição, nem o analisou dessa forma. Uma análise mais pormenorizada, trazendo evidências das famílias de sentenças apresentadas anteriormente, só foi proposta bem mais tarde.

Foi Frege (1892), em sua discussão clássica sobre sentido e referência, quem, nos tempos modernos, tratou pela primeira vez do fenômeno, de forma um pouco mais explícita,

² Esse grupo de sentenças vem sendo tradicionalmente utilizado como forma de testar se um conteúdo é pressuposicional. O teste é possível porque as pressuposições se mantêm em todas as sentenças da família P, diferentemente do que ocorre com os acarretamentos. Assim, esse grupo de sentença seria capaz de diferenciar os dois tipos de conteúdo.

dando a ele o nome pelo qual é chamado hoje (*pressuposição*, *voraussetzung* em alemão). Frege já identificava algumas sentenças com conteúdo pressuposicional, antecipando uma discussão que futuramente assumiria contornos ainda mais claros. Nessa obra, Frege trouxe, entre outros, o famoso exemplo *Kepler morreu na miséria*, em que, segundo ele, há a pressuposição de que *Kepler* designa alguma coisa. Para ele, “se algo é asserido, pressupõe-se obviamente que os nomes próprios usados, simples ou compostos, têm referência” (1982, p. 146). Frege ainda acrescenta que não faz parte do **significado** da sentença *Kepler morreu na miséria* que *Kepler* designa alguma coisa. Se assim o fosse, a forma lógica da sentença *Kepler morreu na miséria* seria *Kepler morreu na miséria e Kepler designa alguma coisa*. Para ele, isso não faria sentido, uma vez que a negação de *Kepler morreu na miséria* é *Kepler não morreu na miséria* e não *Kepler não morreu na miséria, ou o nome Kepler carece de referência*. A partir dessa discussão a respeito da negação, ainda nesse artigo, Frege observou que a sentença negativa carrega a mesma pressuposição da sentença afirmativa, algo extremamente importante dentro do estudo das pressuposições.

Apesar de o objetivo do artigo de Frege ser discutir o que é sentido e referência de nomes e sentenças, e não o de refletir especificamente sobre pressuposição, suas observações marcam o início do estudo do que hoje se entende como pressuposição. Essa discussão consolidou-se, ao longo ao longo do séc. XX, como um dos problemas centrais no campo da investigação da produção de sentido em linguagem verbal.

Russell (1905) é o início efetivo desse debate. O artigo discute casos de sentenças como *O rei da França é calvo* e *O rei da França não é calvo*, que possuem uma descrição definida sem um referente. Nessas sentenças, a descrição definida *o rei da França* não tem um referente no mundo (no momento em que o artigo foi escrito). A partir disso, ele levanta a questão de como explicar que essas sentenças possam, ainda assim, ser significativas, uma vez que não há nada no mundo que satisfaça essa descrição definida. Para explicar esse problema, Russell argumentou que essas expressões (do tipo *o rei da França*), mesmo quando são o sujeito gramatical de uma sentença, não são seu sujeito lógico; elas correspondem a um conjunto de proposições. Assim, alguém que assevera a sentença *O rei da França é calvo* estaria veiculando as proposições *Existe um rei da França*, *Não existe mais do que um rei da França* e *Não existe nada que seja rei da França e não seja calvo*. Dessa forma, como a existência de um rei da França é falsa, a sentença teria, como um todo, o valor-de-verdade falso, podendo, assim, ser significativa.

Essa forma de explicar as sentenças contendo expressões definidas justificaria sua proposta de considerar sentenças negativas como sendo ambíguas entre duas leituras e, assim,

explicaria a possibilidade de sentenças como *O rei da França não é calvo* quando a França não é uma monarquia. As duas formas lógicas dessa sentença estão representadas em (8).

- (8) (a) $-(\exists x)((Rfx) \& (\forall y)(Rfy \rightarrow y=x) \& Cx)$
 (b) $(\exists x)((Rfx) \& (\forall y)(Rfy \rightarrow y=x) \& -Cx)$

Russell defende, então, a ideia de que frases negativas como *O rei da França não é calvo* são ambíguas entre essas duas formas lógicas. Em (8a), a negação tem escopo sobre o quantificador existencial (algo como: *Não é o caso que existe um rei da França calvo*); em (8b), seu escopo está sobre a predicação presente no último elemento da conjunção (*Existe um rei da França e ele não é calvo*). Assim, a solução encontrada pelo autor é consistente com sentenças como em (9) – um exemplo em que não parece se manter a pressuposição idealmente atribuível à primeira oração, o que mais tarde ficou conhecido como o problema da projeção³.

- (9) O Rei da França não é calvo, porque não existe um Rei da França.

Na abordagem de Russell, a leitura da primeira oração de (9) é a apresentada em (8a): a leitura em que há a negação de proposição. Entretanto, se a primeira oração for proferida isoladamente, ela comumente receberá a leitura apresentada em (8b). Apesar de a abordagem de Russell dar conta de descrever os dois tipos possíveis de interpretação, ela não consegue explicar por que (no caso de não haver no enunciado nada do tipo *porque não existe um Rei da França*) a leitura apresentada em (8b) é mais comum (Goldnadel, 2004).

Strawson (1950) discorda da resposta que Russell fornece ao problema. Para Strawson, as sentenças não são verdadeiras nem falsas; elas podem ser usadas para fazer uma asserção verdadeira ou falsa ou, em outras palavras, para expressar uma proposição verdadeira ou falsa. Dessa forma, a sentença *O rei da França é calvo* pode veicular diferentes proposições, com distintos valores-de-verdade, dependendo do momento em que ela for enunciada, desde que a França tenha um rei. No caso de a França não ser uma monarquia, não se coloca a questão da verdade ou falsidade da proposição. Assim, essa solução explica a sensação de anomalia de sentenças como *O rei da França não é calvo* em momentos em que

³ Como veremos na seção 2.1 deste trabalho.

a França não é uma monarquia. Ela não explica, no entanto, a possibilidade de sentenças como em (9).

O debate Russell/Strawson consolidou a questão da pressuposição como um importante tópico de investigação nos estudos da linguagem. A partir dele, surgiram diversas abordagens para tratar o fenômeno em questão. Inicialmente vista como uma questão semântica (baseada na solução de Strawson), a compreensão da projeção de pressuposições estimulou o desenvolvimento de novos aparatos semânticos formais, principalmente de lógicas não clássicas envolvendo mais de dois valores-de-verdade. Apesar de consistentes, esses novos modelos de análise lógico-semânticos revelaram-se falhos como recurso descritivo das intuições dos falantes sobre enunciados contendo pressuposições.⁴ Alternativamente, a partir da década de 70, começam a se configurar análises pragmáticas sobre enunciados pressuposicionais com os trabalhos de Stalnaker (1972,1974, 1979), Gazdar (1979), Soames (1982), Karttunen (1973, 1974), Karttunen e Peters (1979). O sucesso descritivo alcançado por essas abordagens pragmáticas acabou por consolidar esse nível de análise como a esfera apropriada de tratamento dos problemas relacionados a pressuposições.

Acompanhando a intensa proliferação de modelos para lidar com a projeção de pressuposições, diversas categorias de gatilhos pressuposicionais foram identificadas na literatura. Além dos nomes próprios (Ex: *Kepler*) e das expressões definidas (Ex: *O rei da França*), outros tipos de gatilho começaram a ser estudados pela literatura da área. Levinson (2007[1983]) reúne uma gama consistente de exemplos de gatilhos pressuposicionais evidenciados por diversos autores. A seguir, apresentamos alguns deles, separados por categorias, e, seguindo cada categoria, trazemos um exemplo de pressuposição ativada por um dos gatilhos do grupo.

Verbos factivos: *lamentar, arrepender-se, estar ciente de, perceber, saber, estar feliz com, estar triste com, ser indiferente quanto a, ter orgulho de.*

- (10) (a) Pedro **lamenta** que o mundo esteja em crise.
 (b) Pedro não **lamenta** que o mundo esteja em crise.
 (c) Pedro **lamenta** que o mundo esteja em crise?
 (d) Se Pedro **lamenta** que o mundo esteja em crise, então ele é consciente.
 (e) Talvez Pedro **lamente** que o mundo esteja em crise.

⁴ Para o leitor interessado, Kempon (1975) faz uma resenha das soluções semânticas, apontando seus principais problemas.

Em todos os exemplos em (10), considera-se que há a pressuposição de que o mundo está em crise, que é disparada pelo verbo *lamentar*.

Verbos Implicativos: *conseguir, esquecer*.

Exemplo:

- (11) (a) Pedro **conseguiu** abrir a porta.
 (b) Pedro não **conseguiu** abrir a porta.
 (c) Pedro **conseguiu** abrir a porta?
 (d) Se Pedro **conseguiu** abrir a porta, então ele vai sair.
 (e) Talvez Pedro **tenha conseguido** abrir a porta.

Aqui, a pressuposição de que Pedro tentou abrir a porta é comumente atribuída a todas as sentenças.

Verbos aspectuais⁵: *começar, terminar, parar, continuar, acabar, entrar, partir*.

Exemplo:

- (12) (a) Pedro **parou** de fumar.
 (b) Pedro não **parou** de fumar.
 (c) Pedro **parou** de fumar?
 (d) Se Pedro **parou** de fumar, então ele vai parar de beber também.
 (e) Talvez Pedro **tenha parado** de fumar.

Nesses casos, comumente, há a pressuposição de que Pedro fumava.

Iterativas: *de novo, repetir, retornar*.

- (13) (a) Pedro caiu **de novo**.
 (b) Pedro não caiu **de novo**.

⁵ Levinson (2007[1983]) categoriza esse verbos como “*verbos de mudança de estado*”. No entanto, seguindo a terminologia mais usual nos estudos sobre semântica lexical (ter Meulen, 1997), consideramos mais apropriado chamá-los de *aspectuais*. A razão é que os verbos citados formam um conjunto bastante heterogêneo, em que nem todos os elementos descrevem uma efetiva mudança de estado.

- (c) Pedro caiu **de novo**?
- (d) Se Pedro caiu **de novo**, então se machucou.
- (e) Talvez Carlos tenha caído **de novo**.

Esses são exemplos em que a pressuposição de que Pedro já havia caído antes é disparada pela expressão *de novo*.

Esses são alguns dos exemplos mais comuns de gatilhos pressuposicionais. A lista, no entanto, é mais extensa, contendo inclusive gatilhos que não são lexicais, como sentenças clivadas, clivagens implícitas com constituintes enfatizados, orações temporais e descrições definidas, que não serão abordados neste trabalho.

Enquanto alguns linguistas identificavam elementos que seriam considerados gatilhos pressuposicionais, Stalnaker (1974) realizou as primeiras reflexões sobre a natureza das pressuposições. Nesse artigo, Stalnaker propõe-se a defender a pressuposição como fenômeno pragmático, em oposição à tradição semântica que existia até então. Seu objetivo, assim, não era ainda o de identificar a natureza (convencional ou conversacional) do fenômeno. Apesar disso, grande parte de sua justificativa para o nível pragmático de análise parte de considerações a respeito do caráter tipicamente conversacional das pressuposições, como pode ser depreendido da seguinte passagem.

In terms of the pragmatic account, one can give **intuitively natural explanations** of some facts that seem puzzling when presupposition is viewed as a semantic relation. The pragmatic account makes it possible to explain some particular facts about presupposition **in terms of general maxims of rational communication rather than in terms of complicated and ad hoc hypotheses about the semantics of particular words and particular kinds of constructions**^{6,7} (Stalnaker, 1991 [1974], p. 472)

Mais adiante, ao sugerir vantagens para o nível pragmático de análise, Stalnaker adiciona:

One way to explain the fact that a particular assertion requires or suggests a certain presupposition is to hypothesize that it is simply a fact about some

⁶ Grifo nosso.

⁷ Tradução: “Em termos da abordagem pragmática, podem-se oferecer **explicações intuitivamente naturais** de alguns fatos que parecem embaraçosos quando a pressuposição é vista como uma relação semântica. A abordagem pragmática torna possível explicar alguns fatos particulares sobre a pressuposição **em termos de máximas gerais da comunicação racional, em vez de em termos de hipóteses complicadas e ad hoc sobre a semântica de palavras particulares e tipos de construção particulares.**”

word or construction used in making the assertion. In such a case, the fact about the presupposition requirement must be written into the dictionary, or into the semantics. But since we have an account of the *function* of presuppositions in conversations, we may sometimes be able to explain facts about them without such hypotheses. The propositions that *P* and that *Q* may be related to each other, and to common beliefs and intentions, in such a way that it is hard to think of a reason that anyone would raise the question whether *P*, or care about its answer, unless he already believed that *Q*. More generally, it might be that one can make sense of a conversation as a sequence of rational actions only on the assumption that the speaker and his audience share certain presuppositions. If this kind of explanation can be given for the fact that a certain statement tends to require a certain presupposition, then there will be no need to complicate the semantics or the lexicon.⁸ (Stalnaker, 1991[1974], p. 475-476)

Stalnaker, entretanto, ao finalizar o artigo, deixa claro que ele não está sugerindo que será sempre possível encontrar esse tipo de fonte conversacional para as pressuposições. Em alguns casos, a inferência poderia ser convencional:

But I make no general claim here. In some cases, **one may just have to write presupposition constraints into the dictionary entry for a particular word.**⁹ This would make certain presupposition requirements a matter of *meaning*, but it would not thereby make them a matter of *content*.¹⁰ (Stalnaker, 1991[1974], p. 479)

Assim, mesmo julgando o nível de análise pragmático como o mais apropriado, as considerações de Stalnaker levantaram a questão de que a natureza desse fenômeno pragmático poderia ser de dois tipos: convencional ou conversacional. Dessa forma, Stalnaker estaria sugerindo dois caminhos de análise para o surgimento das pressuposições. É importante deixar claro, neste ponto, que esses dois caminhos possíveis sugeridos por Stalnaker encontram-se no nível pragmático da análise de conteúdos pressuposicionais. Para

⁸ Tradução: “Uma forma de explicar o fato de que uma determinada asserção exige ou sugere uma certa pressuposição é tomar como hipótese que isto é simplesmente um fato sobre alguma palavra ou construção usada para fazer a asserção. Em um caso desse tipo, o fato referente à exigência da pressuposição deve ser registrado no dicionário, ou na semântica. Todavia, já que temos uma descrição da *função* de pressuposições na conversação, podemos ser capazes, às vezes, de explicar fatos sobre elas sem tais hipóteses. As proposições de que *P* e de que *Q* podem estar relacionadas uma à outra, bem como a crenças e intenções compartilhadas, de tal forma que seja difícil pensar em uma razão por que alguém levantaria a questão sobre se *P*, ou se interessaria pela resposta a ela, a não ser que já acreditasse que *Q*. De forma mais geral, pode ser o caso que se possa fazer sentido de uma conversa como uma sequência de ações racionais somente sob a premissa de que o falante e sua audiência compartilham de certas pressuposições. Se esse tipo de explicação pode ser dado para o fato de que uma certa afirmação tende a exigir uma certa proposição, então não haverá necessidade de se complicar a semântica ou o léxico.”

⁹ Grifo nosso.

¹⁰ Tradução: “Porém, não faço nenhuma afirmação geral aqui. Em alguns casos, **pode ser necessário simplesmente registrar restrições pressuposicionais na entrada de dicionário de uma dada palavra.** Isto tornaria certas exigências pressuposicionais uma questão de significado, mas não as tornaria por meio disso uma questão de conteúdo.”

Stalnaker, portanto, assim como para grande parte dos teóricos que o sucederam, a suposição de que os gatilhos são recursos convencionais é uma suposição pragmática; a convenção de que se fala não é parte do conteúdo semântico das sentenças que contêm pressuposições. Da mesma forma, ao supor uma natureza conversacional para o surgimento das pressuposições, não se nega que haja conteúdos semânticos sobre os quais se baseia a interpretação conversacional.

A questão a respeito da natureza do fenômeno, entretanto, não foi a preocupação da maioria dos estudiosos do assunto no período, nem a de muitos que neles se inspiraram. A maior parte dos trabalhos sobre pressuposição se dedicou a discutir o problema da projeção de pressuposições, que, como veremos no próximo capítulo deste trabalho, consiste no reconhecimento dos mecanismos de produção de sentido capazes de prever em que circunstâncias pressuposições idealmente associadas a gatilhos resultam como pressuposições efetivas dos enunciados.

Sem se comprometer com uma explicação detalhada sobre a natureza do surgimento das pressuposições, autores como Karttunen (1973, 1974), Karttunen e Peters (1979), Bach (1999), Gazdar (1979), Soames (1982), Sandt (1992), Geurts (1999) e Heim (1991) se contentaram em considerar a pressuposição como uma associação convencional de inferências a determinados itens lexicais, construções sintáticas e padrões prosódicos, seguindo, assim, o segundo caminho sugerido por Stalnaker. Nem todos os autores, no entanto, concordam com essa explicação para o fenômeno pressuposicional. Mais recentemente, alguns autores têm procurado identificar a natureza conversacional de enunciados contendo gatilhos pressuposicionais, questionando a suposição, até pouco tempo assumida, de que o comportamento associado a esses gatilhos pode ser compreendido como resultante de marcação convencional. Entre esses autores, destacam-se Simons (2001, 2005), Goldnadel (2004), Sauerland (2008), Abrusán (2011) e Romoli (2012,2013).

Foi principalmente o trabalho de Simons (2001) o que nos motivou a explorar a possibilidade de considerar a pressuposição um fenômeno conversacional. A autora coloca em evidência algumas propriedades das pressuposições que tradicionalmente são consideradas propriedades das implicaturas conversacionais, o que estaria indicando a possibilidade de pressuposições também terem natureza conversacional. Inspirados por esse trabalho de Simons, julgamos que analisar se as pressuposições apresentam outras propriedades típicas de implicaturas conversacionais também pode auxiliar na correta caracterização do fenômeno pressuposicional.

A fim de contribuir para essa discussão, este trabalho dedica-se, então, a aplicar às pressuposições os clássicos testes inspirados em Grice (1975) e amplamente utilizados na literatura para caracterizar diferentes tipos de fenômenos pragmáticos, alguns dos quais foram utilizados por Simons (2001). A fim de atingirmos um resultado mais confiável, julgamos relevante, antes de aplicar os testes, fazer uma análise crítica da possibilidade de se utilizar tais propriedades, características de implicaturas conversacionais, como forma de testar a natureza das pressuposições. Essa análise é feita no primeiro capítulo deste trabalho.

No segundo capítulo, resenhamos criticamente dois trabalhos de Karttunen que são representativos da visão convencionalista de pressuposições. A escolha desses trabalhos se justifica por neles se encontrarem as principais propostas que inspiraram grande parte das abordagens convencionalistas mais atuais, que têm atingido um considerável sucesso descritivo da projeção de pressuposições. Nessa resenha, procuramos tornar evidente a visão convencionalista do autor.

No terceiro capítulo, resenhamos o artigo de Simons que inspirou este trabalho. Esse artigo é representativo da literatura mais recente que tem questionado a suposição de que gatilhos sejam recursos convencionais. Ainda no terceiro capítulo, aplicamos às pressuposições os testes clássicos propostos para identificar implicaturas conversacionais, já validados no primeiro capítulo.

A partir disso, pretende-se, com este trabalho, colaborar com a correta caracterização do fenômeno, procurando identificar seus pontos de contato com o complexo conjunto de fenômenos conversacionais. Acreditamos que a discussão feita neste trabalho, além de ter implicações para a correta identificação da natureza das pressuposições, também tem implicações para as propostas de abordagem do problema que mais tem recebido atenção dos teóricos que trabalham neste domínio: o problema da projeção. Isso porque qualquer dessas propostas envolve a consideração de um dos caminhos possíveis para o surgimento das inferências pressuposicionais – o convencional ou o conversacional -, visto que esse caminho determina o tipo de abordagem adequada para o tratamento da projeção de pressuposições.

1. TESTES CLÁSSICOS PARA A DIFERENCIAÇÃO ENTRE FENÔMENOS CONVENCIONAIS E CONVERSACIONAIS

O campo de estudos da Pragmática divide-se em cinco conjuntos clássicos de fenômenos: dêixis, atos de fala, implicaturas convencionais, implicaturas conversacionais e pressuposições. Desses tipos de fenômeno, alguns são claramente de ordem conversacional; são eles os atos de fala e as implicaturas conversacionais. Alguns deles são claramente de ordem convencional, embora possam envolver, em alguma medida, considerações de natureza conversacional: a dêixis e as implicaturas convencionais. De todos os cinco tipos de fenômeno, no entanto, a pressuposição é aquele que historicamente mais se mostrou desafiador no que diz respeito a seu enquadramento em um desses dois domínios, o da convenção e o da conversação.

Tem-se considerado majoritariamente na literatura especializada que pressuposição é um fenômeno convencional, ou seja, que é a partir de uma convenção que determinados conteúdos são associados ao uso de certos itens lexicais¹. Entre os autores representativos dessa corrente de pensamento estão Karttunen (1973, 1974), Karttunen e Peters (1979), Bach (1999), Gazdar (1979), Soames (1982), van der Sandt (1992), Geurts (1999) e Heim (1991). Há, no entanto, um outro grupo de autores para os quais as pressuposições não surgem como resultado de convenção, mas sim a partir da ação de algum mecanismo conversacional; nesse grupo, incluem-se Simons (2001, 2005), Goldnadel (2004), Sauerland (2008), Abrusán (2011) e Romoli (2012,2013).

Cabe lembrar que dizer que um linguista considera a pressuposição um fenômeno convencional não significa afirmar que ele a considere uma implicatura convencional. O mesmo ocorre com os conversacionalistas; assumir que se trata de um fenômeno

¹ Pressuposições também são associadas a alguns padrões prosódicos e construções sintáticas; este trabalho, no entanto, restringe-se a analisar as pressuposições associadas a determinados itens lexicais.

conversacional não significa necessariamente afirmar que se está considerando a pressuposição como parte das implicaturas conversacionais. Há, contudo, estudiosos que entenderam pressuposições como implicaturas convencionais, bem como quem tentou tratá-las como implicaturas conversacionais².

No entanto, ao considerar a pressuposição um fenômeno pragmático de natureza convencional ou conversacional, pode-se esperar que ela apresente semelhanças com os outros fenômenos da Pragmática de mesma classificação. Se ela é, de fato, um fenômeno convencional, espera-se que apresente semelhanças com as implicaturas convencionais, por exemplo. Se, ao contrário, a pressuposição é um fenômeno conversacional, espera-se, então, que as suas características sejam mais relacionadas às de outro fenômeno conversacional já conhecido pelos linguistas: as implicaturas conversacionais, por exemplo.

Dessa forma, já que existe uma divisão dentro da Pragmática entre o que é convencional e o que é conversacional, e já que a pressuposição parece habitar uma região limite entre esses dois grupos, este capítulo pretende discutir o que, dentro da Pragmática, diferencia fenômenos convencionais de conversacionais, de modo a subsidiar a discussão que se faz sobre o lugar da pressuposição dentro da Pragmática. Para tanto, nos utilizaremos principalmente das características apresentadas por Grice para identificar implicaturas conversacionais, as quais têm sido tradicionalmente utilizadas para diferenciar implicaturas convencionais de conversacionais.

1.1. Grice (1975): Implicaturas Convencionais x Implicaturas Conversacionais.

Grice explica a implicatura convencional como uma inferência convencionalmente relacionada a determinados itens linguísticos, mas que não faz parte do dito efetivamente. O exemplo que ele apresenta é a sentença em (1).

- (1) He is an Englishman; he is, therefore, brave. [Ele é inglês, logo ele é bravo.]

Grice afirma que uma pessoa que enuncia essa sentença está se comprometendo com a bravura ser uma consequência de o sujeito ser inglês. O autor, entretanto, argumenta que

² Simons (2005) tentou, sem sucesso, tratar pressuposições como implicaturas conversacionais de relevância. Bach (1999) argumenta que implicaturas convencionais e pressuposições são o mesmo fenômeno.

não se pode dizer que o enunciador **disse** que existe essa relação de consequência; esta é apenas uma **inferência convencionalizada**, associada ao item *therefore* [logo]. Um argumento para isso seria o fato de não se considerar falsa uma sentença como essa mesmo quando a relação de consequência implicada pelo *therefore* não existir. Ou seja, quando não for verdade que se segue do fato de um homem ser inglês o fato de ele ser bravo.

Em contraste com esse tipo de implicatura, que existe por haver uma convenção associada a determinados itens linguísticos, Grice apresenta o que ele considera ser uma subclasse das implicaturas não convencionais³: as implicaturas conversacionais. As implicaturas conversacionais não estão ligadas a nenhum item lexical específico. Elas são geradas, na perspectiva de Grice, a partir da atuação do que ele chamou de princípio de cooperação. Com isso, o autor estava preocupado em mostrar que a comunicação verbal segue certas regras de cooperação entre os participantes de uma troca conversacional, e que elas permitem a inferência de conteúdos não codificados. Isso pode ser visto em um dos exemplos clássicos utilizados para explicar sua teoria. Observe:

(2) A: - Você sabe onde está o Cláudio?

B: - Tem um carro verde na frente da casa da Maria.

Certamente não podemos afirmar que B **disse** que Cláudio está na casa de Maria. Também não podemos afirmar que ele tenha dito que há a possibilidade de o Cláudio estar lá. O que podemos dizer é que pode haver essas inferências a partir do que foi dito, mas elas não estão relacionadas a nenhum item lexical específico; elas surgem através de um método de descoberta, de um processo racional destinado a facilitar a atribuição de sentido pragmático ao enunciado proferido pelo interlocutor. Para explicar como surgem essas inferências, Grice apresenta um princípio geral e algumas máximas que dele se seguem (Grice, 1975):

Princípio de cooperação:

Faça com que sua contribuição conversacional corresponda ao que é exigido, no estágio em que ela ocorre, pelo propósito ou direção aceitos da conversa em que você está envolvido.

³ Grice não aprofunda a discussão sobre o que seriam as implicaturas não convencionais que também não são conversacionais. Parece haver, entretanto, como antecipou Grice e como destacou Levinson, outros tipos de implicaturas não convencionais, geradas por outros princípios como o de polidez ou o da informatividade (Levinson, 2007[1983]). Esses outros tipos de implicaturas, no entanto, não serão discutidos neste trabalho.

O princípio de cooperação pode ser expresso através de máximas (ou heurísticas) divididas em quatro categorias:

A categoria de máximas da **quantidade** diz respeito à quantidade de informação a ser fornecida:

1. Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto é exigido (para os propósitos atuais da conversa).
2. Não faça com que sua contribuição seja mais informativa do que é exigido.

A categoria de máximas da **qualidade** trata da tentativa de se fazer uma contribuição verdadeira. Nela está a supermáxima “tente fazer com que sua contribuição seja verdadeira” e duas máximas específicas:

1. Não diga o que você acredita ser falso.
2. Não diga aquilo para o que você não tem evidências adequadas.

Na categoria da **relação** (também chamada de **relevância**), Grice apresenta uma única e simples máxima:

1. Seja relevante.

E na categoria de **modo**, ele apresenta a supermáxima ‘seja claro’ e as máximas:

1. Evite obscuridade de expressão.
2. Evite ambiguidade.
3. Seja breve (evite prolixidade desnecessária).
4. Seja ordenado.

Diferentemente das outras categorias de máximas, as que se referem ao modo não estão relacionadas ao que é dito. Ao contrário, elas estão intimamente ligadas a **como** é dito aquilo que é dito.

Uma máxima, para gerar uma inferência, pode ser explorada de duas formas: ou a seguimos ou a violamos. Tomemos como exemplo a interação verbal apresentada acima, em (2), repetida abaixo.

(3) A: - Você sabe onde está o Cláudio?

B: - Tem um carro verde na frente da casa da Maria.

Já vimos acima que a resposta de B pode levar A a inferir que Cláudio está na casa da Maria. Considerada literalmente, entretanto, a sentença de B não responde a pergunta de A. A inferência acontece porque ambos, A e B, estão engajados em uma troca colaborativa de informações; estão sendo cooperativos um com o outro, nos termos de Grice. Esperando que B esteja sendo cooperativo, A espera, por consequência, que B esteja seguindo as máximas de Grice. Dessa forma, A espera que B dê a quantidade de informação requerida, que ele fale a verdade, que ele seja relevante, etc. Ao perceber que B não respondeu literalmente a sua pergunta, A, seguindo o pressuposto de que B está sendo cooperativo, considera que a informação dada por B é relevante, inferindo que um carro verde é indicativo do paradeiro de Cláudio. O que vemos aqui é uma aparente violação da máxima “seja relevante”, uma vez que B não respondeu literalmente a pergunta de A, o que poderia ser interpretado como uma mudança brusca de assunto. A informação transmitida, no entanto, satisfaz parcialmente a expectativa da pergunta de A, já que B forneceu menos informação do que A esperava, violando a máxima da quantidade. Essa violação, no entanto, decorre justamente da necessidade de se respeitar uma outra máxima, a da qualidade, já que o falante B não tem evidências suficientes para dar uma resposta que satisfaça plenamente a quantidade de informação requerida.

Uma violação de máxima utilizada para gerar uma implicatura pode ser observada no exemplo a seguir, retirado de Levinson (2007, p. 130).

(4) A: - Vamos pedir alguma coisa para as crianças.

B: - Muito bem, mas eu proíbo S-O-R-V-E-T-E-S.

Nesse exemplo, B está violando a máxima de modo ao soletrar a palavra *sorvetes*. A, considerando que B está sendo cooperativo, infere desse fato que B não quer que as crianças ouçam a palavra *sorvetes*, a fim de que isso não as estimule a querer sorvete. Nesse caso, é justamente a violação da máxima de modo que gera a implicatura.

Os tipos de implicatura conversacional apresentados acima foram classificados por Grice como implicaturas conversacionais **particularizadas**; elas dependem fortemente do contexto em que ocorre determinado enunciado. Nesses casos, explica Grice, não se pode

dizer que a implicatura em questão é normalmente gerada ao se proferir certo enunciado. Em oposição a essas implicaturas, estão as implicaturas conversacionais **generalizadas**, casos em que certos enunciados costumam gerar determinadas implicaturas ou tipos de implicaturas. Grice reconhece a dificuldade de se achar um exemplo não controverso desse tipo, uma vez que elas poderiam ser confundidas com as implicaturas convencionais. O exemplo apresentado pelo autor foi o uso de sentenças do tipo *X is meeting a woman this evening* [*X vai se encontrar com uma mulher hoje à noite*], que normalmente implicaria que a pessoa que X vai encontrar não é sua esposa, sua mãe, sua irmã, nem uma amiga platônica muito próxima. Outro exemplo similar está numa sentença do tipo *X went into a house yesterday and found a tortoise inside the front door* [*X entrou em uma casa ontem e encontrou um cágado em frente à porta*], em que prontamente se imagina que a casa em questão não pertence a X. Efeitos similares seriam obtidos com outras expressões, como *a garden* [*um jardim*], *a car* [*um carro*], *a college* [*uma faculdade*], etc.

Como se pode ver, então, a perspectiva griceana coloca dentro do campo de análise da Pragmática dois conjuntos de fenômenos bastante diferentes. Um conjunto de fenômenos que se caracterizam por transmitir conteúdos de maneira convencional, registrada no léxico, e um conjunto de fenômenos que se caracterizam por transmitir conteúdos gerados conversacionalmente. Mesmo Grice já apontava que deveria haver uma forma de diferenciar esses dois conjuntos de fenômenos. Eles deveriam satisfazer um conjunto de critérios que situasse cada fenômeno, inequivocamente, em um desses dois conjuntos. Na próxima seção, serão abordadas as características apresentadas por Grice para identificar implicaturas conversacionais, características estas que têm sido tradicionalmente utilizadas para diferenciar implicaturas convencionais de conversacionais.

1.1.1. Avaliação dos testes classificatórios de implicaturas

Grice (1975) termina com a apresentação de cinco propriedades que considera serem características das implicaturas conversacionais. Além dessas cinco, logo nas primeiras páginas do artigo, uma sexta característica também é apresentada, de forma não tão explícita (como lembrado por Sadock (1991[1978])). Tradicionalmente, utilizam-se algumas dessas características para diferenciar as implicaturas conversacionais das convencionais, apesar de esta não ter sido a intenção de Grice ao evidenciá-las. Sadock, ao propor uma discussão a fim de avaliar se algumas dessas características poderiam ser utilizadas como teste efetivo para

diferenciar as implicaturas convencionais das conversacionais, também sugere o acréscimo de uma sétima a esse grupo.

A seguir, apresentaremos essas características e discutiremos a possibilidade de elas serem utilizadas como testes classificatórios de implicaturas; de forma mais ampla, tentaremos utilizar esses critérios também como testes para verificar se a natureza de outros fenômenos pragmáticos é convencional ou conversacional. Dessa forma, algumas dessas características serão importantes para os objetivos deste trabalho, pois tentaremos utilizá-las para classificar também a pressuposição. A seguinte lista é baseada em Sadock (1991[1978]), trabalho que, a partir deste ponto, passa a ser tomado como referência para a reflexão que aqui se faz.

1. Implicaturas conversacionais não fazem parte do significado das formas enunciadas. Elas são não-convencionais.
2. Implicaturas conversacionais não são veiculadas pelo que é dito, mas pelo ato de dizê-lo.
3. Implicaturas conversacionais podem ser indeterminadas.
4. Implicaturas conversacionais são não-destacáveis.
5. Implicaturas conversacionais são canceláveis.
6. Implicaturas conversacionais podem ser deduzidas a partir, entre outras coisas, do princípio de cooperação. Ou seja, elas são calculáveis.
7. Implicaturas conversacionais podem ser reforçadas.⁴

Concordamos com Sadock que apenas algumas das características apresentadas por Grice são “candidatas razoáveis” a serem utilizadas como testes de diferenciação entre implicaturas convencionais e conversacionais. As características apresentadas aqui nos itens 1 e 2 apresentam alguns problemas claros quanto a sua utilização para este fim, conforme Sadock (1978), por isso falaremos delas primeiro e já as descartaremos (no que diz respeito a sua utilidade como teste de diferenciação) sem a necessidade de uma análise muito aprofundada. Sadock também descartou a característica do item 3. Consideramos, entretanto, que ela não é totalmente inútil, como as duas primeiras, para fins de classificação, como veremos adiante.

⁴ Esta lista de características é uma tradução da lista apresentada em Sadock (1978). Elas não foram apresentadas por Grice nesses exatos termos, mas eles nos parecem uma simplificação adequada.

A primeira característica que descartaremos, apresentada acima no primeiro item, é a da não-convencionalidade. Essa é, talvez, a mais obviamente descartável dessa lista, no que diz respeito a sua utilidade para testes, pois ela é circular. Implicaturas conversacionais são um grupo de fenômenos que se opõe ao grupo das implicaturas convencionais justamente por estas serem baseadas no significado das palavras enunciadas e aquelas não o serem. Dizer que algo é conversacional por não ter seu significado incluído no significado das formas enunciadas é o mesmo que dizer que ser conversacional é ser não-convencional. Dizer que algo é convencional porque não é conversacional e que algo é conversacional porque não é convencional não nos oferece nenhum auxílio na tentativa de categorizar implicaturas. Como argumenta Sadock, se soubéssemos intuitivamente o que é convencional e o que é conversacional, não precisaríamos, em primeiro lugar, de testes para chegarmos a alguma conclusão.

A segunda característica evidencia uma certa confusão de conceitos na teoria de Grice, no que diz respeito ao papel do dito nos diferentes tipos de implicatura. Esta característica consiste em afirmar que as implicaturas conversacionais não são veiculadas pelo que é dito, mas pelo ato de dizê-lo. Não fica claro como isso pode diferenciar as implicaturas convencionais das conversacionais, uma vez que Grice afirma que aquelas também não fazem parte do dito⁵. Poderíamos tentar “consertar” este teste tentando refinar a definição de implicatura convencional e postular uma diferença, no que diz respeito ao dito, entre implicaturas convencionais e conversacionais. Para Grice, implicaturas conversacionais são veiculadas pelo **ato de proferir o dito** e conteúdos semânticos fazem **parte do dito**; poderíamos, assim, dizer que implicaturas convencionais não são parte do dito, mas são **veiculadas por ele** (e não pelo ato de proferi-lo). Essa seria uma forma de compreender as diferenças entre os tipos de conteúdo no que diz respeito a sua relação com o dito. Ao analisarmos dessa forma, poderíamos entender a que o teste se propõe: encontrar uma diferença entre o que é veiculado pelo dito (implicatura convencional) e o que é veiculado pelo ato de proferir o dito (implicatura conversacional). O problema, no entanto, é que, se essa for realmente a diferença entre os dois tipos de implicatura, para que essa característica servisse de teste, teríamos de saber dizer de antemão se determinada implicatura foi veiculada pelo dito ou pelo ato de proferir o dito, e isso seria justamente o que estaríamos tentando descobrir com os testes.

⁵ As implicaturas convencionais são apresentadas de forma um pouco vaga por Grice. Ele explica, como vimos anteriormente neste capítulo, através do exemplo apresentado em (1) (*He is an Englishman; he is, therefore, brave [Ele é inglês, logo ele é bravo]*), que, apesar de o enunciador dessa sentença se comprometer com a bravura ser uma consequência de o sujeito ser inglês, não se pode afirmar que o enunciador disse que existe essa relação de consequência. Deprendemos disso que a inferência não é parte do dito.

Assim, se alguém já soubesse essa resposta, não haveria utilidade em fazer o teste. Para fins de teste de classificação, então, a característica apresentada aqui sofre do mesmo defeito da analisada anteriormente.

A terceira característica apresentada refere-se à indeterminação das implicaturas conversacionais. Com isso, Grice quis dizer que, uma vez que o cálculo que gera as implicaturas conversacionais surge através da suposição de que o princípio de cooperação está sendo observado, e uma vez que pode haver um número grande de possíveis explicações para a observação desse princípio, as possibilidades de implicaturas conversacionais geráveis a partir desses cálculos também podem constituir um grande conjunto, indeterminado. Nesse sentido, então, as implicaturas conversacionais podem ser indeterminadas. Obviamente não podemos usar como teste definitivo uma característica que já é apresentada com um modal de possibilidade. Ora, se as implicaturas conversacionais **podem** ser indeterminadas, elas **podem** também não ser⁶, sendo assim, a determinação não pode servir como um critério totalmente eficaz para diferenciar fenômenos conversacionais de convencionais, como bem ressaltou Sadock. É fato que, se existem implicaturas conversacionais determinadas, quando estivermos diante de uma implicatura determinada, não poderemos afirmar qual é o tipo de fenômeno de que se trata, se convencional ou conversacional. Por outro lado, uma vez diante de uma implicatura indeterminada, estaremos diante de fenômeno conversacional, já que implicaturas convencionais são sempre determinadas. Podemos, dessa forma, “salvar” parcialmente o teste se o considerarmos somente em casos de indeterminação.

Sadock, contudo, não enxerga a situação dessa forma. Para ele, o teste é inútil, e outra prova disso seria a de que enunciados contendo pronomes definidos e demonstrativos, ou seja, conteúdos linguisticamente codificados, também seriam indeterminados. Ele argumenta que, como esses conteúdos são parte do significado, não poderiam ser considerados conversacionais. Para nós, é claro aqui que a indeterminação desses conteúdos também é uma questão conversacional. É somente no contexto, com o auxílio das máximas conversacionais, inclusive, que podemos encontrar referentes para pronomes indefinidos, por exemplo. Vista dessa forma, a indeterminação desse conteúdo somente comprova que conteúdos conversacionais podem ser indeterminados.

⁶ Não é claro quais tipos de implicaturas seriam consideradas determinadas para Grice. Intuitivamente, podemos pensar em alguns casos de implicaturas mais determinadas do que outras, como as apresentadas anteriormente como implicaturas conversacionais generalizadas. Parece coerente pensar que enunciados que tendam a gerar sempre as mesmas implicaturas, mesmo que em contextos diferentes, se incluam entre os casos de implicaturas mais determinadas.

Passemos agora para as características que merecem um pouco mais de atenção. As que foram apresentadas aqui nos itens 4 e 5 são as mais famosas a respeito das implicaturas conversacionais. Qualquer artigo, capítulo ou texto em geral que fale sobre esse fenômeno raramente deixa de fora a cancelabilidade e a não-destacabilidade. Elas são, inclusive, comumente referidas como características que colocam em oposição implicaturas convencionais e conversacionais, mesmo que isso não tenha sido sugerido inicialmente por Grice.

O critério da não-destacabilidade, aqui trazido no item 4, também foi alvo de críticas por Sadock. Dessa vez, entretanto, arriscamos dizer que ele estava enganado. Dizer que uma implicatura é destacável significa dizer que o que dá origem à implicatura é algo que faz parte da sentença, que poderia ser reformulada a fim de que não mais existisse a mesma implicatura, mantendo as mesmas condições de verdade. Por exemplo, para Grice, as palavras *mas* e *e* são sinônimas; a única diferença entre elas seria a implicatura convencional (de que existe alguma oposição entre duas partes do dito) associada a *mas* e ausente no item *e*. Segundo Grice, *João é bonito, mas é legal* é sinônimo de *João é bonito e é legal*. A única diferença seria a implicatura convencional presente em um dos itens e ausente no outro. Assim, a implicatura de oposição poderia ser destacada da sentença com a substituição de *mas* pelo item *e*. Considerando que as implicaturas conversacionais são baseadas no ato de dizer e não na forma (inclusive essa é uma de suas características – à exceção das implicaturas conversacionais de modo), não será possível proferir dois enunciados sinônimos sem que se dê origem às mesmas implicaturas conversacionais.

Entretanto, como bem ressaltou Sadock, não são apenas as implicaturas conversacionais que apresentam essa característica. Podemos pensar em diversos exemplos de paráfrases que geram os mesmos acarretamentos. Observe o seguinte conjunto:

- (5) (a) João matou sua filha.
- (b) João assassinou sua filha.
- (c) João tirou a vida de sua filha.
- (d) A filha do João foi assassinada por ele.

Todas essas sentenças partilham do acarretamento que a filha do João está morta. Não existe como parafrasear esse grupo de sentenças sem que se gere esse acarretamento. Ou seja, esse acarretamento é não-destacável de qualquer dessas sentenças. Assim, não se pode dizer que a não-destacabilidade é uma característica exclusiva de implicaturas

conversacionais. Para Sadock, isso é um problema, porque o teste não diferencia implicaturas conversacionais de acarretamentos. Essa constatação, no entanto, não oferece nenhum problema para os casos de inferências destacáveis. Dessa forma, quando estivermos diante de um caso de destacabilidade, poderemos ainda considerar a inferência uma implicatura convencional. A constatação afetaria apenas as não-destacáveis. Poderíamos resolver esse problema, então, considerando que tudo o que for não-destacável ou é acarretamento, ou é implicatura conversacional. Se, além disso, considerarmos que sabemos identificar os acarretamentos de um enunciado, então só nos restaria diferenciar o tipo de inferência pragmática que está em jogo, convencional ou conversacional; assim, este seria um teste útil para este propósito: sempre que estivermos diante de um exemplo de não-destacabilidade que não for um caso de acarretamento, só poderemos estar diante de um caso de inferência conversacional. O fato de alguns acarretamentos serem não-destacáveis não diminui a força do teste, uma vez que a ideia é usá-lo para diferenciar dois tipos de fenômenos pragmáticos, e o acarretamento é um fenômeno semântico. Sadock, entretanto, não enxergou a situação dessa forma. Para ele, este continua sendo um mau teste, e ele traz, para justificar seu posicionamento de que o teste em questão não é suficiente, o seguinte exemplo.

(6) Since birds have hair, most politicians are dishonest. [Já que pássaros têm cabelo, a maioria dos políticos é desonesta.]

Sadock considera *since* [já que] um ativador de implicatura convencional e diz que a sentença em (6) será verdadeira somente no caso em que *most politicians are dishonest* [a maioria dos políticos é desonesta] for verdadeira, e que tudo o que *since birds have hair* [já que pássaros têm cabelo] contribui para a sentença é um conjunto de implicaturas convencionais. Sendo assim, parece que, na opinião de Sadock, esta última oração não faz parte do conteúdo semântico da sentença, não é parte do que é dito. A premissa de Sadock parece ser a seguinte: conteúdos vinculados a ativadores de implicaturas convencionais não fazem parte do dito. No caso específico, por *since* [já que] ser um ativador de implicatura convencional, ele teria o poder de retirar *birds have hair* [pássaros têm cabelo] do conteúdo veritativo da sentença.

Tomando como base essa premissa (de que conteúdos vinculados a ativadores de implicatura convencional não fazem parte do dito), Sadock nos apresenta um novo exemplo, que, para ele, traria um caso de implicatura convencional não-destacável:

(7) Since Bill and Harry left, most politicians are dishonest. [Já que Bill e Harry saíram, a maioria dos políticos é desonesta.]

Se tomarmos como certa a premissa de Sadock, desta vez, a oração *Since Bill and Harry left* [Já que Bill e Harry saíram] também não contribuiria para as condições de verdade da sentença. Sadock argumenta aqui que a relação que existe entre um enunciado dessa sentença e a crença, por parte do falante, de que Harry saiu é um caso de implicatura convencional porque esse conteúdo é introduzido pelo item *since* [já que]. O problema, para ele, é que implicaturas convencionais deveriam (se o teste da não-destacabilidade estiver correto) ser destacáveis, e a proposição de que Harry saiu é não-destacável: qualquer oração que substituísse *Bill and Harry left*, com o mesmo significado, obrigatoriamente transmitiria a crença de que Harry saiu.

É nesse ponto que discordamos de Sadock e achamos que ele se engana em sua análise. Se concordarmos que *since* é, de fato, um ativador de implicaturas convencionais⁷, esperaríamos que ele se comportasse como os outros ativadores desse tipo. Comparemo-lo, então, ao item lexical *mas*, o exemplo mais clássico de ativador de implicatura convencional. Como vimos no exemplo apresentado anteriormente, com a sentença *João é bonito, mas é legal*, é ativada, pelo item *mas*, a implicatura convencional de que existe uma oposição entre ser bonito e ser legal. É amplamente aceito que *João é bonito* e *é legal* fazem parte do dito; somente a implicatura convencional de oposição é que não faria parte do dito. Da mesma forma, *birds have hair* e *Bill and Harry left* também devem fazer parte do dito. Se *since* é um ativador de implicatura convencional, o que não fará parte do dito será somente a implicatura ativada por ele, não toda a oração. O erro de Sadock, então, foi o de achar que o item ativador de implicatura convencional é capaz de retirar o conteúdo do campo da semântica e levá-lo para o campo da pragmática. O que leva Sadock a esse engano é a premissa falsa apresentada acima, a de que conteúdo veiculado com implicatura convencional deixa de fazer parte do dito. Assim, concordamos com Sadock que a proposição de que Harry saiu é não-destacável de *Bill and Harry left*. Essa é, entretanto, uma inferência semântica, não uma implicatura convencional.

⁷ Cabe salientar que, nessa discussão sobre o critério da não-destacabilidade, os exemplos de implicaturas convencionais trazidos por Sadock são exemplos do que é classicamente considerado pressuposição. No exemplo apresentado, *since* evidenciaria uma pressuposição de que a oração da qual ele faz parte é verdadeira. Acreditamos que é a esse conteúdo pressuposicional que se deve a crença de Sadock de que todo o conteúdo vinculado a *since* não faz parte do conteúdo semântico da sentença, uma vez que ele é apresentado como verdadeiro, inquestionável. Não o confrontaremos a este respeito aqui, pois o propósito deste capítulo é apenas discutir a eficácia dos testes na identificação do tipo de implicatura em questão, e a escolha de exemplos para análise feita por Sadock não afetará a discussão.

Sadock ainda traz mais um argumento contra a suficiência do teste da não-destacabilidade, qual seja, o de que devem existir expressões que não podem ser parafraseadas. Ele ainda salienta que se considera que não existem duas expressões que compartilhem exatamente o mesmo significado. Concordamos parcialmente com Sadock. Ninguém pode afirmar categoricamente que todas as expressões poderão ser parafraseadas. Neste caso, basta aceitarmos que, quando não encontrarmos uma paráfrase adequada para uma sentença, não poderemos fazer o teste. Entretanto, se encontrarmos paráfrases adequadas para a sentença em questão, saberemos que, caso a inferência permaneça, trata-se de fenômeno conversacional; caso contrário, temos um fenômeno convencional. Quanto à suposição de não existirem sinônimos perfeitos, discordamos dela e podemos afirmar que, do ponto de vista griceano, eles existem. Basta pensarmos novamente no exemplo mais comum de ativador de implicatura convencional: *mas*. Para Grice, essa palavra é sinônima de *e*, pois elas podem ser intercambiadas em uma sentença sem afetar as condições de verdade desta. Exemplos mais convincentes podem ser encontrados no rol das palavras de baixo calão e seus ditos sinônimos. Pode haver diferença de registro entre elas (umas serem mais aceitas em determinadas situações em detrimento de outras) mas, ao trocar uma pela outra, as condições de verdade da sentença permanecerão as mesmas. Dessa forma concordamos com Sadock que o teste não é suficiente; entretanto, como discutido acima, o teste ainda poderá ser utilizado quando encontrarmos um sinônimo apropriado para o ativador em questão. Sendo assim, o teste preserva sua utilidade, pelo menos em alguns casos.

Sadock não para suas críticas por aí. Para ele, existe um outro problema em relação ao teste da não-destacabilidade, ainda relacionado à questão dos sinônimos. Ele adverte que se poderia argumentar que o teste fica preso dentro de uma circularidade ao depender do julgamento de sinonímia verdadeira para o seu bom funcionamento. Ao considerarmos a substituição de uma expressão por outra, sua sinônima, em um enunciado que gere certa inferência, se essa substituição não mantiver a mesma inferência, ou seja, caso alguma das expressões tenha um significado destacável, devemos estar diante de um caso de implicatura convencional. Entretanto, segundo o autor, alguém poderia argumentar que os sinônimos em questão não são verdadeiros sinônimos e que, por isso, geram inferências diferentes. Dessa forma, poderíamos estar diante de um caso de inferência conversacional. Ele diz ainda que se poderia argumentar que o fato de as duas expressões em questão não gerarem a mesma implicatura **prova** que elas não são sinônimas. Essa ideia equivaleria a assumir que sinônimos não podem gerar inferências diferentes; e isso é um equívoco dentro da teoria griceana, uma

vez que contradiz a própria existência das implicaturas convencionais⁸. Não podemos utilizar inferências pragmáticas para julgar se duas expressões são sinônimas ou não. Sinonímia é uma questão semântica, que deve ser bem definida a fim de que possamos, antes de julgar a natureza do fenômeno pragmático em questão, determinar se duas expressões são sinônimas. Dessa forma, a alegada circularidade se mostraria inexistente, e o bom funcionamento do teste poderia ser alcançado através de uma definição eficaz de sinonímia. Apesar dessas dificuldades, tendo em vista todos os argumentos apresentados aqui, consideramos que o teste da não-destacabilidade pode nos auxiliar na diferenciação entre o que é convencional e o que é conversacional dentro da pragmática, apesar de não ser suficiente em todos os casos.

A quinta característica apresentada aqui é a da cancelabilidade. Pelo fato de as implicaturas conversacionais não fazerem parte do conteúdo convencional de uma sentença, um falante pode tranquilamente adicionar ao seu enunciado a informação de que uma determinada implicatura que foi gerada não deve ser mantida. Por outro lado, conteúdos gerados convencionalmente não podem ser cancelados, pois isso causaria contradição (no caso de conteúdo semântico) ou infelicidade interna (no caso de conteúdo não semântico) (Sadock, 1991[1978], p. 372). Vejamos alguns exemplos, primeiramente de cancelamento de implicatura conversacional.

(8) Está frio aqui.

O enunciado dessa sentença pode gerar a implicatura de que o falante gostaria que a porta fosse fechada. Entretanto, o falante pode, ao proferir a sentença, acrescentar algo como em (9) e cancelar a implicatura em questão.

(9) Mas eu não quero que fechem a porta.

Entretanto, em casos de implicaturas convencionais, a tentativa de cancelamento não funciona, como podemos ver no exemplo a seguir⁹.

⁸ Para questionar a suposição de que ativadores de implicaturas convencionais realmente são sinônimos de outros itens que não ativam as mesmas implicaturas que aqueles teríamos de questionar a teoria de Grice para as implicaturas convencionais. De fato, a existência de implicaturas convencionais pode ser questionada. Não cabe a este trabalho, no entanto, fazê-lo.

⁹ A sentença trazida por Sadock para ilustrar o caso de uma implicatura convencional não cancelável é *It's Odd that dogs eat cheese even though they don't* [*É estranho que cachorros comam queijo apesar de eles não comerem*]. Como faz em outros momentos do artigo, Sadock traz casos do que são, tradicionalmente, consideradas pressuposições como se fossem implicaturas convencionais. Mais do que isso, por essa

(10) Ele é inglês, mas é legal.

(11) # Ele é inglês, mas é legal. E eu não vejo nenhuma oposição entre essas duas coisas.

A tentativa de cancelamento da inferência produzida devido à presença do item *mas* na sentença em (11) não soa natural, sendo, dessa forma, pragmaticamente anômala. Por outro lado, não há dúvida de que as implicaturas conversacionais, de fato, são canceláveis. Sadock, entretanto, também tem restrições quanto ao uso dessa característica como teste para a classificação de implicaturas. Um dos argumentos que ele utiliza contra esse uso reside na observação de que o teste não distingue ambiguidades de casos de univocidade acrescida de implicaturas conversacionais. Observe o exemplo em (12), trazido por Sadock.

(12) Everyone speaks one language. [Todo mundo fala uma língua.]

Sadock afirma que a sentença em (12) é tradicionalmente considerada ambígua entre o sentido *para cada pessoa, existe uma língua que essa pessoa fala e todas as pessoas falam uma mesma língua*. Segundo Sadock, alguém poderia desambiguar essa sentença (cancelando um de seus sentidos) ao proferir, por exemplo:

(13) Everyone speaks one language although no one language is spoken by everyone. [Todo mundo fala uma língua, mas não há uma mesma língua falada por todos.]

O autor também afirma, no entanto, que se poderia argumentar que sentenças desse tipo não são ambíguas; que uma das leituras alegadamente ambíguas seria, na verdade, uma implicatura conversacional. Com esse argumento, *para cada pessoa, existe uma língua que essa pessoa fala* seria o único significado literal da sentença e *todas as pessoas falam uma mesma língua* seria uma implicatura conversacional baseada na máxima da quantidade. Ele afirma que se tem, inclusive, defendido que certos conteúdos são implicaturas conversacionais e não uma das instâncias de uma sentença ambígua justamente com base na cancelabilidade desses conteúdos (Searle, 1975, apud Sadock, 1991[1978]). Sadock

pressuposição estar em sua forma afirmativa, ela também é um acarretamento. Por esse motivo, trocamos o exemplo.

argumenta, no entanto, que esse comportamento é justamente o esperado de sentenças ambíguas, o que não poderia diferenciar os dois fenômenos.

O equívoco de Sadock aqui parece ser o de acreditar que as diferentes interpretações de uma sentença ambígua enunciada não resultam de inferências pragmáticas. Esse equívoco é herdeiro da ideia ultrapassada de que o nível da pragmática só entra em jogo quando há alguma falha no nível da semântica, como se aquela fosse apenas uma instância de reparo desta. Algumas máximas de Grice nos ajudam a perceber que isso não pode ser verdade. Observe a seguinte sentença.

(14) O dia hoje está bonito.

Mesmo quando um ouvinte interpreta essa sentença na sua forma literal, ele está observando a existência do princípio de cooperação. Ele analisa as circunstâncias do enunciado para julgar se o enunciador não está sendo irônico, por exemplo; ele pode julgar, através da máxima da quantidade (“dê a quantidade de informação exigida”), que o falante não acha que o dia está mais do que bonito, senão ele poderia ter expressado essa ideia usando a palavra *lindo*; ele pode analisar, com a ajuda da máxima da relação, se o falante não poderia estar enunciando essa sentença para sugerir alguma outra ideia relevante ao contexto, e assim por diante. Com esse simples exemplo, conseguimos perceber que não podemos nos dissociar da pragmática quando estamos falando de interpretação. Da mesma forma como um ouvinte precisa analisar o contexto para interpretar qual sentido do exemplo (14) o falante quer dar a seu enunciado, um dos diferentes sentidos da sentença em (12) – sendo esta uma sentença ambígua – (ou de qualquer sentença ambígua) vai ser escolhido pelo ouvinte a partir do seu processamento pragmático. Assim como alguém precisa buscar no contexto subsídios para julgar qual dos sentidos possivelmente atribuíveis a um enunciado aparentemente não ambíguo (como (14)) é mais relevante, um dos sentidos ambíguos de uma sentença como em (12) também vai precisar ser julgado mais relevante do que o outro para que se decida qual deles será o escolhido. Finalmente, assim como um ouvinte pode simplesmente não conseguir encontrar no contexto indicativos para a relevância de um enunciado, ele pode também não conseguir encontrar indicativos para a escolha entre os sentidos disponíveis de uma sentença ambígua. Fica claro, assim, que ambiguidade é uma propriedade de sentenças, que, em grande parte das vezes, só existe fora de contexto, e que o sentido específico de um enunciado é alcançado através do cálculo de implicaturas.

Voltemos, agora, a falar de cancelamento. Como dito anteriormente, cancelamos uma implicatura ao adicionar ao contexto algo que mostre ao ouvinte que a implicatura gerada não deve ser mantida. Ou seja, só podemos cancelar alguma interpretação que tenha sido produzida. Assim, no caso em questão, só podemos cancelar uma interpretação que tenha sido gerada a partir do enunciado de uma sentença ambígua; as outras interpretações que poderiam ter sido geradas (mas não foram) não podem ser canceladas, pois elas nem surgiram. Percebemos, então, que o exemplo trazido por Sadock, reproduzido aqui em (13), não é um caso de cancelamento, pois a leitura supostamente cancelada nem chega a surgir. O exemplo (13) parece mais ser um caso de especificação de sentido. Mesmo que haja, no entanto, um caso em que um dos sentidos licenciados pela ambiguidade surja e não seja o esperado pelo falante, ele pode cancelá-lo. O importante a se notar é que, nesse caso, o que o falante estaria cancelando seria a inferência conversacional que leva à seleção de uma das interpretações da sentença ambígua. Isso significa que o problema que Sadock encontrou para criticar o teste da cancelabilidade, na realidade, não é um problema, e, portanto, não nos fará descartar o teste.

Outra observação de Sadock foi feita a partir da análise da sentença em (15).

(15) # Gertrude not only almost swam the English Channel, in fact she swam it.
[Gertrude não só quase atravessou a nado o Canal da Mancha, na verdade ela atravessou.]

Sadock argumenta que o cancelamento do conteúdo gerado através do uso da palavra *almost* [quase], o de que o percurso não foi completado, não acontece com sucesso. Para ele, isso é um problema porque ele considera que a ideia da incompletude é uma implicatura conversacional escalar¹⁰. Nos atrevemos mais uma vez a dizer que Sadock se enganou. Não podemos dizer que *finalizar uma ação acarrete quase finalizar uma ação*; portanto não se trata aqui de um caso de implicatura conversacional escalar; estamos lidando puramente com a semântica da palavra e, por isso, essa sentença é estranha: não há como cancelar tal conteúdo.

¹⁰ Um item em uma posição superior em uma escala sempre acarreta os anteriores. Dessa forma, *todos* acarreta *alguns*, *três* acarreta *dois*, *lindo* acarreta *bonito*. Alguém que enuncia *Fulano é lindo* está se comprometendo com a verdade de Fulano ser bonito. Da mesma forma, uma pessoa que tem três filhos obrigatoriamente tem dois. O contrário não é sempre verdadeiro; alguém pode ter dois filhos e não ter três. Seguindo a máxima da quantidade (“dê a quantidade de informação exigida”), se uma pessoa escolhe usar uma palavra que está mais abaixo na escala (a acarretada) em detrimento da que está mais acima (a que acarreta), ela pode gerar a implicatura de que o item mais acima na escala não se aplica, uma vez que ela seria mais informativa ao usá-lo quando ele é aplicável. Assim, se alguém diz *Fulano é bonito*, esta pessoa não está afirmando que ele não é lindo, mas pode estar gerando essa implicatura (se Fulano fosse lindo, o enunciador poderia ter escolhido a palavra *lindo*, que seria mais informativa). A esse tipo de implicatura dá-se o nome de escalar.

Passamos agora para a característica da calculabilidade, aqui apresentada no item 6. No artigo de Grice, ela não está no mesmo lugar das demais; essa característica nos é apresentada logo nas primeiras páginas, quando o autor ainda está explicando sua teoria. Entretanto, ela merece um lugar junto das demais (talvez mais do que as três primeiras discutidas aqui), como fez Sadock, ao discutir as características das implicaturas de Grice. Sadock não deixou de fazer sua crítica quanto ao uso da característica em questão. Não há dúvidas de que algum tipo de mecanismo que permita inferências que não sejam baseadas somente no conteúdo semântico de um enunciado seja necessário para o surgimento de implicaturas conversacionais; entretanto, Sadock acredita que essa pode não ser uma característica suficiente. Segundo ele, o princípio de cooperação e as máximas que dele se seguem são muito produtivos, podendo gerar implicaturas que não existem. Ele exemplifica isso com a consideração do enunciado da seguinte sentença.

(16) It's cold in here. [Está frio aqui.]

Segundo Sadock, esse enunciado poderia gerar a inferência de um pedido para que fechassem a porta, mas também poderia gerar a inferência contrária, de um pedido para que a porta fosse aberta, ou para que lhe trouxessem um cobertor, ou então para que pagassem a conta da luz, e assim por diante. Ele ainda acrescenta que é difícil pensar em um pedido que não poderia ser gerado por esse enunciado em um contexto apropriado. Sadock acredita que, se o princípio de cooperação é forte o suficiente para fazer isso, ele também poderia gerar inferências indevidas.

Concordamos com Sadock que não existe nenhuma formulação teórica que tenha sido capaz de explicitar um mecanismo que evidencie todos os cálculos envolvidos na produção de implicaturas conversacionais. Por conta disso, é difícil prever o que efetivamente será gerado através de cálculo a partir do princípio de cooperação na produção de algum enunciado. Perceber essa dificuldade, no entanto, não nos força a ignorar a existência de cálculo na geração de inferências conversacionais. Mais recentemente, inclusive, encontramos alguns trabalhos que clarificam um pouco a calculabilidade de inferências pragmáticas. Um dos progressos mais significativos nesse sentido foi feito por Horn (1989), que explicitou o cálculo a partir do qual resultam implicaturas de quantidade escalares. Goldnadel (2004), por sua vez, demonstra alguns cálculos envolvidos na geração de pressuposições.

Apesar de essa não ser (ainda) uma característica cujo funcionamento entendamos de forma exata, parece que conseguimos, pelo menos intuitivamente, saber quando alguma

inferência é feita através do significado das palavras (ou construções linguísticas) e quando ela surge a partir de cálculo, mesmo que todas as possibilidades de cálculo ainda não estejam exploradas. Ou seja, talvez em alguns casos não seja tão simples reconhecer os detalhes do cálculo que dá surgimento a uma implicatura conversacional, mas não podemos ignorar que essa é uma característica importante e produtiva, o que tende a ficar cada vez mais claro à medida que se aprofundam os estudos na área.

Outro motivo para Sadock não considerar essa característica suficiente para identificar uma implicatura conversacional é a existência de implicaturas conversacionais que se tornaram convencionalizadas. Para ele, a expressão *ir ao banheiro*, por exemplo, não tem apenas o significado decorrente da junção de suas partes; está associado a ela, de forma convencional, algo como *realizar uma função fisiológica*, o que pode ser evidenciado pelo exemplo *meu cachorro foi ao banheiro no tapete da sala*, que pode ser enunciado sem estranheza. Entretanto, uma pessoa que não estivesse familiarizada com essa convenção conseguiria chegar até ela (através do princípio de cooperação) quando ouvisse um enunciado desse tipo. Para Sadock, isso não seria desejado, pois seria um caso de convenção descoberto através de cálculo. Discordamos de Sadock nesse ponto. Só é possível chegarmos ao significado em questão por meio de cálculo por se tratar de uma inferência conversacional. O fato de uma inferência conversacional se tornar convencionalizada não tira dela sua natureza conversacional. Dessa forma, basta estarmos cientes de que, na presença de uma implicatura conversacional que se tornou convencional, o teste da calculabilidade identificará sua natureza conversacional. Evidentemente, se, em algum momento de uma língua, a realização de uma implicatura conversacional convencionalizada perder as condições necessárias para uma interpretação conversacional e restar somente a interpretação convencional, neste caso, não será mais possível chegar a ela através de cálculo. Com esta explicação, entendemos que este teste também deverá ser mantido.

Além das seis características apresentadas por Grice, Sadock observa a existência de mais uma, qual seja, a reforçabilidade. Segundo ele, uma vez que as implicaturas conversacionais não fazem parte da porção convencional de um enunciado, elas podem ser reforçadas sem que isso cause redundância e, assim, estranheza. O reforço de implicaturas convencionais, por outro lado, soaria estranho, uma vez que constituiria uma reafirmação de algo que foi implicado convencionalmente. Considere os seguintes exemplos.

(17) Está frio aqui; eu gostaria que você fechasse a janela.

(18) # Ele é inglês, mas é legal, e eu acho que existe uma oposição entre essas características.

O exemplo em (17) apresenta a possibilidade de uma implicatura conversacional – de que, se o falante enuncia que está com frio, ele gostaria que a janela fosse fechada – ser reforçada sem que haja sensação de estranheza para os ouvintes. Por outro lado, no exemplo em (18), identificamos uma tentativa de reforço da implicatura convencional ativada pelo item *mas*; nesse caso, entretanto, o reforço causa estranheza, devido ao fato de o item *mas* já apresentar convencionalmente o conteúdo reforçado, o que torna o enunciado redundante.

Sadock considera este teste tão útil quanto o teste da cancelabilidade, inclusive no que diz respeito a sua incapacidade de distinguir implicaturas conversacionais de ambiguidades. Para ele, representaria um problema o fato de interpretações de sentenças ambíguas poderem ser canceladas. Como já vimos ao apresentarmos a característica da cancelabilidade, este não é um problema de fato, uma vez que as diferentes interpretações de uma sentença ambígua só são geradas na pragmática, com o auxílio do princípio de cooperação. Além disso, Sadock observa que o teste da reforçabilidade só funciona para as implicaturas convencionais quando o reforço vem depois da sentença que contém o ativador da implicatura. Dessa forma, um enunciado de (19) não soaria estranho.

(19) Eu acho que existe uma oposição entre ser inglês e ser legal; e ele é inglês, mas é legal.

Não estamos certos de que, de fato, esse enunciado não seja estranho. Esse exemplo foi criado por nós como forma de fazer um paralelo com o exemplo (18), também criado por nós. Isso porque Sadock não traz para sua discussão casos tradicionais de implicaturas convencionais. Para falar da característica da reforçabilidade (assim como ele já havia feito anteriormente ao discutir a cancelabilidade), ele trouxe como exemplo uma sentença que contém o que é tradicionalmente considerado uma pressuposição¹¹. Obviamente, não queremos discutir a eficácia de um teste que se propõe a diferenciar inferências convencionais de conversacionais a partir de um fenômeno que ainda traz dúvidas em relação a sua natureza.

¹¹ O exemplo de implicatura convencional reforçada com estranheza trazido por Sadock é o seguinte: *It's odd that dogs eat cheese, and they do* [É estranho que cachorros comem queijo, e eles comem]; o exemplo que o autor considera ser um bom caso de reforço de implicatura convencional, por ele anteceder a sentença reforçada é *Dogs eat cheese and it's odd that they do* [Cachorros comem queijo, e isso é estranho]. Nos dois casos, estamos diante do que seriam tradicionalmente consideradas pressuposições e, além disso, de acarretamentos.

Especialmente porque é justamente para conseguir entender melhor este fenômeno que este trabalho analisa tais testes.

A única vantagem do teste da reforçabilidade em relação ao da cancelabilidade, segundo Sadock, é que aquele parece ser um teste mais sensível do que este. Para ele, algumas implicaturas conversacionais parecem ser mais facilmente reforçáveis do que canceláveis. É o que ele tenta demonstrar com o exemplo a seguir.

(20) Gertrude almost, but didn't quite, swim the English Channel. [Gertrude quase, mas não totalmente, atravessou nadando o Canal da Mancha.]

Sadock considera perfeitamente aceitável o reforço (*but didn't quite* [mas não totalmente]) à ideia de que o percurso não foi completado. Por outro lado, como visto no exemplo em (15) o mesmo conteúdo não é cancelável. Entretanto, como já discutimos ao falarmos da cancelabilidade, Sadock se enganou ao tratar o caso de *almost* [quase] como implicatura conversacional escalar. Dessa forma, os exemplos em (15) e (20) não deveriam se adequar ao que se espera de implicaturas conversacionais. O fato de o conteúdo em questão ser reforçado em (20), no entanto, traz um problema para o teste da reforçabilidade, uma vez que somente conteúdos conversacionais deveriam ser passíveis de reforço. Já aqui podemos ver que a reforçabilidade em si não pode ser um critério definitório.

Essa constatação nos permitiu analisar essa característica de outra forma. Se a reforçabilidade, sozinha, não pode ser usada para classificar um conteúdo, talvez os efeitos pragmáticos causados pelo reforço possam. Observemos alguns exemplos.

(21) (Contexto: Dois amigos estão conversando sobre o paradeiro de João, ambos sabem que João tem um carro amarelo e um deles profere o enunciado a seguir.)

- Tem um carro amarelo na frente da casa da Maria; talvez o João esteja lá.

(22) (Contexto: Dois irmãos estão conversando.)

A: - Você comeu os doces que a vovó mandou para nós?

B: - Comi alguns, não todos.

(23) Ele é inglês, mas é legal. Ingleses não costumam ser legais.

(24) Eu não vou sair hoje. Não vou mesmo!

Em todos os casos apresentados acima, há algum tipo de reforço. No exemplo (21), estamos diante de um caso de implicatura conversacional de relevância. Nesse exemplo há o reforço de que o João pode estar na casa da Maria, o que já estava implicado ao se dizer que havia um carro lá. Esses casos nos parecem os mais facilmente reforçáveis, uma vez que o cálculo que dá origem a esse tipo de implicatura não é muito determinado¹², podendo, assim, falhar. O reforço, nesses casos, parece ter a função de garantir a compreensão da implicatura; ele seria um esclarecimento. No exemplo (22), também estamos diante de um exemplo de implicatura conversacional, mas, dessa vez, trata-se de uma implicatura de quantidade. O reforço, nesses casos, não parece servir para garantir a compreensão, uma vez que ela já está bastante garantida, tendo em vista o caráter determinado desse tipo de implicatura. Aqui ele é usado como uma quebra de possível expectativa. B parece inferir que o irmão está preocupado com a possibilidade de ele ter comido todos os doces dados pela avó. Dessa forma, ele quer deixar bem claro que não comeu todos, quebrando as expectativas do irmão. Também podemos pensar nesses casos como um ato de denegação: o falante acredita que o seu interlocutor tenha uma crença e reforça a implicatura em uma tentativa de retificar aquela crença.

O exemplo (23), por sua vez, traz um caso de implicatura convencional. A sentença é uma versão da que apresentamos em (18), que julgamos não ser reforçável; a diferença é a forma como o reforço é feito (a substituição de *e eu acho que existe uma oposição entre essas características* (presente em (18)) por *Ingleses não costumam ser legais*). Ao nos depararmos com exemplos como (20), em que há o reforço de um conteúdo convencional, percebemos a necessidade de analisar outros casos e checar se conteúdo convencional é realmente não reforçável. O que vimos é que, feito de forma adequada, em um contexto adequado, esses conteúdos também são passíveis de reforço. O que percebemos, no entanto, é que, nesses casos, o reforço produz um efeito diferente do dos casos analisados em (21) e (22). O reforço de implicaturas convencionais parece ter o efeito de justificativa do uso do item lexical que gera a implicatura. Nesse caso, o enunciador parece estar pretendendo explicar a escolha de *mas*, em detrimento de *e*, por exemplo. Em (23), não há necessidade de esclarecimento, uma vez que a implicatura gerada pelo item *mas* é bem explícita. Um outro tipo de efeito é produzido ao se reforçar um conteúdo semântico, como mostra o exemplo (24). Parece-nos que o reforço é puramente uma tentativa de enfatizar o que já havia sido dito antes, de mostrar

¹² Como discutimos anteriormente quando falamos sobre a característica da indeterminação.

para o ouvinte que o conteúdo do que ele havia proferido deve ser tomado como verdadeiro, e esse tipo de reforço é encontrado com bastante frequência na língua. Assim, não podemos dizer que esses conteúdos não são reforçáveis.

Ao analisarmos esses exemplos, concluímos que, a rigor, qualquer conteúdo é reforçável, inclusive um conteúdo literal; basta que haja um contexto adequado para tal. Dessa forma, poderíamos dizer que o critério da reforçabilidade não distingue o que é convencional daquilo que é conversacional; esse critério, no entanto, exerceria um papel na identificação do tipo de conteúdo em questão se analisarmos os efeitos gerados pelo reforço.

1.2. Considerações finais

Algumas das características apresentadas neste capítulo têm sido utilizadas como testes para diferenciar a natureza de fenômenos pragmáticos. Pela discussão que fizemos até aqui, parece-nos, de fato, que alguns deles têm alguma utilidade para diferenciar fenômenos conversacionais de convencionais. É verdade que a tradição de uso desses testes é mais forte no caso da diferenciação entre implicaturas convencionais e conversacionais. Entretanto, podemos esperar que fenômenos conversacionais compartilhem semelhanças entre si, assim como os convencionais. Para os propósitos deste trabalho, portanto, os testes da indeterminação, da cancelabilidade, da calculabilidade e da não-destacabilidade são relevantes, porque podem ser utilizados como método de decisão a respeito da natureza das pressuposições. Além disso, a reforçabilidade pode nos auxiliar na análise dos efeitos que o reforço de pressuposições causa.

Dessa forma, aplicaremos esses testes a sentenças clássicas da literatura sobre pressuposição, além de discutirmos exemplos novos que podem nos auxiliar na correta caracterização do fenômeno. Essa análise é feita no terceiro capítulo deste trabalho, juntamente com a apreciação de Simons (2001), trabalho que sugere que pelo menos algumas pressuposições têm natureza conversacional e que nos inspirou a buscar uma forma de testar esse fenômeno à luz dos testes apresentados neste capítulo. Antes, porém, de fazermos essa análise e de apresentarmos o trabalho de Simons, que traz uma proposta conversacionalista para o surgimento das pressuposições, apresentamos, no próximo capítulo, duas propostas representativas de uma época em que começaram a se consolidar abordagens pragmáticas da pressuposição, em que a pressuposição era, contudo, vista como um fenômeno convencional.

2. ABORDAGENS FUNDAMENTAIS PARA A VISÃO CONVENCIONALISTA DE PRESSUPOSIÇÕES: KARTTUNEN (1973) E KARTTUNEN (1974)

Neste capítulo, analisamos duas propostas de Karttunen, um dos autores representativos da primeira leva de trabalhos que se propôs a sugerir mecanismos de descrição do comportamento da pressuposição, seguindo a ideia de que ela é um fenômeno pragmático. Dizer que Karttunen oferece uma abordagem pragmática pode fazer supor que a pressuposição seja considerada por ele um fenômeno de natureza conversacional. É importante ressaltar, entretanto, que esse não é o caso; mesmo que a pragmática tenha sido invocada, o surgimento da pressuposição ainda é tratado aqui de uma forma muito parecida com aquela das abordagens semânticas.

Dessa forma, a análise feita neste trabalho tem o principal propósito de identificar esse teor convencionalista de Karttunen para o surgimento da pressuposição em dois de seus principais artigos sobre o tema. É importante ressaltar que não é preocupação de Karttunen, em nenhum dos artigos apresentados, oferecer uma proposta para explicar o surgimento de pressuposições. Embora os trabalhos abordados neste capítulo não reflitam diretamente sobre a forma como as pressuposições surgem, podemos encontrar elementos que indicam, a partir da forma como a questão é tratada, que eles as compreendem como conteúdos convencionais. Assim, procuramos aqui identificar esses elementos, a fim de explicitar a posição do autor em relação a essa questão.

Grande parte das abordagens que tratam do problema da projeção considera a pressuposição como dada e resolve a projeção com mecanismos que envolvem convenção ou conversação. Aqui, quando falamos em convencionalistas e conversacionalistas, estamos fazendo uma divisão entre quem oferece soluções convencionais para derivar pressuposições

(antes de qualquer projeção) e quem tem uma solução conversacional para isso. O autores tratados neste capítulo são convencionalistas nesse sentido. Em muitos dos casos, no entanto, essa postura convencional transborda para o problema da projeção, mas essa não é uma regra. Assim, o fato de considerarmos um autor convencionalista não significa que ele não use em sua abordagem algum elemento conversacional. Estamos falando estritamente do que diz respeito ao surgimento das inferências pressuposicionais.

Antes de apresentar esses trabalhos, apresentamos brevemente o modo como surgiu o problema da projeção das pressuposições.

2.1. O problema da projeção

A discussão sobre o problema da projeção de pressuposições foi feita inicialmente nos artigos de Langendoen e Savin (1971) e de Morgan (1969). Esses artigos lidam com a questão de como as pressuposições de uma oração são relacionadas às pressuposições de sentenças complexas das quais ela faz parte. Considere os exemplos trazidos por Karttunen (1973):

(1) (a) Bill does not know that all of Jack's children are bald. [Bill não sabe que todos os filhos de Jack são calvos.]

(b) All of Jack's children are bald. [Todos os filhos de Jack são calvos.]

(2) (a) If Fred has stopped beating Zelda, then Fred no longer resents Zelda's infidelity. [Se Fred parou de bater em Zelda, então Fred não está mais ressentido com a infidelidade dela.]

(b) Fred no longer resents Zelda infidelity. [Fred não está mais ressentido com a infidelidade de Zelda.]

(c) Fred has stopped beating Zelda. [Fred parou de bater em Zelda.]

A sentença complexa em (1a) contém a sentença apresentada em (1b), que pressupõe que Jack tem filhos. Essa pressuposição também está presente na sentença (1a). Podemos dizer, assim, que a sentença complexa manteve a pressuposição de sua subordinada. O mesmo padrão pode ser evidenciado nos exemplos em (2), em que estamos diante de um caso de

manutenção de pressuposições em uma sentença condicional. A pressuposição de que Zelda foi infiel está presente tanto na sentença apresentada em (2b) quanto na sentença condicional que a contém como conseqüente. Da mesma forma, a pressuposição de que Fred batia em Zelda está presente tanto na sentença apresentada em (2c) quanto na condicional que a contém como antecedente. Observando exemplos desse tipo, em que sentenças complexas herdavam as pressuposições de suas partes, Langendoen e Savin propuseram sua solução para o problema da projeção. Pare eles, as pressuposições de uma sentença complexa são a soma das pressuposições de seus constituintes mais as associadas à própria sentença principal. Isso é o que Morgan chamou de hipótese cumulativa (Karttunen, 1973).

Langendoen e Savin não perceberam, no entanto, que nem sempre as pressuposições de uma sentença resultam como pressuposições efetivas de enunciados que a contém. Frente a casos desse tipo, Morgan apontou para o fato de que a hipótese cumulativa pode levar a previsões equivocadas, como podemos ver nos exemplos a seguir, também de Karttunen (1973).

(3) (a) If Jack has children, then all of Jack's children are bald. [Se Jack tem filhos, então todos os filhos de Jack são calvos.]

(b) Jack has children. [Jack tem filhos.]

(c) All of Jack's children are bald. [Todos os filhos de Jack são calvos.]

(4) (a) Bill ordered Fred to stop beating Zelda. [Bill mandou Fred parar de bater em Zelda.]

(b) Fred has stopped beating Zelda. [Fred parou de bater em Zelda.]

(3a) tem uma oração conseqüente, apresentada em (3c), que pressupõe que Jack tem filhos. No entanto, (3a) não tem a mesma pressuposição. Podemos perceber que ocorre o mesmo no exemplo em (4a): a pressuposição de que Fred batia em Zelda, presente em (4b), não é uma pressuposição da sentença complexa (4a) que a contém. Como explica Karttunen, podemos imaginar que Bill acreditava erroneamente que Fred batia em Zelda e que ele tenha mandado ele parar de fazê-lo por ter essa crença. Se o falante afirma (4a), ele está reportando o que Bill fez, independentemente de as motivações de Bill serem verdadeiras ou falsas. O falante, nesse caso, não se compromete com a verdade de (4b); ao preferir (4a), ele somente se compromete com o ato de Bill expresso pela sentença.

Com a observação de falhas da hipótese cumulativa, começaram a surgir trabalhos buscando distinguir os casos em que as pressuposições de uma oração são herdadas por uma oração que a contém dos casos em que a pressuposição não é projetada. A seguir, apresentaremos alguns desses trabalhos que tentaram descrever o problema da projeção.

2.2. Karttunen (1973) - *Presuppositions of Compound Sentences*

No artigo *Presuppositions of Compound Sentences*, de 1973, Karttunen apresenta uma das propostas clássicas para lidar com o problema da projeção, baseada na afirmação de que há três tipos de predicados que admitem complementos oracionais: os tampões (*plugs*), os buracos (*holes*) e os filtros (*filters*). Antes de apresentar a proposta, é importante ressaltar que o foco de Karttunen, nesse artigo, não é o de investigar a natureza das pressuposições; seus esforços são inteiramente voltados à tentativa de mostrar como a pressuposição se projeta. Isso poderia levar a supor que o artigo não permite avaliar a posição do autor quanto à natureza das pressuposições. No entanto, o texto apresenta alguns indícios de que, segundo a visão do autor, as pressuposições surgem de modo convencional. O artigo foi escrito no contexto do surgimento das abordagens pragmáticas para lidar com o problema da projeção de pressuposições, representando uma oposição à tradição semântica que era dominante até então. Como já mencionado na introdução deste capítulo, mesmo dando esse salto para uma abordagem pragmática, Karttunen permanece apegado à ideia de que conteúdo pressuposicional surge convencionalmente, não conversacionalmente, como se pode depreender da seguinte passagem.

If I understand Keenan and Stalnaker correctly, pragmatic presuppositions (...) are to be thought of as *sincerity conditions* for the utterance of a sentence. It may be useful in this connection to use the term “linguistic context of an utterance” for the set of assumptions that the speaker of the utterance thinks he shares with his intended audience. Thus we can say that, in determining what **the pragmatic presuppositions of a given sentence** are¹, we thereby define a class of linguistic contexts in which it could be sincerely uttered.² (Karttunen, 1973, p.170)

¹ Grifo nosso.

² Tradução: “Se compreendo Keenan e Stalnaker corretamente, pressuposições pragmáticas (...) devem ser concebidas como *condições de sinceridade* para o enunciado de uma sentença. Pode ser útil, a este respeito, empregar o termo ‘contexto linguístico de um enunciado’ para o conjunto de premissas que o falante de um enunciado pensa compartilhar com a audiência pretendida. Assim, podemos dizer que, ao determinar quais são **as pressuposições pragmáticas de uma dada sentença**, definimos uma classe de contextos linguísticos em que ela poderia ser enunciada com sinceridade.”

Apesar de a passagem acima apresentar uma série de elementos de natureza conversacional, a convicção de que pressuposições são geradas de modo convencional fica evidente no trecho em que Karttunen faz referência a “pressuposições de uma dada **sentença**”. As noções de contexto e de enunciado fazem parte da definição de pressuposição pragmática considerada aqui, mas essas noções só são relevantes depois de a pressuposição já ter sido definida: uma vez que são as pressuposições de uma sentença que irão determinar as condições de sinceridade de um enunciado (os contextos em que a sentença poderá ser enunciada sinceramente), as pressuposições estão presentes antes mesmo da própria enunciação, antes mesmo da consideração de qualquer contexto. Para Karttunen, portanto, as pressuposições são das sentenças, a unidade linguística abstrata; não do enunciado, a unidade linguística em uso. O que vemos aqui é a crença de que a sentença (ou algum componente dela) é o elemento responsável pelo surgimento da pressuposição; é ela que tem alguma propriedade que permite o surgimento dos conteúdos pressuposicionais, não o enunciado. Assim, ao afirmar que é a sentença que pressupõe, ou seja, que a pressuposição surge no nível sentencial, ele está considerando, de certa forma, que a pressuposição deriva de uma convenção linguística.

Além de tomar como dado que as pressuposições surgem convencionalmente, no nível sentencial, o modelo de Karttunen (1973) também tenta descrever a projeção das pressuposições de forma convencional. Ele concorda com Langendoen e Savin (1971) que existe um mecanismo cumulativo para a projeção das pressuposições. Karttunen, entretanto, enxerga que o mecanismo não funciona sempre cumulativamente, pois em alguns casos as pressuposições são barradas. Para mostrar como acontecem esses bloqueios, ele introduz as noções de filtros, buracos e tampões. No grupo dos buracos estão os predicados com os quais o princípio cumulativo funciona sem problemas. Os bloqueios de pressuposições são realizados a partir dos filtros e dos tampões. A seguir, veremos como funciona esse mecanismo.

2.2.1. Tampões

O primeiro grupo de predicados mencionado por Karttunen, os tampões, contém os chamados verbos dicendi e os verbos performativos, tais como *dizer*, *mencionar*, *declarar*, *contar*, *perguntar*, *prometer*, *acusar*, *criticar*, *culpar*, etc. De acordo com Karttunen (1973), o

que há em comum entre eles é que eles podem ser usados para reportar o que foi dito ou o ato ilocucionário performado. Como já sugere o nome da categoria dado por Karttunen, esse tipo de verbo **bloqueia** as pressuposições da sentença³ complemento, uma vez que se pode reportar a fala de alguém sem que, para isso, se comprometa com a verdade das pressuposições dessa fala, como já observado no exemplo (4). Observe mais alguns exemplos de Karttunen.

(5) Harry has promised Bill to introduce him to the present king of France. [Harry prometeu a Bill apresentá-lo ao atual rei da França.]

(6) Sheila accuses Harry of beating his wife. [Sheila acusa Harry de bater em sua esposa.]

Segundo o autor, a sentença (5) não pressupõe que existe um rei da França. Harry pode muito bem ser um maluco que imagina ser amigo de um rei que não existe e dizer que vai apresentá-lo a Bill. Também para ele, a sentença (6) não carrega a pressuposição de que Harry tem uma esposa. Sheila pode ser uma pessoa mentirosa que apenas quer prejudicar a imagem de Harry. Essas observações do autor revelam alguma disposição para justificar, com bases em aspectos conversacionais, a classificação de determinados itens lexicais como tampões. No entanto, diante de exemplos em que a previsão associada a tampões falha, o autor evita dar continuidade a uma abordagem que considere aspectos de ordem conversacional. Diante do caso (7) a seguir, por exemplo, limita-se a reconhecer que, em alguns contextos, os tampões vazam. São casos em que o sujeito da oração principal é o próprio falante e a sentença é usada de forma performativa. Observe:

(7) I ask you to stop beating Zelda. [Eu te peço para parar de bater em Zelda.]

Karttunen diz que, a fim de que o enunciado de (7) seja sincero, é necessário que faça parte do contexto o ouvinte bater em Zelda.

Já nesse primeiro grupo de predicados, consideramos importante observar dois pontos. Primeiro, como Karttunen mesmo admitiu, não é completamente claro para todos os falantes que sentenças como (5) e (6) não permitam inferir os conteúdos em questão. Para a intuição

³ Apesar de não considerarmos adequado falar de *sentença* ao analisar pressuposições, seguimos usando essa palavra em detrimento de *enunciado*, a fim de preservarmos a visão de Karttunen.

de alguns falantes, essas sentenças pressupõem tais conteúdos, especialmente se considerado em que contextos elas podem aparecer, ou seja, se considerados os **enunciados** dessas sentenças. Voltaremos a falar sobre isso mais adiante, quando outros elementos importantes para essa discussão já estiverem sido apresentados.

O segundo ponto a se observar sobre os tampões é o fato de eles vazarem. Karttunen identifica um contraexemplo para sua teoria a partir de casos como o apresentado em (7). Ele percebe que há alguma diferença entre sentenças performativas que trazem como sujeito da oração principal o próprio falante e as demais. Ele enxerga que, nesses casos, o tampão não funciona. Entretanto, a partir desse reconhecimento, Karttunen não propõe neste trabalho qualquer extensão da teoria que seja suficientemente articulada para lidar com o caso de enunciados com performativos em que o sujeito faça referência ao próprio falante. De fato, exemplos como (7) indicam que, no caso de teorias para lidar com a projeção de pressuposições, mesmo uma boa solução de índole convencional termina por esbarrar em problemas que sugerem a necessidade de que os modelos teóricos, em algum ponto, levem em consideração questões de natureza conversacional.

2.2.2. *Buracos*

O segundo grupo de predicados de Karttunen, os buracos, é formado pelos predicados comuns que podem tomar algum complemento, tais como *saber*, *entender*, *começar*, *parar*, *continuar*, *evitar*, *forçar*, *hesitar*, etc⁴. Para todos esses verbos, a hipótese cumulativa funciona sem problemas. Sempre que o verbo principal de uma sentença for um buraco, as pressuposições da sentença complemento serão também pressuposições da sentença principal como um todo. Observe os exemplos apresentados por Karttunen.

- (8) (a) Fred has a wife. [Fred tem uma esposa.]
 (b) Fred has been beating his wife. [Fred vem batendo em sua esposa.]
 (c) Fred stopped beating his wife. [Fred parou de bater em sua esposa.]
 (d) Fred hesitated to stop beating his wife. [Fred hesitou em parar de bater em sua esposa.]

⁴ Karttunen afirma que todos os factivos de Kiparsky, verbos aspectuais de Newmeyer e seus próprios implicativos fazem parte desse grupo. Ele sugere também que os verbos de atitude proposicional e alguns dos predicados de criação de mundo de Morgan também poderiam ser considerados buracos e seus bloqueios serem tratados a partir dos filtros, como será visto adiante, na seção 2.2.4.

(e) It surprised Mary that Fred hesitated to stop beating his wife. [Foi uma surpresa para Mary que Fred hesitou em parar de bater em sua esposa.]

(f) Cecilia knew that it surprised Mary that Fred hesitated to stop beating his wife. [Cecilia sabia que foi uma surpresa para Mary que Fred hesitou em parar de bater em sua esposa.]

Com estes exemplos, Karttunen chama a atenção para a necessidade da estipulação de um mecanismo cumulativo. Uma vez que todos os predicados das sentenças acima são buracos, a sentença (8a) é uma pressuposição de todas as sentenças a partir de (8b). Da mesma forma, (8b) é uma pressuposição de todas as sentenças que contêm (8b). Entretanto, (8c) não é uma pressuposição (nem um acarretamento) das demais sentenças, apesar de as suas pressuposições serem mantidas nas demais sentenças. Ele explica que o fato de as pressuposições contidas em (8c) permanecerem presentes nas sentenças que a contêm não pode ser atribuída à transitividade característica da relação de acarretamento das sentenças, uma vez que (8c) não é pressuposta nem acarretada por (8d), (8e) e (8f) (de fato, não se pode afirmar nada sobre a verdade ou a falsidade de (8c)). Com isso, Karttunen tenta mostrar que o princípio cumulativo existe e que ele seria a regra geral, falhando apenas nos casos de presença de tampões, como já vimos, e de filtros, como veremos a seguir.

2.2.3. Filtros

O terceiro grupo de Karttunen é o dos filtros. Fazem parte desse grupo somente os conectivos lógicos *se...então*, *e* e *ou*. A questão aqui é conseguir diferenciar os casos em que a hipótese cumulativa funciona dos casos em que ela não funciona. Observe os exemplos.

- (9) (a) Se calvície é hereditária, então todos os filhos de João são calvos.
 (b) Se todos os filhos de João são calvos, então calvície é hereditária.
- (10) (a) Se João tem filhos, então todos os filhos de João são calvos.
 (b) Se todos os filhos de João são calvos, então João tem filhos.

A hipótese cumulativa funciona sem problemas nos exemplos em (9). A pressuposição de que João tem filhos, presente na oração consequente de (9a) e na oração antecedente de

(9b) é uma pressuposição do todo em ambas as sentenças. A falha da hipótese cumulativa está em (10). A pressuposição da oração conseqüente em (10a) não permanece uma pressuposição do todo; ela é filtrada. Quanto a (10b), Karttunen reconhece que é um exemplo estranho, mas avalia que a pressuposição, assim como nos casos em (9), é mantida.

O que acontece em casos como (10a) é que existe uma certa relação entre o antecedente e o conseqüente: o antecedente é a própria pressuposição do conseqüente. Karttunen percebe, então, que, em casos como esse, a pressuposição parece desaparecer. Ele também aponta para o fato de que o antecedente não precisa ser, necessariamente, igual à pressuposição do conseqüente para que a pressuposição seja filtrada. Basta que ele a acarrete semanticamente. Veja os exemplos.

- (11) (a) Se é verdade que João tem filhos, então todos os filhos de João são calvos.
 (b) Se Fred conseguiu beijar Cecília, ele vai beijá-la de novo.
 (c) Se Harry é casado, então sua esposa não vive mais com ele.

Em todos esses exemplos, a oração antecedente não é a pressuposição da conseqüente, mas a acarreta. Em (11a), a oração antecedente, *é verdade que João tem filhos*, acarreta a pressuposição da conseqüente, *João tem filhos*; em (11b), a oração antecedente, *Fred conseguiu beijar Cecília*, acarreta a pressuposição da conseqüente, *Fred beijou Cecília*, e, em (11c), a oração antecedente, *Harry é casado*, acarreta a pressuposição da conseqüente, *Harry tem uma esposa*. Assim, todas as pressuposições são filtradas. Karttunen ressalta que o que acontece em (10a) é simplesmente um caso específico de filtro, em que a pressuposição não só acarreta a oração antecedente, como também é igual a ela.

Como veremos mais adiante, Karttunen faz um ajuste em todos os filtros propostos. Para a discussão desses exemplos, no entanto, a primeira versão do filtro é suficiente:

Considerando que S é uma sentença qualquer da forma “Se A então B”

- a. Se A pressupõe C ($A \gg C$), então S pressupõe C ($S \gg C$).
 b. Se B pressupõe C ($B \gg C$), então S pressupõe C ($S \gg C$) a não ser que A acarrete semanticamente C ($A \Vdash C$).

Sentenças condicionais em que a pressuposição de qualquer de suas partes não é acarretada pela outra parte, como nos casos apresentados em (9), parecem realmente herdar a pressuposição em questão. Assim, o mecanismo parece prever adequadamente a projeção de

pressuposições desse tipo de sentença. Ele também parece prever adequadamente os casos em que não se torna pressuposição do todo uma pressuposição que seria atribuível isoladamente à segunda parte do condicional quando a pressuposição é acarretada pela primeira parte, como em (10a). Neste ponto, é importante salientar que Karttunen, novamente (como nas previsões propostas para os tampões), não fornece nenhuma explicação para essa filtragem. Uma vez que ele considera que o princípio cumulativo é a norma e constata que pressuposições são filtradas em determinados contextos, é necessário considerar que, nesses contextos, a norma cumulativa falha. Simplesmente apresentar um mecanismo preditivo e não explicar as motivações que levam a essas previsões é fornecer um mecanismo estipulativo. Assim, nos deparamos mais uma vez com a natureza convencionalista da proposta de Karttunen para a projeção de pressuposições.

Quanto à sentença apresentada em (10b), concordamos com Karttunen que se trata de uma sentença estranha. Não estamos certos, no entanto, como sustenta Karttunen, de que a sentença condicional herda a pressuposição isoladamente atribuível à primeira parte do condicional. O que torna difícil o julgamento da adequação do mecanismo para esse tipo de sentença é justamente sua estranheza, pois, para saber se uma sentença pressupõe algo, acreditamos que seja necessário primeiramente interpretá-la. Quando Karttunen diz que determinadas sentenças são estranhas, parece que ele está percebendo que é difícil encontrar uma situação comunicativa em que o uso dessas sentenças soe natural. Entretanto, como o autor propõe um mecanismo que parte de sentenças e não leva em consideração seus enunciados (suas situações comunicativas), ele não tem subsídios para ir além e atribuir uma interpretação a essas sentenças, o que o obriga a, ao esbarrar nesse tipo de sentença, limitar-se a admitir essa estranheza. Curioso é o fato de Karttunen, mesmo diante dessa situação, considerar que a pressuposição se mantém, pois uma sentença não interpretável não pode pressupor nada. Tentaremos, então, encontrar situações de uso para essa sentença e usar nossa intuição a fim de verificar a permanência da pressuposição em questão. Um primeiro contexto possível está descrito a seguir.

(Contexto: Ana e Maria estão conversando sobre João. Ana acredita que João tem filhos. Maria acredita que não. As duas estão conversando sobre essa questão. Júlia, que conhece bem o João, chega na conversa e enuncia (12).)

(12) Todos os filhos de João são calvos.

Ao que Ana enuncia (11b), repetida a seguir como (13).

(13) Se todos os filhos de João são calvos, então João tem filhos.

Considerando-se o contexto acima criado para o enunciado (13), a sentença parece possível e já não mais estranha. Nesse caso, o falante estaria usando o condicional como forma de manifestar sua adesão à ideia de os filhos do João serem calvos e para, diante dessa adesão, manifestar que acredita na consequência disso, que é a de que João tem filhos. Se esse for o único contexto em que essa sentença é aceitável, então o filtro de Karttunen parece realmente funcionar. Outros contextos, entretanto, sugerem que o filtro não funciona para todos os casos. Consideremos agora um contexto muito parecido com o apresentado acima, a única diferença sendo a de Júlia (o falante que enuncia (12)) ser reconhecidamente uma pessoa mentirosa, cujos enunciados não podem ser sempre tomados como verdadeiros. Ao enunciar (13), neste novo contexto, Ana não estaria mais indicando sua adesão à ideia de os filhos de João serem calvos. Nesse contexto, um falante poderia enunciar (13) com a intenção de manifestar sua dúvida em relação a tal conteúdo, indicando uma relutância em tomar a proposição como base para a aceitação da verdade de João ter filhos. Nesse caso, diríamos que a pressuposição em questão não é herdada pela sentença condicional, o que nos levaria a contestar a adequação do filtro proposto por Karttunen.

Outra forma de testar se essas sentenças realmente se comportam como prevê o filtro de Karttunen seria colocá-las nos contextos clássicos de teste, dos quais falamos na introdução deste trabalho. O problema é que a sentença (10b)/(13) não parece permitir sua transformação para nenhum dos contextos de teste, pois isto produziria sentenças para cujos enunciados não encontramos contextos possíveis. Por exemplo, um dos testes seria a interrogação, como a sentença em (14).

(14) Se todos os filhos de João são calvos, então João tem filhos?

Uma sentença como (14) não parece possível a não ser no caso de o falante estar perguntando justamente se ele pode pressupor que o João tem filhos partindo de uma asserção de que os filhos do João são calvos. Não parece, no entanto, que uma falante proficiente de uma língua faria essa pergunta, uma vez que esse falante deveria ter conhecimentos da língua suficientes pra saber os acarretamentos e pressuposições de um enunciado. Mesmo que o leitor discorde da impossibilidade da existência de enunciados como (14), ainda assim não

parece que este contenha a pressuposição alegada, o que seria mais uma evidência para a falha no filtro de Karttunen.

Muito semelhante ao filtro das sentenças condicionais é o das conjunções. Quando duas orações não apresentam relação semântica entre si, a sua conjunção apresenta todas as pressuposições das partes. Os exemplos abaixo são semelhantes aos exemplos em (9).

- (15) (a) Calvície é hereditária e todos os filhos de João são calvos.
 (b) Todos os filhos de João são calvos e calvície é hereditária.

Entretanto, quando as duas orações têm uma relação de acarretamento entre si, a análise precisa ir adiante: quando a primeira oração acarreta a pressuposição da segunda, as pressuposições são filtradas (o filtro das conjunções é o mesmo das condicionais. Apenas troca-se “Se A então B” por “A e B”):

- (16) (a) João tem filhos e todos os filhos de João são calvos.
 (b) Todos os filhos de João são calvos e João tem filhos.

De acordo com o mecanismo, a pressuposição de (16a) – *João tem filhos* – é filtrada; e, assim como no caso das condicionais, Karttunen não busca nenhuma motivação para isso, o que, como já discutimos, é característica de soluções convencionalistas. De forma semelhante ao que acontece com (10b), Karttunen diz que (16b) é estranha, até mais do que (10b). Karttunen chega a ensaiar uma explicação para essa estranheza, dizendo que ela se deve ao fato de o segundo conjunto ser uma consequência do primeiro. Ele diz, inclusive, que se poderia advogar pela exclusão desse tipo de sentença por ela violar algum princípio pragmático. No entanto, esse reconhecimento não impede Karttunen de afirmar que a sentença como um todo herda a pressuposição de seu primeiro conjunto – *João tem filhos*. Como já discutimos na análise do filtro das sentenças condicionais, não parece apropriado julgar as pressuposições de uma sentença sem antes interpretá-la. Novamente, defendemos a ideia de que precisamos encontrar um contexto comunicativo que permita o enunciado da sentença para, a partir disso, julgar suas pressuposições. Nesse caso, porém, não conseguimos encontrar nenhum contexto em que o enunciado de (16b) soasse natural⁵.

⁵ O único contexto imaginado para essa sentença seria seu proferimento com acento contrastivo na palavra *tem* (*Todos os filhos de João são calvos e João TEM filhos*), o que geraria a interpretação de que João tem muitos

Além disso (e talvez por causa disso), também não parece aceitável empregar (16b) em nenhum dos contextos clássicos de teste de pressuposições⁶. Observe:

(17) (a) Se é verdade que todos os filhos de João são calvos e João tem filhos, então João não gasta dinheiro com xampu.

(b) Todos os filhos de João são calvos e João tem filhos?

(c) Não é verdade que todos os filhos de João são calvos e João tem filhos.

(d) Talvez todos os filhos de João sejam calvos e João tenha filhos.

Todas as sentenças acima parecem anômalas. Talvez ainda mais do que a sentença original, pois elas não parecem permitir nem o efeito retórico possível em (16b) (cf. nota 5 deste capítulo). A anomalia parece se dever à redundância encontrada em todos os exemplos⁷. Dessa forma, parece impossível julgar as pressuposições presentes nos exemplos⁸, pois, se as sentenças não são interpretáveis, parece inconsistente que elas carreguem qualquer pressuposição. Isso significaria que, também para as conjunções, o filtro de Karttunen falha.

O último dos filtros é o da disjunção, que tem condições de filtragem um pouco diferentes das dos outros tipos de filtro:

Considerando que S é uma sentença qualquer da forma “A ou B”

(a) Se $A \gg C$, então $S \gg C$.

(b) Se $B \gg C$, então $S \gg C$ a não ser que ‘ $\sim A$ ’ $\Vdash C$.⁹

Assim como nos outros tipos de filtro, quando não existir relação semântica entre as duas partes da disjunção, não haverá filtragem, como podemos evidenciar nos exemplos a seguir.

filhos. Essa interpretação, no entanto, acrescentaria uma informação nova em relação ao que é acarretado pelo primeiro conjunto, o que demonstra a existência de uma proposição diferente da sugerida por Karttunen.

⁶ Referimo-nos aqui à família P da sentença afirmativa, conjunto de sentenças às quais as pressuposições têm a característica de resistir, conforme foi mencionado na introdução deste trabalho.

⁷ A interrogação parece ainda mais estranha, pois faz supor um falante contraditório: se ele pergunta se todos os filhos de João são calvos, ele parece assumir a condição de João ter filhos; ao perguntar, logo depois, se João tem filhos, ele gera uma contradição com a primeira parte da pergunta.

⁸ Talvez um critério interessante para a aplicação dos testes clássicos de pressuposição seja que a sentença teste seja aceitável. Não discutiremos isso aqui por essa questão não fazer parte do escopo deste trabalho.

⁹ Aqui, ‘ \gg ’ está por pressupõe e ‘ \Vdash ’ está por acarreta.

(18) (a) Either baldness is not hereditary or all of Jack's children are bald. [Ou calvície não é hereditária ou todos os filhos do Jack são calvos.]

(b) Either all of Jack's children are bald or baldness is not hereditary. [Ou todos os filhos de Jack são calvos ou calvície não é hereditária.]

Casos em que há uma relação semântica entre uma parte da disjunção e a pressuposição da outra vão exigir, assim como nos outros casos de filtros, condições específicas de filtragem. Observe os exemplos.

(19) (a) Either Jack has no children or all of Jack's children are bald. [Ou Jack não tem filhos ou todos os filhos de Jack são calvos.]

(b) Either all of Jack's children are bald or Jack has no children. [Ou todos os filhos de Jack são calvos ou Jack não tem filhos.]

Da mesma forma que os exemplos (10b) e (16b), (19b) é um enunciado estranho para Karttunen. Dessa vez, no entanto, ele não arrisca dizer que a pressuposição é mantida. Ele se abstém da discussão alegando não saber o que o enunciado pressupõe. Por outro lado, (19a) se comporta da mesma forma que (10a) e que (16a): nos três casos a pressuposição é filtrada porque o conteúdo da primeira oração inclui a pressuposição da segunda oração. No caso das disjunções, porém, é a negação da primeira oração que vai filtrar a pressuposição do conseqüente.

Karttunen não explica as motivações de nenhum de seus filtros, o que já vimos ser evidência da natureza convencionalista de sua proposta. No caso das disjunções, essa falta de motivação parece ainda mais estipulativa, pois ele simplesmente afirma, sem nenhuma reflexão sobre isso, que, agora, é a negação da proposição expressa pela primeira oração que faz parte do filtro. Sem fornecer nenhuma explicação para essa estipulação, testemunha-se, mais uma vez, a adoção de uma estratégia de abordagem convencionalista. Além disso, Karttunen não faz menção ao fato de, agora, na análise de disjunções, todas as sentenças que ele usa para exemplificar seu mecanismo conterem uma negação. Quanto à correta predição do mecanismo, o próprio autor admite que não consegue dizer se a sentença (19b) pressupõe algo.

Não estamos certos, porém, de que a sentença (19b) não é possível. Para nós, ela é menos estranha do que (10b) e (16b). Poderíamos, para o enunciado dessa sentença, pensar em um contexto em que duas pessoas estão discutindo o caráter hereditário da calvície e sabe-

se que Jack é calvo. Ana afirma que a característica é hereditária e tenta convencer Paulo disso. Para que se obtivesse mais uma evidência em direção à conclusão de que a calvície é realmente hereditária, Paulo perguntaria: *Os filhos de Jack são calvos?*, e a Ana responderia (19b). Nesse caso, parece que a pressuposição não se mantém, o que contraria o filtro proposto para as disjunções.

Ainda é possível encontrar exemplos de sentenças estruturalmente semelhantes a (19b), que são mais claramente aceitáveis, como (20) e (21).

(20) Either Bill resents that all of Jack's children are bald or Jack has no children.
[Ou Bill está ressentido que todos os filhos de Jack são calvos, ou Jack não tem filhos.]

(21) Ou João parou de fumar ou ele nunca fumou.

Em sentenças como essas parece evidente que a pressuposição atribuível à primeira oração não se mantém uma pressuposição do todo, ao contrário do que prevê o mecanismo de Karttunen.

Como vemos, ao analisar casos como (19b), (20) e (21), parece que o grande problema descritivo do mecanismo de filtragem das disjunções é o fato de ele ser assimétrico. As condições de filtragem de Karttunen (1973) preveem que, quando o conteúdo pressuposicional está na segunda oração, ele é filtrado pela primeira, se a negação desta acarreta a pressuposição daquela; entretanto, se o conteúdo pressuposicional está na primeira oração, o modelo não prevê nenhum tipo de filtragem. Casos como os analisados indicam, no entanto, que o conteúdo da segunda oração também interfere na determinação das pressuposições da primeira¹⁰.

As condições de filtragem são, porém, um pouco mais complexas do que sugerem os primeiros exemplos apresentados aqui. Karttunen apresenta um outro tipo de caso que o faz incluir o contexto no mecanismo. Observe o seguinte exemplo.

(Contexto:

- a. Fred acredita que mórmons usam lingerie sagrada.
- b. Fred tem motivos pra acreditar que Geraldine é mórmon.
- c. Fred vê a lingerie de Geraldine (pela primeira vez), e ela é normal.)

¹⁰ Karttunen reconhece a existência de exemplos como os apresentados, mas opta por considerar que essas sentenças não sejam totalmente gramaticais.

- (22) (a) Either Geraldine is not a Mormon, or she has stopped wearing holy underwear. [Ou Geraldine não é mórmon ou ela parou de usar lingerie sagrada]
 (b) Geraldine is a Mormon. [Geraldine é mórmon.]
 (c) Geraldine has worn holy underwear. [Geraldine usava lingerie sagrada.]

Aqui, a pressuposição da segunda oração de (22) não persiste como pressuposição da sentença. Entretanto, a negação do primeiro elemento da disjunção não pressupõe nem acarreta nada que pressupõe o segundo elemento. O que faz a pressuposição ser filtrada nesse caso é a junção de (22b) com a crença de Fred de que os mórmons usam lingerie sagrada, apresentada no contexto em (a). Assim, ele alerta para a necessidade de incluir as crenças do falante nas condições de filtragem. A seguir, temos a forma final do mecanismo das condições de filtragem proposta por Karttunen, que inclui o contexto precedente ao enunciado na segunda parte de (d) – “[...] a não ser que exista um conjunto X de fatos assumidos [...]”.

Considerando que S é uma sentença qualquer da forma “A ou B”

- a. Se $A \gg C$, então $S \gg C$.
 b. Se $B \gg C$, então $S \gg C$ a não ser exista um conjunto X (possivelmente nulo) de fatos assumidos tal que $X \cup \{\sim A\} \Vdash C$.
 (Restrições para X: $X \not\Vdash A$ e $X \not\Vdash C$)¹¹

Ele propõe o mesmo tipo de relaxamento do filtro para sentenças do tipo *se... então e e*:

- (23) (a) Se Geraldine é mórmon, ela parou de usar lingerie sagrada.
 (b) Geraldine é mórmon e ela parou de usar lingerie sagrada!

Considerando que S é uma sentença qualquer da forma “A e B” ou “Se A então B”

- a. Se $A \gg C$, então $S \gg C$.
 b. Se $B \gg C$, então $S \gg C$ a não ser exista um conjunto X (possivelmente nulo) de fatos assumidos tal que $X \cup \{A\} \Vdash C$.
 (Restrições para X: $X \not\Vdash \sim A$ e $X \not\Vdash C$)

¹¹ Essas restrições são importantes porque a) se fosse o caso que $X \Vdash A$, $X \cup \{\sim A\}$ acarretaria qualquer coisa e b) o acarretamento deve ser baseado parcialmente em $\sim A$, então X sozinho não pode acarretar C.

A inserção do contexto nos mecanismos dos filtros permite descrever um maior número de casos. Esses casos, no entanto, não acrescentam nenhuma questão muito nova à discussão feita anteriormente. Todos os filtros continuam sendo mecanismos estipulativos, continuam tratando elementos do léxico como itens aos quais determinadas características estão atreladas por uma simples convenção.

É importante ressaltar que esse ajuste nos filtros não altera substancialmente a discussão feita até esse ponto do trabalho em relação à correta descrição da projeção de pressuposições; essas novas condições de filtragem só aumentam a capacidade descritiva da teoria, uma vez que elas permitem descrever casos anteriormente não descritos, sem gerar erros na análise dos casos já descritos.

Além disso, o ajuste não exige revisão de qualquer dos argumentos apresentados até agora para a falha dos filtros; esse ajuste continua permitindo as análises feitas nos casos em que se evidencia a falha do mecanismo ((10b), (16b) e (19b)), pois todos eles são do tipo em que o conteúdo pressuposto está na primeira oração, e a revisão dos filtros foi feita apenas para os casos em que a pressuposição se encontra na segunda oração (somente a parte (b) de cada filtro foi alterada).

2.2.4. Outras questões

Uma última consideração sobre o artigo que é relevante para os propósitos deste trabalho é a explicação apresentada por Karttunen para a estipulação de que verbos de atitude proposicional são tampões, mesmo que pudessem, até certa medida, ser tratados como buracos, e seus bloqueios, através das condições de filtragem. Ele chama a atenção para casos do tipo apresentado abaixo.

(24) Bill believes that Fred has stopped beating Zelda. [Bill acredita que Fred parou de bater em Zelda.]

Karttunen afirma existir inconsistência entre opiniões de falantes a respeito da manutenção da pressuposição da sentença subordinada (de que Fred batia em Zelda) na sentença (24) como um todo. Karttunen sustenta que o problema está sendo visto sob uma perspectiva errada. Para ele, as pessoas têm opiniões divergentes porque suas interpretações

estão baseadas em diferentes tipos de leitura. Aqueles que diriam que a sentença em (24) não carrega a pressuposição em questão estariam pensando na sentença não isoladamente, mas como parte de um contexto. Por exemplo, alguém poderia pensar em um contexto que evidenciasse as crenças possivelmente erradas de Bill, como em (25).

(25) Bill believes that Fred has been beating Zelda, and furthermore, Bill believes that Fred has stopped beating Zelda. [Bill acredita que Fred vem batendo em Zelda e, além disso, acredita que Fred parou de bater em Zelda.]

Karttunen diz que é claro que uma sentença como em (25) não pressupõe que Fred batia em Zelda. Ele afirma que esse tipo de questão poderia ser resolvido sem necessariamente considerar *believe* [*acreditar*] um tampão, pois, em casos em que não existe um contexto do tipo proposto em (25), em que a crença de Fred se refere às duas partes da oração, muitos diriam que a pressuposição se projeta. Assumir, entretanto, que *believe* é um buraco, também seria um problema para os mecanismos dele, uma vez que, se aplicadas as condições de filtragem de orações aditivas em um caso como o de (25), o filtro não bloquearia a pressuposição. Isso ocorreria porque o filtro prediz que a pressuposição somente seria bloqueada se o conteúdo da primeira oração em união com o contexto acarretasse o conteúdo pressuposto pela segunda. Sendo assim, para que ocorresse a filtragem, *Bill acredita que Fred batia em Zelda* deveria acarretar a pressuposição de *Bill acredita que Fred parou de bater na Zelda*, mas isso não ocorre e, dessa forma, o mecanismo não prevê a filtragem da pressuposição em questão¹².

Entretanto, Karttunen acha uma solução para esse problema, sugerindo que se considere que (25) é expressa esquematicamente como (26a) e que (26a) é equivalente a (26b).

- (26) (a) a believes that A and believes that B [a acredita que A e acredita que B]
 (b) a believes that A and B [a acredita que A e B]

¹² Karttunen não faz nenhuma referência ao fato de que a segunda parte da conjunção em (25) é igual a (24). Sendo assim, para descobrir quais são as pressuposições dessa segunda parte, seria necessário separá-la novamente em duas orações, uma delas sendo igual a ela mesma e, conseqüentemente, igual a (24). A cada nova separação, seria obtida uma oração igual à original. Esse mecanismo criaria, assim, um desmembramento eterno de orações e, por isso, improdutivo.

Considerando que (25) tem a forma de (26b), as condições de filtragem de Karttunen passam a ser compatíveis com as suas pressuposições, uma vez que a primeira parte da conjunção (A = *Fred has been beating Zelda*) acarreta o que a segunda parte (B = *Fred has stopped beating Zelda*) pressupõe. Entretanto, Karttunen não está convencido de que esta seja a melhor forma de lidar com o problema. Para ele, considerar esses verbos buracos e tratar esse tipo de caso através dos mecanismos de filtragem exigiria um refinamento dos filtros que previsse as equivalências possíveis, como a de (26a-b), algo que não é necessário fazer se considerarmos verbos desse tipo como tampões. Além disso, Karttunen apresenta um tipo de sentença difícil de explicar por meio de filtros, como é o caso de (27).

(27) Bill believed that Fred has been beating his wife and hoped that Fred would stop beating her. [Bill acreditava que Fred vem batendo na sua esposa e esperava que Fred parasse de bater nela.]

Para ele, é claro que (27), como um todo, não pressupõe que Fred batia em sua esposa. Entretanto, não podemos dizer que isso se deve às condições de filtragem, uma vez que não é possível colocar a sentença (27) na forma de (26b), já que o verbo de atitude proposicional não é o mesmo nas duas orações que compõem a conjunção. Assim, para ele não há outra solução para o bloqueio da pressuposição que não seja o de considerar *hope* [*esperar*] um tampão.

Como já falamos anteriormente, Karttunen não apresenta nenhuma motivação para a categorização desses verbos em tampões e buracos. O que parece característico de sua proposta é uma tentativa tão forte de categorizar os diferentes tipos de verbo em relação ao problema da projeção que testemunhamos um desprezo pelas intuições dos falantes em relação a alguns casos específicos. Karttunen admite que falantes nem sempre consideram que pressuposições sob o escopo de verbos de atitude proposicional são bloqueadas. Entretanto, ele ignora essas interpretações de falantes reais a fim de manter seu modelo¹³.

¹³ Talvez, para Karttunen, a pressuposição ser fenômeno convencional exija que o mecanismo que prevê sua projeção também seja convencional. Assim, ele precisaria explicar as falhas também de forma convencional (seria contraintuitivo esperar que um mecanismo conversacional fosse capaz de cancelar inferências convencionais). Dessa forma, o fato de ele considerar que esses verbos são tampões seria consequência de sua visão convencionalista do surgimento da pressuposição. Isso poderia motivar a classificação da proposta em uma categoria *fortemente convencionalista*, uma vez que essa é uma abordagem convencionalista para o surgimento da pressuposição e convencionalista para a projeção de pressuposição. Cabe lembrar que Isso não é uma necessidade: o surgimento poderia ser considerado convencional e a projeção conversacional (como em Gazdar (1979), por exemplo). Nesse sentido, a arquitetura da abordagem de Karttunen parece mais adequada do ponto de vista explanatório, pois supõe que um significado surgido convencionalmente só poderia ser abalado por um

Mesmo que a solução encontrada por Karttunen (tratar verbos de atitude proposicional como tampões) seja necessária frente a casos como (27), ela encontra problemas frente a uma oração como a seguinte, em que não parece que estamos diante de tampões.

(28) Bill hoped that Fred would stop beating his wife. [Bill esperava que Fred parasse de bater em sua esposa.]

Para a intuição de muitos falantes, (28) pressupõe que Fred batia em sua esposa. Podemos imaginar contextos dos dois tipos. Em um contexto em que sabemos que Bill é um louco e tem crenças diferentes da realidade, e que o falante está dando exemplos das crenças malucas de Bill, um enunciado de (28) não geraria a pressuposição em questão. Por outro lado, se faz parte do contexto que Bill é uma pessoa respeitável, que conhece muito bem a realidade do casamento de Fred e não houvesse mais nada no contexto que indicasse que a pressuposição não devesse surgir, (28) nos parece poder, tranquilamente, gerar a pressuposição de que Fred bate em sua esposa.

Entretanto, por não encontrar outra forma de explicar casos como o de (27), Karttunen é obrigado a assumir que esses verbos são tampões. Assim, percebemos que, para salvar a estratégia convencionalista criada por ele, o autor se vê obrigado a aceitar que, se o verbo *hope* é um tampão em uma sentença composta, ele também deve ser um tampão numa sentença simples. Voltemos, então, para as sentenças simples apresentadas em (5) e (6), repetidas abaixo em (29) e (30), respectivamente.

(29) Harry has promised Bill to introduce him to the present king of France. [Harry prometeu a Bill apresentá-lo ao atual rei da França.]

(30) Sheila accuses Harry of beating his wife. [Sheila acusa Harry de bater em sua esposa.]

Karttunen afirma que os enunciados de (29) e (30) não pressupõem o que as sentenças das orações subordinadas pressuporiam isoladamente. Entretanto, ele admite que pode não ser tão fácil assim de um falante aceitar isso. Ora, se a intuição do falante enxerga uma pressuposição, isso significa dizer que a pressuposição não é sempre cancelada. É

outro recurso igualmente convencional, uma vez que, como vimos, seria contraintuitivo um mecanismo em que um elemento conversacional pudesse ser responsável pela projeção de elementos convencionais.

perfeitamente aceitável que, ao escutar (29), o ouvinte questione o falante com algo como *Mas tu estás louco? Tu não sabes que não existe rei da França?! ou exclame, ao ouvir (30), Mas o Fred não tem esposa! Tá estranha essa tua história.* Isso decorre da intuição de que os enunciados pressupõem. É claro que, nos dois casos, o falante pode explicar, após o questionamento de seu interlocutor, que, na verdade, ele não se compromete com a pressuposição: *O Harry prometeu, mas ele é louco* ou *A Sheila acusou, mas ela o fez erroneamente*, cancelando, assim, as pressuposições. Porém, ainda assim, o ouvinte pode questionar a forma escolhida pelo falante para apresentar a situação, algo como: *Por que tu me disseste assim, se não é verdade que existe rei da França?* ou *Por que tu não disseste que o Harry não é casado, então?. Por que tu me disseste dessa forma?* mostra um certo descontentamento com a forma como o falante construiu seu enunciado, indicando que, de alguma forma, a inferência persiste. O que vemos na teoria de Karttunen é, no entanto, um esforço para forçar a intuição dos falantes nesses casos a fim de salvar sua teoria convencional.

Além desse problema de desacordo entre o mecanismo de Karttunen e a intuição dos falantes, há outro problema ao se tentar descrever a projeção de pressuposições desse tipo de sentença a partir da estipulação de que os verbos em questão são tampões. Observe a sentença abaixo, que é similar à (27), mas, em vez de trazer um verbo considerado tampão por Karttunen (*hope*), traz um verbo que ele colocou na categoria dos buracos (*surprise* [*surpreender-se*]).

(31) Bill believed that Fred has been beating his wife and was surprised that Fred would stop beating her. [Bill acreditava que Fred vem batendo na sua esposa e surpreendeu-se que Fred pararia de bater nela.]

Esse exemplo parece apresentar um caso em que a pressuposição da segunda oração não se projeta para a sentença como um todo. O falante, com esse enunciado, poderia estar comunicando que Bill acreditava que Fred batia em sua esposa e que, além disso, se surpreendeu ao encontrar alguma evidência de que Fred não bateria nela no futuro. Considerando que Bill acreditava que Fred batia em sua esposa, o fato de ele encontrar evidências de que isso não aconteceria no futuro significaria parar de bater. Ou seja, ele ficou surpreso porque acreditava que aquilo era verdade. O problema é que Karttunen considera *surprise* um buraco, então um enunciado como esse deveria necessariamente pressupor que Fred batia em sua esposa. Como podemos ver, nesse caso, o mecanismo de Karttunen é

problemático no que diz respeito à correta categorização de verbos como *surprise*, que ele considera serem buracos. A teoria dele, então, apresenta problema em relação aos *tampões* e em relação aos buracos.

Por último, gostaríamos de chamar a atenção para um outro problema nas estipulações de Karttunen: seu mecanismo não consegue descrever a manutenção da pressuposição em sentenças como a apresentada abaixo, como é notado pelo próprio autor.

(32) Either John is dumb, or he knows that if it rains, it rains. [Ou John é idiota, ou ele sabe que, se chove, chove.]

O complemento do segundo disjuncto, que é pressuposto por ele, *If it rains, it rains*, é uma tautologia. Assim, ele é semanticamente acarretado pela negação do primeiro disjuncto, uma vez que qualquer sentença acarreta todas as tautologias. Dessa forma, de acordo com as condições de filtragem de Karttunen para as sentenças disjuntivas, a pressuposição do segundo disjuncto deveria ser filtrada, o que não ocorre, contrariando, assim, as intuições dos falantes. Karttunen sugere que se deva refinar a noção de acarretamento, talvez falar em algo como “acarretamento relevante”. Entretanto, essa tentativa parece mais uma estipulação para lidar com problemas que surgem à medida que surgem exemplos novos que não são contemplados pela descrição apresentada até então; um novo acréscimo para um mecanismo que já se mostrou falho por outros motivos. Essas convenções percorrem toda a abordagem, que atribui convenção aos gatilhos e aos outros predicados que podem deixar passar, bloquear ou então filtrar as pressuposições.

O que procuramos, nesta análise de Karttunen (1973), foi, principalmente, mostrar como a pressuposição é tomada por ele como um fenômeno convencional. Além disso, tentamos mostrar que a solução adotada para o problema da projeção é convencionalista. Além disso, essa reflexão veio acompanhada de uma avaliação, mesmo que breve, do sucesso descritivo da abordagem. Quanto a isso, vimos que a proposta de Karttunen oferece soluções que não são totalmente adequadas. Além dos problemas encontrados a respeito dos filtros, que não conseguem ser coerentes com todos os tipos de sentenças analisados, encontramos um problema de ordem maior, que é o fato de Karttunen ignorar as intuições dos falantes, tanto para sentenças com verbos considerados *tampões*, quanto para sentenças que conteriam buracos. Em princípio, intuições podem ser falhas, mas o autor não nos fornece nenhuma evidência para acreditar que o sejam nesse caso, nem apresenta evidências independentes para acreditarmos que a análise desses casos deveria deixar essas intuições de lado. A única

motivação aparente é a de manter a coerência de sua teoria. Por outro lado, se Karttunen resolvesse considerar as intuições dos falantes de que os verbos considerados tampões não são sempre tampões e de que os considerados buracos não são sempre buracos, sua proposta se reduziria apenas aos filtros, que compreendem apenas os conectivos análogos aos lógicos, ou seja, a abordagem estaria descrevendo (parcialmente, tendo em vista as falhas encontradas também nos filtros) apenas uma pequena parcela dos casos de presuposição identificados na língua.

2.3. Karttunen (1974) – Presupposition and Linguistic Context

Presupposition and Linguistic Context representa uma mudança significativa de perspectiva para lidar com o problema da projeção. Na realidade, Karttunen (1974) sugere “eliminar o problema da projeção”. Antes, como vimos na seção anterior, Karttunen estava preocupado em encontrar uma forma de prever as presuposições efetivas de sentenças complexas, pois eram essas presuposições que determinariam em que contextos a sentença poderia ser usada sinceramente. Assim, uma sentença estaria associada a uma classe de contextos em que ela poderia ocorrer. Nessa nova perspectiva, Karttunen acredita que, em vez de uma sentença determinar os contextos em que ela pode ocorrer, é o contexto que vai satisfazer ou não as presuposições da sentença em questão. Karttunen admite que o problema é exatamente o mesmo, porém, ele explica que, dessa forma, não há a necessidade de computar as presuposições de uma sentença complexa, basta saber como o contexto deve ser a fim de satisfazer essas presuposições.

A fim de eliminar a necessidade de um método de projeção, Karttunen se vale da noção de satisfação de presuposições. Para Karttunen, cada sentença simples de uma língua está associada a uma lista finita de presuposições que devem ser satisfeitas pelo contexto em que ocorrem, como na definição em (33), em que A é uma sentença simples, não composta.

(33) O contexto X *satisfaz-as-presuposições-de* A somente se X acarreta todas as presuposições básicas de A.

A definição de satisfação de presuposições para as sentenças complexas se segue desta. Antes de mostrarmos como Karttunen sugere que seja o tratamento de sentenças

complexas, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de, nessa nova perspectiva, Karttunen continuar falando de pressuposições de **sentenças**. Apesar de essa nova abordagem se mostrar menos arbitrária do que a anterior, uma vez que Karttunen encontra na satisfação do contexto a motivação para a descrição do comportamento das pressuposições, ela ainda não se propõe buscar uma motivação para o surgimento das pressuposições das sentenças simples, que são a base de todo o mecanismo. O trecho a seguir parece mostrar a crença de Karttunen em um surgimento convencional das pressuposições.

The basic presuppositions of a simple sentence presumably can be determined from the lexical items in the sentence and from its form and derivational history, say, the application of certain transformations such as Pseudo-Clefting.¹⁴ (Karttunen, 1991[1974]. p. 408)

A satisfação de pressuposições de sentenças complexas é definida recursivamente. Cada parte da sentença é associada a um contexto diferente, que é formado a partir do contexto original em união com a(s) parte(s) da sentença enunciada(s) anteriormente. A satisfação de pressuposições de orações condicionais, conjunções e disjunções é baseada nessa recursividade. Assim, a satisfação para condicionais é definida em (34).

(34) O contexto X satisfaz-as-pressuposições-de “Se A então B” somente se (i) X satisfaz-as-pressuposições-de A e (ii) X U A satisfaz-as-pressuposições-de B.

A satisfação para as conjunções é definida da mesma forma que (7), substituindo-se “Se A então B” por “A e B”. Além da substituição de “Se A então B” por “A ou B”, a satisfação de disjunções é definida com a substituição de “A” por “~A” na parte (ii)¹⁵.

No que diz respeito à capacidade descritiva da proposta, esses três mecanismos mostram-se problemáticos. Como vimos na discussão de Karttunen (1973), o fato de as condições de filtragem não serem simétricas para as disjunções causa problemas descritivos ao mecanismo. Aqui enfrenta-se um problema semelhante: a sensação de que a pressuposição fica satisfeita pela presença de uma oração que é proferida **depois** (o segundo disjuncto) não

¹⁴ Tradução: “As pressuposições básicas de uma sentença simples podem, presumivelmente, ser determinadas a partir dos itens lexicais presentes na sentença e de sua forma e história derivacional, por exemplo, a partir da aplicação de certas transformações, como a pseudoclivagem.”

¹⁵ Karttunen (1974) não é um modelo sobre a projeção de pressuposições, uma vez que, sob essa perspectiva, elas não se projetam, mas são satisfeitas. Por isso, analisaremos as características do modelo não mais no que diz respeito à natureza do surgimento e da projeção de pressuposições; em vez disso, o analisamos no que diz respeito à natureza e à satisfação das pressuposições. Lembramos que, no entanto, como o próprio autor assume, a questão é a mesma.

encontra lugar no mecanismo. Observe o conjunto de sentenças apresentado em Karttunen (1973) para a análise dos filtros das disjunções, as sentenças em (18) e (19), repetidas abaixo, em (35) e (36)¹⁶.

(35) (a) Either baldness is not hereditary or all of Jack's children are bald. [Ou calvície não é hereditária ou todos os filhos de Jack são calvos.]

(b) Either all of Jack's children are bald or baldness is not hereditary. [Ou todos os filhos de Jack são calvos ou calvície não é hereditária.]

(36) (a) Either Jack has no children or all of Jack's children are bald. [Ou Jack não tem filhos ou todos os filhos de Jack são calvos.]

(b) Either all of Jack's children are bald or Jack has no children. [Ou todos os filhos de Jack são calvos ou Jack não tem filhos.]

O mecanismo de 1974 prevê que as pressuposições sejam satisfeitas pelo contexto (quando a pressuposição está na primeira oração) ou pela negação do primeiro disjuncto em união com o contexto (quando ela está na segunda). Para casos como (35a), como a negação do primeiro disjuncto não satisfaz a pressuposição do segundo, o contexto do proferimento deve satisfazê-la. Dessa forma, a proposição de que João tem filhos deve fazer parte do contexto. Em (35b), apenas o contexto deve conter a proposição em questão: o segundo disjuncto não entra no mecanismo, uma vez que ele não faz parte do contexto antecedente. Para essas sentenças, o mecanismo parece funcionar, uma vez que o conteúdo em questão deve ser satisfeito pelo contexto e realmente há a sensação de que a proposição em questão é uma pressuposição da sentença complexa, ou seja, a sensação de que o conteúdo faz parte do contexto.

A negação do primeiro disjuncto de (36a) (*Jack tem filhos*) satisfaz a pressuposição do segundo disjuncto (a de que Jack tem filhos), o que é previsto pelo mecanismo para que a sentença possa ser enunciada. O problema está em (36b). O mecanismo prevê que a proposição de que João tem filhos (que é a pressuposição do primeiro disjuncto) seja satisfeita pelo contexto. Como o segundo disjuncto não faz parte do contexto no mecanismo de Karttunen (1974), a proposição de que Jack tem filhos deve fazer parte do contexto, o que não

¹⁶ Karttunen (1974) apresenta o mecanismos de satisfação para sentenças condicionais, conjunções e disjunções, mas não discute exemplos. Por esse motivo, discutiremos o novo mecanismo com o auxílio das sentenças desse tipo apresentadas e discutidas em Karttunen (1973).

é a sensação que temos diante de uma sentença como essa. A sensação é de que a proposição de que Jack tem filhos não está no contexto (uma vez que não é conteúdo tomado como verdadeiro), o que nos leva a crer que ela seja satisfeita pelo segundo disjuncto. Casos como (36b) evidenciam o problema causado pela consideração de que apenas o contexto antecedente interfere na satisfação das pressuposições. Assim, o mecanismo - que só considera o contexto anterior na satisfação das pressuposições - leva a problemas descritivos em casos de disjunção, que, aparentemente, exigiriam um mecanismo simétrico¹⁷.

Da mesma forma, casos problemáticos para as condições de filtragem de sentenças condicionais em Karttunen (1973) permanecem problemáticos na abordagem de 1974. Observe os exemplos (9) e (10), analisados na seção que discutiu Karttunen (1973), repetidos abaixo, em (37) e (38).

- (37) (a) Se calvície é hereditária, então todos os filhos de João são calvos.
 (b) Se todos os filhos de João são calvos, então calvície é hereditária.

- (38) (a) Se João tem filhos, então todos os filhos de João são calvos.
 (b) Se todos os filhos de João são calvos, então João tem filhos.

As sentenças dos exemplos em (37) devem ter a pressuposição de que João tem filhos satisfeitas pelo contexto, uma vez que, em (37a), ela não é satisfeita pelo antecedente do condicional e, em (37b), o consequente do condicional não entra no mecanismo. Nos dois casos, a inferência é realmente percebida como parte do contexto. Em (38a), o mecanismo prevê que o contexto não necessariamente precisa conter a proposição de que João tem filhos, uma vez que esse conteúdo é satisfeito pela oração antecedente (por isso a sensação de que o enunciado não pressupõe, uma vez que não é o contexto que contém tal conteúdo, mas, sim, o próprio enunciado). O problema está, novamente, em (38b), já que, como vimos na seção anterior, ela pode ou não ter o conteúdo em questão como parte do contexto. Quando o contexto de enunciação contiver o conteúdo, a sentença vai pressupor esse conteúdo; quando o contexto não contiver tal conteúdo, a sentença não pressuporá, mas, ainda assim, será enunciável¹⁸. Isso parece ter relação com o conteúdo do consequente do condicional, o que também não tem lugar no mecanismo de 1973. Essa análise nos permite afirmar que sentenças

¹⁷ Como o que foi discutido a partir dos exemplos (19b), (20) e (21), na seção 2.2.3.

¹⁸ Conforme a discussão do exemplo (13), na seção 2.2.3.

condicionais podem não ter a pressuposição da oração antecedente satisfeita pelo contexto em que ela é enunciada, o que contraria a proposta de Karttunen (1974).

Também para as conjunções, o mecanismo parece prever adequadamente os mesmos casos que previa o mecanismo de 1973. Observe as sentenças em (15) e (16), repetidas aqui em (39) e (40).

- (39) (a) Calvície é hereditária e todos os filhos de João são calvos.
 (b) Todos os filhos de João são calvos e calvície é hereditária.
- (40) (a) João tem filhos e todos os filhos de João são calvos.
 (b) Todos os filhos de João são calvos e João tem filhos.

A análise para (39a), (39b) e (40a) é igual a das sentenças condicionais: as pressuposições do segundo conjunto de (39a) e do primeiro conjunto de (39b) devem ser satisfeitas pelo contexto, e a pressuposição do segundo conjunto de (40a) é satisfeita pelo primeiro. Aqui também, como em Karttunen (1973), não podemos dizer nada a respeito de sentenças do tipo (40b), uma vez que são sentenças fictícias para as quais não encontramos uma interpretação¹⁹.

Como vimos, em Karttunen (1974), sentenças condicionais, disjuntivas e conjuntivas não são mais regidas por filtros, mas a semelhança desse modelo com o de 1973 é inegável: novamente temos um mecanismo que lida com as pressuposições da segunda oração considerando a primeira; ainda estamos diante de um mecanismo em que a segunda oração não interfere nas pressuposições da primeira e, por fim, temos a presença de uma negação interferindo nas pressuposições de disjunções. Nessa nova perspectiva, as duas primeiras observações encontram uma motivação: a satisfação de contexto. Uma vez que as pressuposições de uma oração devem ser satisfeitas pelo contexto antecedente, faz sentido afirmar que se inclua nesse contexto as orações do antecedente de uma condicional e as orações do primeiro disjuncto ou do primeiro conjunto de disjunções e conjunções²⁰. Não encontramos justificativa, no entanto, para parte do mecanismo da disjunção: não existe nenhuma explicação sobre por que inverter a oração do primeiro disjuncto para $\sim A$. Com isso, podemos dizer que o novo modelo, a fim de descrever adequadamente a satisfação de

¹⁹ Conforme a discussão feita para o exemplo (16b), na seção 2.2.3.

²⁰ Parece que é justamente essa motivação (que leva o autor a considerar apenas a primeira oração como parte do antecedente) que vai levar a problemas, uma vez que alguns exemplos sugerem que o que é enunciado depois interfere nas pressuposições do enunciado como um todo.

pressuposições em certas sentenças, precisa considerar, de modo imotivado, o acréscimo de determinados conteúdos ao contexto, o que representa um apelo a um recurso de natureza convencional.

Karttunen (1974) também não fala mais de buracos e tampões. Agora, seu modelo tem verbos opacos e transparentes. Não faria sentido dizer que alguns verbos bloqueiam as pressuposições e outros deixam passar se agora a abordagem não está mais preocupada em descobrir quais pressuposições se projetam. Assim, os verbos antes considerados tampões agora são chamados de opacos e dividem-se em dois tipos:

Tipo I: verbos dicendi: dizer, perguntar, contar, anunciar.

Tipo II: verbos de atitude proposicional: acreditar, temer, pensar, querer.

Os verbos antes chamados buracos agora são os transparentes e formam o terceiro tipo:

Tipo III: todos os outros tipos de verbos que permitem complemento oracional (factivos, semi factivos, modais, implicativos, aspectuais, etc.).

As condições de Karttunen (1974) para orações que tenham algum verbo do último tipo como verbo principal são as seguintes.

Se *v* é do tipo III, o contexto *X* satisfaz-as-pressuposições-de “*v*(...*A*...)” somente se *X* satisfaz-as-pressuposições-de *A*.

O exemplo de sentença com um verbo desse tipo dado por Karttunen é apresentado em (41).

(41) The courts may force Nixon to stop protecting his aides. [Os tribunais podem forçar Nixon a parar de proteger seus assessores.]

Dada uma sentença como essa, o contexto satisfaz as pressuposições da sentença como um todo somente se ele satisfaz as pressuposições da sentença encaixada, uma vez que os verbos *may* [*poder*], *force* [*forçar*] e *stop* [*parar*] são transparentes. Neste caso, o contexto

deve acarretar que Nixon *has or will have been protecting his aides* [*protegia ou terá protegido seus assessores*].

Para os verbos de atitude proposicional (Verbos do tipo II) existe uma condição mais complexa, apresentada a seguir (“Ba(X)” está para o conjunto de crenças atribuído a *a* em X).

Se *v* é do tipo II, o contexto X satisfaz-as-suposições-de “*v(a,A)*” somente se Ba(X) satisfaz-as-suposições-de A.

Essa condição exige que o sujeito de sentenças como a apresentada em (42) tenha um conjunto de crenças que satisfaça as suposições do complemento.

(42) John fears that Nixon will stop protecting his aides. [John teme que Nixon parará de proteger seus assessores.]

Dessa forma, a fim de satisfazer as suposições de (42), uma vez que a sentença principal contém um verbo de atitude proposicional, o contexto deve atribuir a John um conjunto de crenças que satisfaça as suposições de *Nixon will stop protecting his aides* [*Nixon parará de proteger seus assessores*].

Sentenças cujo verbo principal é do tipo I **não exigem** que as suposições da oração encaixada sejam satisfeitas. Veja o exemplo (43).

(43) Ziegler announced that Nixon will stop protecting his aides. [Ziegler anunciou que Nixon parará de proteger seus assessores.]

Uma sentença como essa pode ser enunciada independentemente de as suposições da oração encaixada serem satisfeitas. Quando o verbo principal pertence a esse grupo, não se exige nenhum conjunto de crenças do falante e nem se pode exigir que o contexto contenha qualquer conteúdo. Isso significa que, em caso de sentença cujo verbo principal seja do tipo I, o conteúdo suposicional da oração encaixada pode ou não ser compreendido como presente no contexto, o que significa dizer que a sentença pode ou não pressupor tal conteúdo.

Nesse sentido, há uma vantagem nessa nova perspectiva em relação a Karttunen (1973), uma vez que, como vimos na discussão feita para os tampões, a intuição de alguns falantes dizia que o conteúdo em questão não era sentido como pressuposto. Assim, essa nova perspectiva não produz previsões contraintuitivas. Essa nova perspectiva, no entanto, não

explica a sensação de que, em circunstâncias normais, a inferência parece persistir²¹. O mesmo pode ser dito a respeito de verbos de tipo II. O enunciado de uma sentença como (42) – que contém um verbo de atitude proposicional – também parece, em circunstâncias normais, produzir a inferência em questão²². Como sabemos, esse não é um modelo de projeção de pressuposições, então não há o compromisso de descrever as pressuposições finais de sentenças. Entretanto, dizer que o contexto não precisa satisfazer é o mesmo que dizer que, às vezes, ele satisfaz e, às vezes, não. Isso, por sua vez, é o mesmo que dizer que a sentença às vezes pressupõe e às vezes não. Dessa forma, mesmo tendo a vantagem de não prever resultados contraintuitivos, a proposta não consegue prever resultados intuitivos.

Outra vantagem dessa nova perspectiva é a divisão dos antigos tampões em dois grupos. Os verbos dicendi e os verbos de atitude pressuposicional parecem realmente se comportar de forma diferente no que diz respeito a sua relação com as pressuposições. O que resta de semelhante entre os dois modelos no que diz respeito a esses verbos é o caráter também estipulativo da proposta de Karttunen (1974). A motivação encontrada na satisfação de contexto para a descrição de pressuposições esbarra em condições específicas para verbos específicos: o contexto pode não satisfazer as pressuposições de sentenças com verbos do tipo I e do tipo II e elas devem fazer parte do conjunto de crenças do sujeito da sentença principal que contenham verbos do tipo II. Karttunen (1974) não explica como essas restrições estão associadas aos verbos. Parece que, além da informação semântica que o verbo carrega, ele deve carregar informações sobre essas restrições. Qualquer que seja a explicação, trata-se de uma restrição convencionalmente associada aos verbos.

Assim como os buracos, os verbos do tipo III (transparentes) não apresentam problemas para o mecanismo, uma vez que eles se encaixam na definição recursiva de satisfação de pressuposições pelo contexto.

Neste ponto, é importante mencionar que Karttunen reconhece que, em muitas situações, falantes fazem uso de sentenças que pressupõem determinados conteúdos mesmo que esses conteúdos não estejam previamente no contexto do discurso. O autor reconhece, que, nesses casos, os falantes fazem uso de sentenças pressuposicionais justamente para inserir esses conteúdos no contexto. Ele oferece alguns exemplos, como os seguintes:

²¹ Conforme a discussão dos exemplos (29) e (30), na seção 2.2.4.

²² Conforme a discussão feita para o exemplo (24), na seção 2.2.4.

(44) (a) We regret that children cannot accompany their parents to commencement exercise. [Lamentamos que crianças não possam acompanhar seus pais à cerimônia de formatura.]

(b) I would like to introduce you to my wife. [Eu gostaria de te apresentar à minha esposa.]

(c) John lives in the third brick house down the street from the post office. [John vive na terceira casa de alvenaria descendo a rua a partir do correio.]

Karttunen afirma que (44a) pressupõe que seu complemento é verdadeiro, apesar de a sentença poder ser usada em um contexto que não satisfaça essa pressuposição. Da mesma forma, (44c) pode ser usada para dar direções a um o ouvinte que não saiba, até aquele momento, que existem pelo menos três casas de alvenaria na rua. Karttunen explica essas situações sugerindo que, nesses casos, o ouvinte deveria determinar por si próprio em que contexto ele deveria estar com base naquilo que foi dito, uma vez que os contextos que satisfazem as pressuposições em questão seriam os únicos contextos possíveis. Para ele, essa seria uma forma de comunicar conteúdos indiretamente. Esse tipo de caso reconhecido por Karttunen foi, mais tarde, chamado de *acomodação* de pressuposições.

Como já observamos, no que diz respeito ao foco principal deste trabalho – a natureza da pressuposição – Karttunen (1974) não difere de Karttunen (1973). Continua sendo um modelo totalmente convencionalista para o surgimento da inferência (antes de se projetar ou de ser satisfeita pelo contexto). Em relação aos mecanismos que descrevem o comportamento da pressuposição ou as exigências desta em relação ao contexto depois que ela já surgiu (no caso de 1974, a satisfação de pressuposições; no caso de 1973, a projeção), Karttunen (1974) dá uma guinada conversacional. No modelo anterior, a projeção de pressuposições era descrita através de recursos totalmente convencionais; o modelo de 1974, por eliminar o problema da projeção e se preocupar com a satisfação de pressuposições, ganha uma feição mais conversacional, uma vez que, nessa perspectiva, o contexto é efetivamente inserido no mecanismo: as pressuposições são vistas como exigências convencionais sobre o contexto, que é um elemento da conversação.

No entanto, a abordagem para a satisfação de pressuposições ainda é convencionalista em certos aspectos. Como já vimos, não há motivação para parte do mecanismo que prevê a satisfação de disjunções: a estipulação de que é a negação da primeira oração que conta como contexto antecedente. Além disso, aos verbos considerados opacos são atribuídas características que não decorrem da ideia de satisfação: verbos do tipo I não

precisam satisfazer, verbos do tipo II exigem que o sujeito da oração principal possua um determinado conjunto de crenças. Assim, a opacidade de alguns verbos e o mecanismo da disjunção são os dois vieses convencionais dessa abordagem de inclinação mais conversacional.

Uma característica importante de Karttunen (1974) é a ideia de que pressuposições são satisfeitas mesmo quando elas não fazem parte do contexto efetivo do enunciado. A ideia clássica de Stalnaker (1973) de pressuposição como conhecimento compartilhado (a ideia de que a pressuposição é uma exigência sobre a forma do contexto) é fonte de inspiração dessa abordagem, mas não explica a totalidade dos casos. Sentenças condicionais, por exemplo, que têm a pressuposição do consequente satisfeita pelo antecedente não parecem veicular a inferência em questão; a inferência não parece fazer parte do estoque de conteúdos compartilhados pelo contexto, uma vez que o antecedente do condicional é algo que não está ainda aceito. Se pressuposições são a codificação de conteúdos que fazem parte do contexto, como explicar que uma pressuposição é satisfeita por um conteúdo que não é sentido como parte do contexto? Dessa forma, Karttunen está considerando em seu mecanismo um contexto que não satisfaz a definição de “conteúdos compartilhados”, o que mais tarde foi chamado de *contexto local*²³. Isso parece não estar de acordo com o conceito mais intuitivo de pressuposição, que se refere a um conteúdo que já faz parte do estoque de conteúdos admitidos.

Por conta disso, o autor abre mão de descrever a inferência final de um enunciado, uma vez que, quando satisfeita pelo contexto do próprio enunciado, a pressuposição não parece fazer parte do contexto. Além disso, existem os verbos opacos, que não exigem satisfação do contexto. De fato, ele afirma que a vantagem da abordagem é justamente não precisar descrever quais pressuposições acabam como pressuposições efetivas de enunciados; ele está preocupado apenas em descrever os contextos que permitem tais enunciados. Entretanto, o leitor pode sentir falta de algumas explicações. Por exemplo, sua abordagem não tem nada a dizer sobre o motivo de as pressuposições de sentenças complexas sumirem quando elas são satisfeitas pelo antecedente de condicional, pela primeira oração de uma conjunção ou pela negação da primeira oração de uma disjunção. Da mesma forma, ela não explica, como já comentamos, por que, quando o contexto não indica outro caminho, a inferência é interpretada como efetiva em sentenças complexas em que não é exigido do

²³ A noção de *contexto local* é fundamental para a descrição da projeção de pressuposições em DRT (Discourse Representation Theory), como em Geurts (1999).

contexto que ele satisfaça suas pressuposições, devido à natureza do verbo principal (os verbos do tipo opaco).

É claro que nada impede que esses problemas descritivos que acabamos de apontar sejam solucionados. De fato, abordagens mais atuais que herdaram de Karttunen a noção de satisfação de contexto avançaram nesse sentido. Independentemente de qualquer problema descritivo que se possa observar, para este trabalho, o fundamental é salientar que a forma de abordar o fenômeno da pressuposição adotada por Karttunen (1974), assim como a adotada em Karttunen (1973), é uma que encara esse fenômeno como convencional, tanto no que diz respeito a seu surgimento quanto no que diz respeito aos mecanismos que descrevem sua satisfação (ou sua projeção, no caso de Karttunen (1973)). No que diz respeito ao seu surgimento, mais uma vez o autor considera que são as sentenças que contêm as pressuposições; essas inferências seriam geradas por itens lexicais específicos ou pela forma que a sentença apresenta. No que diz respeito à satisfação, evidencia-se convenção na classificação dos verbos e no mecanismo que rege a satisfação de disjunções. Como já vimos, a classificação dos verbos indica que há alguma convenção que os fazem pertencer a um grupo ou outro, o que determina como deve ser o contexto. A estipulação de verbos opacos, por exemplo, nada mais é do que a admissão de que existe alguma convenção associada a eles que libera as pressuposições da necessidade de serem satisfeitas pelo contexto. Da mesma forma, o mecanismo da disjunção estipula, sem qualquer motivação, a existência de uma espécie de operador que inverte o valor de verdade da proposição da primeira oração.

2.4. Considerações finais

Karttunen foi muito importante na história do tratamento da pressuposição por vários motivos. O lugar dos estudos sobre a pressuposição hoje não seria o mesmo sem as contribuições feitas, principalmente, pelo dois artigos apresentados neste capítulo. O artigo de 1973, por exemplo, foi muito importante por levantar uma série de contextos problemáticos para a análise da projeção de pressuposições, enfatizando questões empíricas a serem enfrentadas por qualquer um que pretenda descrever minimamente o fenômeno pressuposicional.

O artigo de 1974 tem sua importância por ter fornecido a base para tratar o comportamento da pressuposição por meio da ideia de satisfação de pressuposição por um

contexto. Em uma época em que houve um debate muito intenso, com duas estratégias fortes e distintas para descrever o comportamento de pressuposições (à ideia de satisfação se opunha o modelo de Gazdar (1979), que descreve a projeção de pressuposições através da noção de cancelamento), foi a estratégia sugerida por Karttunen (1974) a herdada por grande parte das abordagens posteriores, sendo protagonista em grande parte dos trabalhos que se propõem a descrever o comportamento da pressuposição, como Heim (1988), van der Sandt (1992) e Geurts (1999).

Como vimos, a ideia de pressuposição como convenção é característica marcante dos dois artigos analisados neste capítulo. Mais fortemente convencionalista do que a desses artigos é a abordagem da pressuposição apresentada por Karttunen, em parceria com Peters, em 1979. Karttunen e Peters (1979) abandona a ideia de satisfação e retoma a visão apresentada em 1973. Dessa vez, no entanto, os autores defendem a ideia de que pressuposições são implicaturas convencionais. O que tinha sido apenas sugerido nos outros artigos, neste é veementemente afirmado: pressuposições são um fenômeno convencional. A importância de Karttunen e Peters (1979) para este trabalho, no entanto, não está na consideração de que pressuposições são implicaturas convencionais. Sua importância aqui está na alegação de que muito do que vinha sendo considerado como pressuposição poderia ser descrito e explicado com bases mais conversacionais, retomando uma ideia já encontrada em Stalnaker (1974). De fato, Karttunen e Peters (1979) alega que o fenômeno, nesses casos, não se trata de pressuposição, mas, sim, de implicatura conversacional.

Como já discutimos no primeiro capítulo deste trabalho, não pretendemos aqui encontrar evidências para afirmar que pressuposições são implicaturas convencionais ou conversacionais. Tentamos encontrar evidência apenas para entender se se trata, de forma mais geral, de fenômeno convencional ou conversacional. No entanto, a alegação de Karttunen e Peters de que nem tudo o que se considerava pressuposição deveria ser abordado por via convencional consiste em um passo importante na literatura para o tratamento do fenômeno por um viés conversacional.

No entanto, foi bem mais tarde que se começou a questionar a presumida natureza convencional das pressuposições. Os estudos que se seguiram de Karttunen, por muito tempo, assumiram sua natureza convencional, como nota Simons no trecho a seguir.

There are two kinds of answer that one might give to the question of how presuppositions arise. One type of answer is that presuppositions are conventional properties of lexical items, as in the conventional implicature view of Karttunen and Peters (1979). On this view, certain lexical items

have, in addition to their truth conditional content, a special presuppositional content, which is carried through the compositional process to produce a propositional presupposition. Although the Karttunen and Peters model for treating presupposition has been rejected by most current researchers, **our talk about presupposition seems at least implicitly to take their view of the sources of presuppositions for granted: we talk about the presuppositions of *know*, of *too*, and so on, as if assuming that the presuppositions are properties of these items.**²⁴ (Simons, 2001, p. 431)

Essa citação resume o espírito de uma época, um período em que, apesar da consideração, vez por outra, de aspectos conversacionais, tanto a explicação para o surgimento das pressuposições quanto a descrição de sua projeção se baseou fortemente na ideia de convenção. Mandy Simons está entre os autores que têm realizado algum esforço para explicar o surgimento de pressuposições em bases mais conversacionais. No próximo capítulo, apresentaremos uma das propostas dessa autora. Além da abordagem de Simons (2001), o próximo capítulo se dedica a aplicar e discutir os testes validados no primeiro capítulo deste trabalho, bem como a apresentar outras questões a fim de encontrar evidências que nos guiem em direção a uma correta caracterização da natureza do fenômeno pressuposicional.

²⁴ Tradução: “Há dois tipos de resposta que poderiam ser dadas à questão de como surgem as pressuposições. Um tipo de resposta é que as pressuposições são propriedades convencionais de itens lexicais, como na visão de implicatura convencional de Karttunen e Peters (1979). Nessa perspectiva, certos itens lexicais têm, além de seu conteúdo de condições de verdade, um conteúdo pressuposicional especial, que é carregado ao longo do processo composicional para produzir uma pressuposição proposicional. Ainda que o modelo de Karttunen e Peters para o tratamento da pressuposição tenha sido rejeitado pela maioria dos pesquisadores atuais, **nossa linguagem a respeito da pressuposição parece, ao menos implicitamente, tomar como certa essa perspectiva sobre as origens das pressuposições: falamos sobre as pressuposições de *saber*, de *também*, e assim por diante, como se assumíssemos que as pressuposições são propriedades desses itens.**”

3. REAÇÃO CONVERSACIONALISTA E APLICAÇÃO DOS TESTES PARA A DETERMINAÇÃO DA NATUREZA DO FENÔMENO PRESSUPOSICIONAL

No segundo capítulo deste trabalho, analisamos duas abordagens representativas de uma época em que a pressuposição começou a ser efetivamente tratada como um fenômeno pragmático. Vimos que a mudança de perspectiva da semântica para a pragmática não tirou completamente o fenômeno da visão convencionalista com a qual ele vinha sendo tratado. Vimos também que essas abordagens evidenciavam uma época em que os trabalhos estavam mais focados na descrição de como a pressuposição se comporta depois que ela já surgiu, seja uma descrição de sua projeção, como no caso de Karttunen (1973), seja da satisfação das pressuposições, como em Karttunen (1974). Dessa forma, o surgimento da pressuposição ocupava um lugar de pouco destaque na literatura, como analisa Geurts no trecho reproduzido a seguir.

In short, it will be assumed that presuppositions are triggered by certain lexical items and syntactic constructions. In this respect I will continue a long tradition, because presupposition theorists have mostly been interested in two problems only: presupposition projection and presupposition failure. Both problems require for their formulation that presuppositions come about one way or another, and nearly everybody has been contented to take this for granted. Indeed, it has been doubted that the problem where presuppositions come from deserves serious attention at all. Gazdar (1979[, p.] 126), for example, considers it to be “a theoretically trivial task” to specify a function that takes words and syntactic types into presuppositions. I maintain that Gazdar is wrong about this, and that the question of where and how presuppositions originate merits serious investigation. And although I don't

have anything like a complete answer to this question, the least I can do is try and show that the question is a good and hard one.¹ (Geurts, 1999, p. 29-30)

Mandy Simons assumiu a tarefa de tentar resolver essa boa e difícil questão. Para tanto, ela resolveu seguir o caminho conversacional de análise sugerido por Stalnaker. Uma de suas tentativas é apresentada na próxima seção. Na seção 3.2, apresentamos uma análise de enunciados a partir dos testes validados no primeiro capítulo deste trabalho.

3.1. Simons (2001)

Simons (2001) apresenta, de forma muito explícita, alguns argumentos a favor de se considerar a pressuposição um fenômeno de natureza conversacional, além de indicar os caminhos para uma proposta que seja capaz de descrever o comportamento do fenômeno. São três os principais argumentos considerados por ela: a anulabilidade contextual, a não-destacabilidade e a projeção sem pressuposição. Dedicaremos a próxima subseção a apresentar esses argumentos. Logo em seguida, na segunda subseção, apresentaremos sua proposta.

3.1.1. Evidências conversacionais

Simons mostra evidências de que algumas pressuposições têm uma base conversacional. Ela encontra em alguns tipos de pressuposição (sentenças de mudança de estado² e factivos) duas propriedades típicas de implicaturas conversacionais: anulabilidade contextual e não-destacabilidade. A seguir, apresentamos a análise feita por Simons (2001) de

¹ Tradução: “Em resumo, será assumido que pressuposições são disparadas por certos itens lexicais e construções sintáticas. A esse respeito, darei continuidade a uma longa tradição, porque os teóricos da pressuposição têm se interessado, preponderantemente, por apenas dois problemas: projeção e desaparecimento de pressuposição. Ambos os problemas requerem, para a sua formulação, que pressuposições surjam de uma forma ou outra, e quase todo mundo tem se contentado em tomar isso como certo. De fato, tem-se duvidado de que o problema da origem das pressuposições mereça alguma atenção séria. Gazdar (1979:126), por exemplo, considera que seja uma ‘tarefa teoricamente trivial’ especificar uma função que leve de palavras e tipos sintáticos a pressuposições. Eu sustento que Gazdar está errado a respeito disso, e que a questão da origem das pressuposições e da forma como são geradas merece investigação séria. E embora eu não tenha nada que se pareça com uma resposta completa para essa questão, o mínimo que eu posso fazer é tentar mostrar que a questão é boa e difícil.”

² Como mencionamos na introdução deste trabalho, parece mais apropriado chamar de *aspectuais* os verbos que Simons chama de “*verbos de mudança de estado*”. No entanto, neste capítulo, quando nos referirmos ao trabalho da autora, seguiremos sua prática terminológica, a fim de mantermos sua argumentação.

sentenças a partir dessas duas propriedades. Logo depois, apresentamos uma terceira evidência trazida pela autora.

3.1.1.1. Anulabilidade contextual

Simons comenta que é uma propriedade bem conhecida das pressuposições o fato de elas poderem ser canceladas. Uma vez que essa propriedade é o que faz algumas pressuposições não fazerem parte de um enunciado, ela é objeto dos mecanismos de projeção. Além disso, Simons apresenta um tipo específico de contexto em que algumas pressuposições – mas não todas, segundo ela – podem ser canceladas: os contextos de ignorância explícita. Esses contextos são situações em que fica claro que o falante é ignorante em relação aos conteúdos que normalmente seriam pressupostos. Ela dá um exemplo já apresentado por Geurts (1994), em que duas pessoas que não se conheciam estão tendo uma conversa casual, e uma pergunta à outra:

(1) I notice that you keep chewing on your pencil. Have you recently stopped smoking? [Percebi que você fica mordendo o seu lápis. Você parou de fumar recentemente?]

O ouvinte, nessa situação, sabe que o falante é ignorante em relação a ele fumar ou não, tanto no presente quanto no passado e, especialmente, não poderia presumir que ele fumava recentemente. Nessa situação, não surge a inferência de que o ouvinte era um fumante. O falante estaria apenas perguntando se o seu interlocutor teria passado pela mudança de estado relevante, de fumante para não fumante, o que é equivalente a (2):

(2) Is it the case that you have recently been a smoker and recently ceased to be one? [Você recentemente foi fumante e recentemente parou de fumar?]

Segundo Simons, o que acontece nesse caso é que o interlocutor escolhe uma leitura não pressuposicional da pergunta. Mesmo que a leitura pressuposicional seja a preferida na maioria dos casos, Simons diz que, aparentemente, nós temos uma forte preferência a não atribuir ao falante suposições infundadas.

Outro exemplo do mesmo tipo, porém em um contexto de negação, é apresentado em (3). A fim de que o exemplo soe natural, Simons sugere que se considere que existe um sintoma apresentado por pessoas que param de fumar.

(3) I have no idea whether Jane ever smoked, but she hasn't stopped smoking.
[Não tenho ideia se Jane já fumou alguma vez, mas ela não parou de fumar.]

Nesse exemplo, o falante é explícito em relação a sua ignorância sobre Jane ter fumado ou não. Assim, mais uma vez, a inferência normalmente atribuída ao verbo *stop* não surgiria. O enunciado estaria apenas negando que Jane passou pela mudança de estado relevante.

Simons afirma, no entanto, que nem sempre contextos de ignorância explícita provocam essa “falha” na projeção de potenciais pressuposições. Ela dá o exemplo de pressuposições que “têm gatilhos lexicais claramente identificáveis”, tais como *even*, *too* e *again*.³ Um exemplo é o enunciado de (4) em uma situação em que o falante encontra, em uma locadora de filmes, um conhecido, cujo histórico de aluguel de filmes lhe é claramente desconhecido, e pergunta:

(4) Are you renting *Manhattan* again? [Você está alugando *Manhattan* de novo?]

Simons diz que, apesar da explícita ignorância do falante em relação ao histórico de aluguel de filmes de seu interlocutor, este ainda assim seria forçado a concluir que o falante acredita que ele já havia alugado *Manhattan* anteriormente. Simons afirma que não existe como o interlocutor entender a pergunta como em (5).

(5) Is it the case that you have rented *Manhattan* before, and are going to do so again? [Você já alugou *Manhattan* antes e vai fazer isso de novo?]

³ Não fica claro o que a autora quer dizer com “gatilhos lexicais claramente identificáveis”, uma vez que grande parte do que é considerado na literatura como responsáveis pelas inferências pressuposicionais são “gatilhos lexicais claramente identificáveis”. Talvez ela queira se referir a gatilhos cuja única função seja disparar uma pressuposição, itens que podem ser suprimidos de um enunciado sem que este perca seu significado não-pressuposicional.

Para reforçar seu argumento, Simons diz que a pressuposição não é cancelada nem mesmo quando a ignorância é explicitamente asseverada, levando a um enunciado anômalo, como em (6).

(6) # I don't know if Jane ever rented *Manhattan* before, but perhaps she's renting it again. [# Não sei se Jane já alugou *Manhattan* antes, mas talvez ela esteja alugando-o de novo.]

Simons ainda sugere que se compare (6) com (7), caso em que há uma leitura não pressuposicional da segunda oração disponível e, por isso, a alegada anomalia desaparece.⁴

(7) I don't know if Jane ever rented *Manhattan* before, but perhaps she has and is renting it again. [Não sei se Jane já alugou *Manhattan* antes, mas talvez ela tenha alugado e esteja fazendo isso de novo.]

Assim como todos os verbos de mudança de estado (como *stop*, presente nos exemplos (1) e (3)), Simons sustenta que todos os verbos factivos apresentam a característica de poderem ser anulados por contexto. Os exemplos que ela traz para este último tipo de verbo envolvem *discover* [*descobrir*]. A situação para o exemplo em (8) é a seguinte: imagine que dois amigos estão em um restaurante e notam um casal em outra mesa tendo uma briga séria. Os amigos estão discutindo sobre o que pode ter acontecido, e um diz para o outro:

(8) Perhaps she just discovered that he's having an affair. [Talvez ela tenha acabado de descobrir que ele está tendo um caso.]

Como o interlocutor sabe que o falante não teria como saber se o homem estava de fato tendo um caso, ele não vai inferir que o falante pressupõe isso e, dessa forma, vai apenas entender que o falante está considerando a possibilidade de que o homem estava tendo um caso e que a mulher tenha descoberto isso.

O que Simons tentou mostrar com esses exemplos é que pressuposições relacionadas a verbos factivos e a predicados de mudança de estado apresentam o mesmo tipo de

⁴ Discordamos da análise feita por Simons para o caso (4). Esse assunto será tratado na seção 3.2, em que discutiremos os casos apresentados por Simons, juntamente com outros enunciados, a fim de compor a nossa análise baseada nos testes validados no primeiro capítulo deste trabalho.

anulabilidade contextual apresentado por implicaturas conversacionais generalizadas. O exemplo escolhido por Simons é o da implicatura escalar normalmente presente em enunciados do tipo *George has three children* [*George tem três filhos*], que será entendido, na ausência de maiores especificações, como *George has exactly three children* [*George tem exatamente três filhos*]. Ela mostra, entretanto, que a sentença em (9) pode ser enunciada sem nenhuma contradição.

(9) George has three children, and may have more for all I know. [George tem três filhos, e, até onde eu sei, pode ter mais.]

Assim como no exemplo em (3), a asserção sobre a ignorância do falante impede a inferência de surgir. Essa semelhança entre pressuposições e implicaturas conversacionais é a primeira evidência apresentada por Simons para considerar que algumas pressuposições têm bases conversacionais.

3.1.1.2. Não-destacabilidade

A fim de fornecer mais uma evidência para a alegação de que algumas pressuposições são conversacionais, Simons relaciona pressuposições e implicaturas conversacionais com base em outra característica, tradicionalmente atribuída às implicaturas conversacionais e evidenciada pela autora em algumas pressuposições: a não-destacabilidade. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, dizer que uma inferência é não-destacável de seu conteúdo significa dizer que sempre que uma sentença gerar uma inferência, qualquer outra sentença, no mesmo contexto, com o mesmo conteúdo, deve gerar a mesma inferência. Assim, a implicatura gerada pela fala de Julia em (10) também é gerada pelas sentenças em (11), pois elas compartilham o mesmo conteúdo da resposta em (10).

(10) Jane: Do you want to go out for a drink? [Jane: Você quer sair para beber algo?]

Julia: I have to finish writing my paper. [Julia: Eu tenho de escrever meu artigo.]

(11) (a) I need to finish my paper. [Preciso terminar meu artigo.]

(b) My paper needs to get finished tonight. [Meu artigo precisa ficar pronto esta noite.]

(c) I have to work on my paper. [Eu tenho de trabalhar no meu artigo.]

Em todos os casos apresentados em (11), Julia produz a mesma implicatura de sua resposta em (10), a de que ele não quer sair para beber, uma vez que a implicatura não depende da forma da sentença enunciada.

A fim de mostrar a semelhança entre as implicaturas conversacionais e as pressuposições no que diz respeito à não-destacabilidade de seus conteúdos, Simons apresenta os exemplos em (12), que mostram como a pressuposição geralmente atribuída ao verbo *stop* [parar] também é gerada por outras construções que apresentam o mesmo conteúdo de *stop*.

(12) (a) Jane didn't stop laughing. [Jane não parou de rir.]

(b) Jane didn't quit laughing. [Jane não parou de rir.]

(c) Jane didn't cease laughing. [Jane não cessou de rir.]

(d) Jane did not discontinue her laughter. [Jane não interrompeu sua risada.]

O enunciado de qualquer dessas sentenças normalmente vai gerar a pressuposição de que Jane estava rindo imediatamente antes do tempo de referência da sentença, o que evidencia que a pressuposição geralmente associada ao verbo *stop* também é gerada por outras expressões de mesmo conteúdo.

Assim como fez para a anulabilidade contextual, Simons afirma que as pressuposições de todos os outros predicados de mudança de estado apresentam a característica da não-destacabilidade. O mesmo também é dito a respeito dos factivos, como exemplificado com o verbo *realize* [perceber] e seus sinônimos, em (13).

(13) (a) Harry didn't realize that he was a fool. [Harry não percebeu que era um tolo]

(b) Harry didn't come to know that he was a fool. [Harry não veio a saber que era um tolo.]

(c) Harry didn't become aware that he was a fool. [Harry não ficou ciente de que era um tolo.]

Simons sustenta que essa é uma forte evidência de que pressuposições de mudança de estado e de factivos são não-destacáveis, o que, por sua vez, sugere que elas são conversacionais, uma vez que estão ligadas ao conteúdo expresso e não a um item lexical específico, e, segundo Simons, a associação dessas inferências ao conteúdo expresso não pode ser convencional.

Simons, entretanto, encontra um problema para o argumento de que pressuposições serem não-destacáveis são evidência de que elas são conversacionais: pressuposições que antes ela assumiu serem convencionalmente associadas a itens lexicais específicos também apresentam essa característica. São os casos de pressuposições engatilhadas por itens como *even*, *too* e *again*, como apresentado nos exemplos de (4) a (7) na subseção anterior. Simons sustenta que todos os exemplos em (14) geram a pressuposição de que alguém (relevante) que não é Harriet está indo para a conferência *Semantics and Linguistic Theory* (SALT).

- (14) (a) Harriet might go to SALT too. [Talvez Harriet vá para SALT também.]
 (b) Harriet might go to SALT as well. [Talvez Harriet vá para SALT também.]
 (c) Harriet might also go to SALT. [Talvez Harriet vá para SALT também.]

Simons diz que o mesmo pode ser afirmado a respeito de *again* [*novamente*] e de seus sinônimos e que a questão se complica com *even* [*mesmo*] somente porque o item não tem nenhum sinônimo óbvio em inglês⁵.

3.1.1.3. Projeção sem pressuposição

O terceiro argumento de Simons para a existência de uma estratégia geral para o surgimento das pressuposições é baseado em um outro tipo de evidência. Trata-se de casos trazidos pela autora em que parece haver uma inferência pressuposicional, mas sem a presença de nada que identificaríamos como um gatilho. Observe o exemplo a seguir.

- (15) George didn't vote for Nader. [George não votou em Nader.]

⁵ Voltaremos a falar sobre esses casos que Simons considera instâncias de pressuposição convencional na seção 3.2 deste trabalho. Nessa ocasião, discutiremos o problema identificado por Simons aqui, especialmente no diz respeito ao motivo que a faz considerar que esses verbos tenham uma pressuposição convencionalmente associada a eles.

Simons argumenta que essa sentença seria normalmente interpretada como uma negação de que George votou especificamente em Nader, não uma negação de que ele tenha votado. Assim, um enunciado de (15) parece pressupor que George votou em alguém. A autora reconhece que essa inferência pode ser facilmente cancelada, mas que o cancelamento também parece de mesmo tipo do cancelamento de pressuposições, como podemos ver em (16).

(16) George didn't vote for Nader. In fact, he didn't vote at all. [George não votou em Nader. Na verdade, ele não votou em ninguém.]

Assim como a inferência de que George votou sobrevive à negação, ela também sobrevive aos outros contextos clássicos a que sobrevivem as pressuposições:⁶

- (17) (a) Did George vote for Nader? [George votou em Nader?]
 (b) Perhaps George voted for Nader. [Talvez George tenha votado em Nader.]
 (c) If George voted for Nader, he's more politically motivated than he used to be. [Se George votou em Nader, ele é mais politicamente motivado do que ele costumava ser.]

Portanto, uma maneira de ver esses exemplos pode ser considerar que o grupo de sentenças apresentado pressupõe que George votou. O ponto da autora aqui é que não se pode encontrar nada a que essa pressuposição pudesse estar associada. Ela sustenta que não podemos atribuir a pressuposição ao item *vote*, uma vez que não existe inferência do mesmo tipo quando não há um adjunto, como podemos ver em (18).

- (18) George didn't vote. [George não votou.]

O argumento de que a inferência estaria ligada a *vote for Nader* também não parece adequado, uma vez que a expressão não tem uma entrada lexical nem é formada por nenhuma regra específica identificada como geradora de pressuposições.

Outros exemplos do que Simons considera projeção sem pressuposição são apresentados em dois grupos: os lexicais e os modificacionais. Exemplos do primeiro tipo são apresentados em (19), (20) e (21).

⁶ Simons está ciente de que os fatos mudam quando há acento de foco. O que é importante para ela, no entanto, é que não existe um padrão de acento naturalmente interpretável como uma negação de que George tenha votado.

- (19) (a) Smith won't win the race. [Smith não vencerá a corrida.]
 (b) Will Smith win the race? [Smith vencerá a corrida?]

A autora reconhece que os casos em (19) normalmente projetariam a inferência de que Smith participará da corrida, o que é acarretado pela afirmação da proposição (*Smith will win the race*).

- (20) (a) Jones isn't late. [Jones não está atrasado.]
 (b) Jones isn't early. [Jones não está adiantado.]

Enunciados das sentenças em (20) geram a inferência de que Jones tem o dever de estar em algum lugar em algum momento específico, o que é um acarretamento das afirmações (*Jones is late/Jones is early*), mas não um acarretamento das negações.

- (21) (a) I didn't reheat the soup. [Eu não reaqueci a sopa.]
 (b) I didn't overheat the soup. [Eu não aqueci demais a sopa.]
 (c) I didn't underheat the soup. [Eu não aqueci pouco a sopa.]

Simons argumenta que o caso é o mesmo para muitos verbos morfologicamente complexos e que qualquer verbo que contenha algum desses prefixos vai gerar uma inferência do mesmo tipo da encontrada em (21), que é a de que a sopa foi aquecida.

Simons reconhece que esses são casos muito semelhantes a outros⁷ já citados na literatura sobre pressuposição, e que poderiam, em princípio, envolver uma relação convencional entre a inferência e o item lexical ou o morfema. Ela, no entanto, se recusa a aceitar que esse seja o caso, alegando que “há algo de insatisfatório” nisso.

Não fica claro em Simons (2001) por que existe algo insatisfatório em tratar esses itens lexicais específicos como geradores de pressuposições convencionais. Os casos apresentados aqui parecem muito semelhantes aos já tradicionais gatilhos reconhecidos pela literatura, e, dessa forma, sua existência não parece resultar em evidência para a

⁷ Os outros casos são de itens lexicais como *bachelor*, *spinster* e *boy*, aos quais estariam relacionadas algumas inferências, exemplificadas a seguir.

Smith isn't a bachelor. [Smith não está solteiro.]

(Inferência: Smith is an adult male. [Smith é um homem adulto.]

My cousin isn't a boy anymore. [Meu primo não é mais um menino.]

(Inferência: My cousin is male. [Meu primo é homem.]

conversacionalidade do fenômeno. Por outro lado, o que parece ser importante diante desses exemplos é que eles nos chamam a atenção para o fato de que muito mais do que aquilo que vinha sendo considerado gatilho pode ser associado a pressuposições, o que, por sua vez, sugere que esse seja um fenômeno muito mais geral na língua. Assim, pareceria mais plausível acreditar na existência de um princípio geral que rege esses casos, em vez de sobrecarregar o léxico ou qualquer que seja o lugar em que essas convenções estariam codificadas. Admitimos, no entanto, que essa não é uma evidência muito forte na direção de se considerar as pressuposições um fenômeno conversacional.

O segundo grupo compreende casos semelhantes ao apresentado com os exemplos do tipo *vote for Nader* [votar em Nader], contendo outros modificadores adjetivais e adverbiais, como pode ser observado nas sentenças a seguir.

- (22) George isn't arriving on Wednesday. [George não vai chegar na quarta.]
(Inferência: George is arriving some time. [George vai chegar em algum momento.])
- (23) George didn't leave late. [George não saiu atrasado.]
(Inferência: George left. [George saiu.])
- (24) I didn't wash the windows with soap. [Eu não lavei as janelas com sabão.]
(Inferência: I washed the windows. [Eu lavei as janelas.])
- (25) The baby didn't cry loudly. [O bebê não chorou alto.]
(Inferência: The baby cried. [O bebê chorou.])

O padrão identificado por Simons aqui é o seguinte: “Given utterance of a sentence of the form $O[p]$, where O is an entailment-canceling operator and where p entails $q_1 \dots q_n$, there is a tendency for the utterance to be interpreted as if some subset of $q_1 \dots q_n$ were outside the scope of O .”⁸

Ela explica o uso de “tendência” pelo fato de as interpretações com projeção da pressuposição serem preferidas, mas não necessárias. Além disso, nem todos os

⁸ Tradução: “Dado um enunciado de uma sentença de forma $O[p]$, em que O é um operador cancelador de acarretamentos, e em que p acarreta $q_1 \dots q_n$, há uma tendência de o enunciado ser interpretado como se algum subconjunto de $q_1 \dots q_n$ estivesse fora do escopo de O .”

acarretamentos projetam. Por exemplo, (26a) não seria normalmente interpretada como (26b) ou (26c), nem (27a) como em (27b). A autora percebe que aqui a diferença está relacionada ao tipo de acarretamento: adjuntos se comportam de forma diferente de conteúdos em posição de argumento.

- (26) (a) I didn't wash the windows. [Eu não lavei as janelas.]
 (b) I washed something, not the windows. [Eu lavei algo, não as janelas.]
 (c) Someone washed the windows, not me. [Alguém lavou as janelas, não eu.]
- (27) (a) I didn't sleep. [Eu não dormi.]
 (b) Someone slept, not me. [Alguém dormiu, não eu,]

Simons reconhece, no entanto, que não sabe exatamente como distinguir os acarretamentos que projetam dos que não projetam e que há muito ainda sobre esses casos que ela não compreende. O que ela considerada importante nesse momento, porém, é o reconhecimento de casos em que há comportamento de projeção sem a existência de um candidato óbvio ao qual poderíamos associar a pressuposição projetada, o que indica, mais uma vez, a existência de um princípio geral (conversacional) de derivação de pressuposições.

3.1.2. *Discussão da proposta*

Embora Simons reconheça que sua proposta não é completamente adequada para descrever o princípio conversacional que ela sustenta ser responsável pela geração das pressuposições, ela apresenta sua tentativa de qualquer forma, a fim de sugerir um caminho capaz de levar a uma descrição efetivamente apropriada dos fatos. Sua proposta é fortemente baseada em uma ideia presente em Stalnaker (1974):

The propositions that P and that Q may be related to each other, and to common beliefs and intentions, in such a way that it is hard to think of a reason that anyone would raise the question whether P, or care about its answer, unless he already believed that Q.⁹ (Stalnaker, 1974, p.205 – apud Simons, 2001, p. 442)

⁹ Tradução: “As proposições de que P e de que Q podem ser relacionadas uma à outra, bem como a crenças e intenções compartilhadas, de tal forma que é difícil pensar em uma razão por que alguém levantaria a questão sobre se P, ou se importaria com uma resposta a ela, a não ser que essa pessoa já acreditasse que Q.”

A ideia de Stalnaker, como Simons ressalta, é bastante intuitiva. Se alguém enuncia *Jane didn't stop smoking* [*Jane não parou de fumar*], esta pessoa está mostrando interesse na questão de Jane ter parado ou não de fumar, e só parece fazer sentido alguém levantar essa questão se esse alguém já acredita que Jane fumava. A fim de usar essa ideia de Stalnaker em sua proposta, Simons identifica a necessidade de entender melhor dois pontos a seu respeito. O primeiro deles é saber quando um enunciado conta como levantando uma questão particular ou evidenciando interesse em uma resposta a ela; o segundo é especificar qual é o tipo de relação que deve existir entre P e Q. Quanto ao primeiro ponto, Simons considera que fazer uma pergunta obviamente conta para levantar a questão; respostas para a pergunta também devem contar, o que significa que a negação e a afirmação devem estar incluídas no grupo de enunciados que levantam a questão, bem como as orações encaixadas em condicionais e modais, visto que todas podem ser utilizados para responder a pergunta (ou seja, todos os contextos tradicionalmente utilizados para testar as pressuposições de um enunciado). Em relação ao segundo ponto, a autora diz que parece provável que a relação seja de acarretamento (não mútuo), visto que, em todos os casos considerados, a proposição que se projeta é acarretada pela oração encaixada. A “lógica” do acarretamento parece simples: se P acarreta Q, então Q é necessário para a verdade de P. Dessa forma, faria sentido estabelecer a verdade de Q antes de levantar a questão sobre P. Isso sugere o seguinte princípio de interpretação:

Princípio de Interpretação (provisório):

Suponha que P acarreta mas não é acarretado por Q. Um falante que levanta uma questão sobre se P indica uma crença na verdade de Q.

A autora admite que o princípio é muito forte e acaba levando a resultados inesperados. Entretanto, ela apresenta a proposta a fim de mostrar alguns resultados interessantes a que ela leva. O primeiro exemplo que Simons traz é o de (28).

(28) *Jane doesn't know that George dislikes Cleo.* [*Jane não sabe que George não gosta de Cleo.*]

Segundo a proposta de Simons, (28) é uma resposta direta à pergunta *Does Jane know that George dislikes Cleo?* [*Jane sabe que George não gosta de Cleo?*], o que leva o

mecanismo a considerar que o enunciado dessa sentença levanta essa questão. A proposição questionada é *Jane knows that George dislikes Cleo* [*Jane sabe que George não gosta de Cleo*], que tem como alguns de seus acarretamentos os apresentados em (29).

- (29) (a) George dislikes Cleo. [George não gosta de Cleo.]
 (b) George exists. [George existe.]
 (c) Jane exists. [Jane existe.]
 (d) Cleo exists. [Cleo existe.]
 (e) Jane is sentient. [Jane é sensciente.]
 (f) George is sentient. [George é sensciente.]

Todas essas proposições em (29), apresentadas por Simons, resistem à negação em (28), o que significaria dizer que elas são pressupostas pelo enunciado de (28). Neste ponto, Simons admite que há resultados não esperados no uso desse mecanismo, como o fato de que qualquer enunciado acarreta todas as tautologias. No entanto, ela resolve tratar esse problema como uma técnica e lembra que outros mecanismos enfrentam o mesmo problema.¹⁰

Embora Simons considere o exemplo (28) como um caso em que o mecanismo descreve adequadamente o fenômeno, não podemos deixar de notar que alguns acarretamentos não-mútuos da proposição questionada (*Jane knows that George dislikes Cleo*) não parecem ser pressupostos por (28). Observe (30)

- (30) (a) Jane knows something about George. [Jane sabe algo sobre George.]
 (b) Jane knows that someone dislikes Cleo. [Jane sabe que alguém não gosta de Cleo.]
 (c) Someone knows that George dislikes Cleo. [Alguém sabe que George não gosta de Cleo.]
 (d) Jane knows that George dislikes someone. [Jane sabe que George não gosta de alguém.]
 (e) Jane knows George's feelings about Cleo. [Jane conhece os sentimentos de George em relação a Cleo.]

Outro “exemplo bem comportado” apresentado por Simons está em (31).

¹⁰ Simons cita as abordagens baseadas em Heim (1983).

(31) Jane didn't vote for Nader. [Jane não votou em Nader.]

(31) levanta a questão *Did Jane vote for Nader?* [*Jane votou em Nader?*], cuja proposição questionada é *Jane voted for Nader* [*Jane votou em Nader*], que, por sua vez, tem os acarretamentos apresentados em (32).

- (32) (a) Jane exists. [Jane existe.]
 (b) Nader exists. [Nader existe.]
 (c) Jane voted. [Jane votou.]
 (d) Nader was on the ballot. [Nader estava concorrendo na eleição.]

Todos os acarretamentos apresentados em (32) sobrevivem à negação e se projetam como pressuposições de (31). Mais uma vez, entretanto, a proposição considerada (*Jane voted for Nader*) na determinação dos acarretamentos que serão considerados como pressuposições do enunciado gera acarretamentos não-mútuos que não acabam sendo considerados como pressuposições de (31), como os apresentados em (33).

- (33) (a) Someone voted for Nader. [Alguém votou em Nader.]
 (b) Jane did something related to Nader. [Jane fez algo relacionado a Nader.]

Embora Simons não tenha encontrado problemas no mecanismo para casos como (28) e (31), ela admite problemas em casos específicos, como o já mencionado em (26), em que uma estrutura de complemento não apresenta comportamento de projeção, ainda que o Princípio de Interpretação preveja que deveria haver. Além deste, ela discute um exemplo de outro tipo, aqui apresentado em (34).

(34) Jane didn't stop laughing. [Jane não parou de rir.]

A sentença em (34) levanta a questão *Did Jane stop laughing?* [*Jane parou de rir?*], em que a proposição *Jane stopped laughing* [*Jane parou de rir*] é questionada. Esta proposição acarreta (mas não é acarretada por) as proposições em (35) e, de acordo com o Princípio de Interpretação, esses acarretamentos deveriam ser pressuposições do enunciado de (34).

(35) (a) Jane was laughing immediately prior to the reference time. [Jane estava rindo imediatamente antes do tempo de referência.]

(b) Jane was not laughing immediately after the reference time. [Jane não estava rindo imediatamente depois do tempo de referência.]

O problema da análise do enunciado de uma sentença como (34) pelo Princípio de Interpretação é que um falante não poderia acreditar mutuamente em (35a) e (35b), diante de seu enunciado. Poderia ser atribuída ao falante a crença de no máximo umas das proposições em (35), e a *negação* da outra.

Além dos problemas identificados por Simons e dos que foram levantados por nós na análise de exemplos dados pela autora, o Princípio de Interpretação encontra problemas mesmo em sentenças simples, como podemos ver em (36), caso em que não há pressuposição em jogo.

(36) Isso não é uma bola.

(36) levanta a questão *Isso é uma bola?*, cuja proposição questionada é *Isso é uma bola*. Essa proposição acarreta *Isso é um brinquedo* e *Isso é um objeto*, por exemplo, mas nenhuma dessas proposições é considerada uma pressuposição de (36), contrariando o Princípio, que diz que todos os acarretamentos não-mútuos se projetam. Casos como esse nos alertam para um problema generalizado no mecanismo proposto por Simons (2001).

A autora finaliza o artigo levantando algumas questões importantes para a compreensão do comportamento das pressuposições. Em primeiro lugar, ela questiona como um ouvinte sabe qual das proposições em (35), por exemplo, é a negada e qual não é, e, mais especificamente, por que (35b) é normalmente a proposição negada e não (35a). Uma ideia de Simons é que os dois acarretamentos têm status diferentes, pois um deles - (35a) - parece ser uma precondição (ontológica) para a mudança de estado descrita por *stop laughing*. Ela entende precondições como uma relação entre eventos: uma precondição de um evento E é uma condição que deve ser satisfeita pelo mundo a fim de que o evento E aconteça. Qualquer evento de mudança de estado terá como uma de suas precondições a de que a entidade que sofre a mudança esteja no estado inicial requerido para a mudança. Dessa forma, o enunciado de uma sentença como a de (34), por levantar uma questão sobre determinada mudança de estado, gera a inferência de que o falante acredita que as precondições estão satisfeitas, o que

explica a preferência pela escolha de (35a) como a pressuposição do enunciado. Essa ideia motivou a autora a pensar sobre outras questões: por que a precondição deveria ter um status privilegiado em relação aos outros acarretamentos? Essa noção de precondição pode ser definida para outros tipos de eventos que não sejam mudança de estado? Todas as proposições que apresentam comportamento de projeção são caracterizáveis como precondições?

Apesar de a autora não tentar fornecer resposta a essas questões, nem oferecer um modelo descritivamente adequado para lidar com o fenômeno da pressuposição, compreendemos que o simples fato de ela indicar um caminho, mesmo que não completamente adequado, e levantar essas questões traz contribuições importantes para a discussão sobre pressuposições.

Além dessa contribuição de Simons (2001) para a reflexão a respeito do comportamento da pressuposição, esse artigo é particularmente importante para nós por ser a inspiração para o uso das características atribuídas por Grice às implicaturas conversacionais como forma de buscar uma solução para a determinação da natureza do fenômeno pressuposicional. Como já mencionamos anteriormente, este trabalho se propõe a apresentar novos exemplos aos testes já discutidos em Simons (2001), a fim de acrescentar evidências para a determinação da natureza das pressuposições. Além disso, combinamos essa primeira percepção de Simons (2001) a respeito do comportamento da pressuposição frente aos testes da não-destacabilidade e da anulabilidade contextual com as outras características de fenômenos conversacionais. Um avanço deste trabalho é discutir a validade desses testes (o que foi feito no primeiro capítulo) e analisar um maior número de exemplos. Essa análise será feita na próxima seção.

3.2. Aplicação dos testes

Nesta seção, dedicamo-nos a aplicar a diversas sentenças os testes avaliados no primeiro capítulo deste trabalho, a fim de buscar uma maior compreensão a respeito da natureza das pressuposições. Além da aplicação dos testes, fazemos uma análise dos resultados obtidos através deles. Começamos com o teste da indeterminação, passando pelos testes da não-destacabilidade, da calculabilidade, da cancelabilidade, chegando, por fim, no teste da reforçabilidade.

3.2.1. Indeterminação

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, fenômenos conversacionais podem ser mais ou menos determinados - vimos que implicaturas conversacionais generalizadas são mais determinadas (tendem a ser geradas sempre que um determinado tipo de enunciado é proferido) e que implicaturas conversacionais particularizadas são menos determinadas (dependem fortemente do contexto em que são enunciadas) –, e fenômenos convencionais, por sua vez, são mais determinados. Dessa forma, o teste da indeterminação não serviria para julgar a natureza de inferências determinadas, visto que encontramos exemplos de inferências com essa característica tanto em fenômenos conversacionais quanto em fenômenos convencionais. Por outro lado, frente a casos de indeterminação, parece que só poderíamos ter fenômenos de natureza conversacional.

Pressuposições são, caracteristicamente, inferências mais determinadas. Assim, segundo esse critério, elas não poderiam ser enquadradas categoricamente em nenhum dos dois grupos. Portanto, esse teste não nos auxiliará na caracterização do fenômeno.

3.2.2. Cancelabilidade

Podemos dizer que há cancelamento toda vez que uma pressuposição idealmente ativada por um gatilho presente no enunciado não sobreviver como pressuposição efetiva do enunciado. Na literatura, há dois tipos de situações comumente consideradas quando o assunto é o cancelamento de inferências. O primeiro caso é o que poderíamos mais propriamente chamar de **anulabilidade por contexto**, que ocorre quando uma determinada inferência, que comumente surgiria a partir de um enunciado, eventualmente desaparece devido à existência de um contexto específico que a desabilita. O outro tipo é que o chamamos de **cancelabilidade propriamente dita**, que ocorre quando uma determinada inferência é explicitamente cancelada por algum conteúdo proferido depois do seu surgimento. Neste trabalho, consideraremos esses dois tipos de situação como cancelamento, assumindo uma visão mais ampla da questão. Dessa forma, faremos a discussão em duas partes, cada uma delas destinada a um tipo específico de cancelamento, começando pela cancelabilidade propriamente dita.

3.2.2.1. Cancelabilidade propriamente dita

Esse tipo de cancelamento é evidenciado em casos em que a inferência surge, e há algum conteúdo proferido depois de seu surgimento que a cancela. É o caso de cancelamento mais discutido na literatura sobre implicaturas, e que foi exemplificado no primeiro capítulo deste trabalho. Os exemplos (8) e (9) do capítulo 1 são repetidos, respectivamente, em (37) e (38).

(37) Está frio aqui.

(38) Mas eu não quero que fechem a porta.

Como vimos, a possível implicatura de que o falante gostaria que a porta fosse fechada (em (37)) pode ser cancelada com o enunciado de (38). Como vimos também, o mesmo não parece possível com implicaturas convencionais, como no exemplo (11) do capítulo 1, repetido a seguir em (39).

(39) Ele é inglês, mas é legal. E eu não vejo nenhuma oposição entre essas duas coisas.

No caso das pressuposições, percebemos que o cancelamento da inferência depois de ela já ter surgido também é possível, assim como ocorre com as implicaturas conversacionais. Para mostrar esse comportamento das pressuposições, utilizaremos como exemplo sentenças contendo alguns dos tipos mais tradicionais de gatilhos identificados pela literatura¹¹. Observe os exemplos a seguir.

(Verbo factivo)

(40) João não **sabe** que Maria saiu. Porque Maria não saiu.

(Verbo implicativo)

(41) João não **conseguiu** comer o bolo. Ele nem tentou.

¹¹ Os exemplos foram inspirados na lista apresentada por Levinson (2007, p. 226) e seguem a classificação proposta pelo autor.

(Verbo aspectual)

(42) João não **continuou** a briga. Porque a briga nem começou.

(Iterativa)

(43) Pedro não caiu **de novo**. Porque ele não caiu antes.

(Verbo de julgamento)

(44) Ana não **criticou** a irmã por ser comunista. Porque não há nada de errado nisso.

Um enunciado da primeira oração do exemplo em (40) comumente gera a pressuposição de que a Maria saiu. Essa pressuposição, no entanto, é cancelada explicitamente pelo acréscimo da informação presente na segunda oração. O enunciado da primeira oração do exemplo (41), por sua vez, poderia gerar a pressuposição de que João tentou comer o bolo, pressuposição que é cancelada pela presença da segunda oração, que traz uma negação explícita desse conteúdo. Em (42), o que vemos é o cancelamento da pressuposição de que a briga havia começado, que poderia ser gerada pelo enunciado da primeira oração apresentada, e é cancelada pela segunda. Iterativas podem pressupor que o mesmo evento já havia ocorrido anteriormente; a segunda oração de (43), no entanto, cancela essa possível pressuposição da primeira, que é a de que Pedro já havia caído antes. Por fim, o enunciado da primeira oração de (44) poderia gerar a inferência de que ser comunista é algo ruim, o que é cancelado explicitamente pela segunda oração presente no exemplo.

Em todos os casos apresentados, a inferência é cancelada por uma informação posterior. Como já discutimos anteriormente, a possibilidade de cancelamento das pressuposições parece indicar seu caráter conversacional, uma vez que conteúdos convencionais não deveriam poder ser cancelados; por outro lado, inferências conversacionais não impedem a adição da informação de que uma dessas inferências, quando produzida, não deve ser mantida.

3.2.2.2. Anulabilidade contextual

O outro tipo de cancelamento ocorre quando o contexto precedente não dá suporte para a inferência em questão. Esse tipo de cancelamento é evidenciado em inferências mais determinadas, que costumam estar sempre associadas a um determinado tipo de enunciado, como é o caso das implicaturas conversacionais generalizadas. Um exemplo desse tipo de cancelamento pode ser visto no caso das implicaturas relacionadas à máxima da quantidade. Observe o exemplo em (45).

(45) João tem dois filhos.

É amplamente reconhecido na literatura que um enunciado de (45) comumente geraria a implicatura de que o João não tem mais de dois filhos. Entretanto, essa inferência pode ser anulada se o enunciado ocorrer em certos contextos, como o apresentado abaixo.

(Contexto: no país dos falantes, existe um desconto no imposto de renda para famílias que tenham no mínimo dois filhos. Ana pergunta a Vera, que não conhece João muito bem, se ele tem desconto no imposto de renda. Vera responde (46).)

(46) Certamente. Já o vi brincando na pracinha com duas crianças que o chamaram de pai, então João tem dois filhos.

O enunciado de (46) não deve gerar a implicatura de que João não tem mais de dois filhos. O que é relevante para a resposta é a informação de que ele tem no mínimo dois filhos e, por isso, recebe desconto no imposto.

Casos semelhantes a esses também são encontrados em enunciados com gatilhos pressuposicionais. Já vimos alguns exemplos desse tipo quando discutimos Simons (2001), em que a autora apresenta os contextos de ignorância explícita. Uma importante contribuição do trabalho da autora é nos chamar a atenção para esse tipo de cancelamento, presente nos exemplos (1) e (8) acima, em que ela apresenta contextos de ignorância explícita que seriam capazes de anular potenciais pressuposições relacionadas a verbos de mudança de estado e a verbos factivos. Simons, no entanto, julgou que nem todos os tipos de pressuposição são anuláveis frente a um contexto de reconhecida ignorância do falante em relação às

pressuposições de um enunciado. Ela considera, particularmente, que as pressuposições tradicionalmente associadas a iterativos não são anuláveis nesses contextos. O exemplo que ela apresenta para isso está acima, em (4), e é repetido abaixo, em (47).

(47) Are you renting *Manhattan* again? [Você está alugando *Manhattan* de novo?]

Simons acredita que a pressuposição relacionada ao uso do item *again* não pode ser cancelada em contextos em que o falante não sabe nada sobre o histórico de filme do seu interlocutor e que, em casos como (47), o ouvinte seria forçado a concluir que o falante acredita que ele já havia alugado *Manhattan* anteriormente.

O que parece, no entanto, é que Simons apenas não encontrou contextos adequados de ignorância explícita que anulassem pressuposições associadas a iterativos, o que não significa que eles não existam. Podemos imaginar um contexto, com o mesmo enunciado de (47) e que parece não produzir a pressuposição em questão. Imagine a seguinte situação: a locadora dá um desconto para clientes que alugam um filme do Woody Allen pela segunda vez. Ao chegar ao caixa com o filme, o atendente explica a promoção e faz a pergunta em (47) ao cliente. Assim, o que o atendente estaria questionando seria se o cliente já alugou aquele filme antes, a fim de saber se ele ganharia o desconto.

O que esse exemplo nos indica é que a anulabilidade relacionada a um contexto de ignorância explícita não está restrita a apenas alguns casos de pressuposição. Visto que não se trata de caso isolado, é importante trazer para a discussão esse tipo de evidência, que pode nos auxiliar na busca pela correta caracterização do fenômeno pressuposicional.

Além dos contextos de ignorância explícita, esse tipo de cancelamento (anulação por contexto) é encontrado em casos de pressuposições em que não há um gatilho claramente identificável, o que Simons chamou de projeção sem pressuposição. Abaixo segue um exemplo evidenciado pela autora, anteriormente apresentado em (24), agora reproduzido em (48).

(48) I didn't wash the windows with soap. [Eu não lavei as janelas com sabão.]

Simons (2001) defende a ideia de que um enunciado de (48) geraria a pressuposição de que o falante lavou as janelas. No entanto, essa pressuposição pode não surgir em alguns contextos. Um exemplo disso seria um contexto em que dois amigos compraram o mesmo tipo de janela. Nas instruções de lavagem, estava explícito que aquele tipo de material não

poderia ser lavado com sabão. Um dos amigos vai à casa do outro, observa que a janela está em perfeitas condições e comenta esse fato com o amigo, acrescentando que a sua está manchada. O dono da casa, então, lembra o amigo das instruções sobre não lavar com sabão e enuncia (49).

(49) Claro que a minha janela está em perfeitas condições, eu não lavei a janela com sabão.

Neste contexto específico, parece que o ouvinte não pode inferir que o falante lavou as janelas. É possível que o falante as tenha lavado com outro material ou que ele simplesmente não as tenha lavado. Talvez isso se dê porque o objetivo do enunciado é apenas dizer que não foi usado sabão na janela. O importante aqui, porém, é identificar a existência de um contexto que não é de ignorância explícita (note que o falante deve saber se lavou ou não a janela), mas que também consegue anular previamente possíveis pressuposições¹².

O mesmo tipo de anulabilidade (sem contexto de ignorância explícita) é percebido em enunciados contendo gatilhos clássicos, como é o caso de *parar*. Imagine uma situação em que dois amigos, João e Paulo, estão em uma reunião de um grupo de ajuda para pessoas que estão tentando parar de fumar. João é fumante, Paulo o está acompanhando, mas nunca fumou, e João sabe que Paulo nunca fumou. Naquele dia, como incentivo para que os participantes do grupo parassem de fumar, alguém da equipe distribuía brindes para as pessoas que já haviam conseguido parar. João, o fumante, pega um brinde e diz a Paulo que também pegue um. Paulo acha errado trapacear e enuncia (50).

(50) Eu não parei de fumar.

Esse enunciado não pode pressupor que Paulo fumava. Neste contexto, tanto Paulo quanto João sabem que Paulo nunca fumou. Dessa forma, mais uma vez, encontramos anulação contextual de uma possível pressuposição. Dessa vez, porém, não podemos atribuir a anulação nem a um contexto de ignorância explícita, nem à presença de uma pressuposição sem gatilho.

¹² A importância desse tipo de exemplo vai ser mais claramente compreendida quando falarmos de acomodações e de calculabilidade.

Além da importância de percebermos que as pressuposições se comportam de forma semelhante a outros fenômenos conversacionais no que diz respeito à possibilidade de serem canceladas, o cancelamento também é importante para discutirmos uma característica largamente associada às pressuposições, que é a acomodação. Essa discussão é feita na próxima seção.

3.2.2.3. Acomodação

A partir da evidência da cancelabilidade das pressuposições, surge outra questão importante para a discussão da natureza das pressuposições, relacionada ao vínculo necessário entre a hipótese convencionalista e a suposição da existência do fenômeno de acomodação. Apesar de essa questão não fazer parte do foco principal deste trabalho (que é discutir e aplicar os testes baseados nas características tradicionalmente associadas às implicaturas conversacionais), ela se relaciona diretamente ao teste da cancelabilidade e pode consistir em um importante argumento em favor de uma das hipóteses consideradas para o surgimento da pressuposição. Assim, acreditamos que essa discussão merece lugar, ainda que curto, neste trabalho.

A pressuposição, para a maioria das abordagens pragmáticas convencionalistas, é uma marcação convencional de que determinado conteúdo está no contexto do discurso. Como vimos brevemente na seção que trata de Karttunen (1974), por essa ser uma marcação convencional, quando o conteúdo pressuposto não está no contexto, o uso dos gatilhos pressuposicionais serve justamente para inseri-lo no contexto; ou seja, o conteúdo é **acomodado** no contexto. Por exemplo, diz-se que o verbo *parar* convencionalmente pressupõe que a atividade parada acontecia. Assim, *João não parou de fumar* deve pressupor que João fumava. Por ser uma convenção sobre a forma do contexto, se essa informação não fizer parte dele (se o ouvinte não tiver essa informação), ela deve ser acrescentada ao contexto. Assim, diz-se que o conteúdo pressuposto é acomodado no contexto. De acordo com a visão dessas teorias convencionalistas, então, a acomodação é uma consequência inevitável da postulação de que os gatilhos são uma convenção.

Essa ideia de acomodação é essencial nas teorias convencionalistas mais modernas e influentes, como a Discourse Representation Theory (DRT) (van der Sandt, 1992; Geurts, 1999) e a File Change Semantics (FCS) (Heim, 1998), que são herdeiras da ideia de satisfação de contexto apresentada em Karttunen (1974). Essa ideia é bastante robusta: se a

pressuposição é uma marcação convencional a respeito da forma do contexto, o conteúdo pressuposto deve, obrigatoriamente, fazer parte do contexto; se o contexto não tem a forma prevista pela pressuposição (se a pressuposição não corresponde ao contexto), a única forma de ele respeitar a convenção é por meio do acréscimo do conteúdo em questão. O contexto deve, então, ser alterado a fim de evitar uma anomalia discursiva. Assim, concluímos que a noção de acomodação é uma decorrência natural da visão convencionalista de pressuposição.

O que percebemos, no entanto, a partir da análise de sentenças que contêm os tradicionais gatilhos pressuposicionais, é que o uso de uma dessas formas nem sempre insere o conteúdo pressuposicional no contexto. Vimos que pressuposições podem ser canceladas, como no exemplo de verbo factivo apresentado acima, em (40), e repetido aqui em (51).

(51) O João não **sabe** que a Maria saiu, porque a Maria não saiu.

Percebemos que o conteúdo tradicionalmente associado ao verbo *saber*, que é o de que a oração introduzida por ele é verdadeira, não é inserido no contexto de um enunciado como esse, uma vez que esse conteúdo é explicitamente negado. Aqui já vemos uma falha da necessidade de acomodação quando um conteúdo idealmente ativado por um gatilho pressuposicional não faz parte do contexto. Um defensor da ideia convencionalista, no entanto, poderia argumentar que a negação explicitamente enunciada da inferência pressuposicional teria uma força maior do que a convenção associada ao gatilho, podendo, assim, cancelá-la.

Como já vimos, o cancelamento não é muito condizente com a ideia de convenção; como exemplos disso, vemos que acarretamentos e implicaturas convencionais não admitem ser canceladas. No entanto, mesmo que aceitemos a explicação convencionalista, a evidência fornecida pela anulação de pressuposições em contextos em que não há cancelamento explícito da inferência não permite argumentação semelhante. Vejamos agora um exemplo desse tipo. Considere um enunciado de (50), repetido agora em (52), no seguinte contexto.

(Contexto: Dois amigos, João e Paulo, estão em uma reunião de um grupo de ajuda para pessoas que estão tentando parar de fumar. João é fumante, Paulo o está acompanhando, mas nunca fumou, e João sabe que Paulo nunca fumou. Naquele dia, como incentivo para que os participantes do grupo parassem de fumar, alguém da equipe distribuía brindes para as pessoas que haviam conseguido parar. João, o fumante, pega um brinde e diz a Paulo que também pegue um. Paulo acha errado trapacear e enuncia (52).)

(52) Eu não parei de fumar.

Como vimos antes, esse enunciado não pode pressupor que Paulo fumava, visto que tanto Paulo quanto João sabem que Paulo não fumava. Assim, não há acomodação desse conteúdo. Entretanto, não há nesse caso nenhum cancelamento explicitamente enunciado dessa inferência, de modo que este não pode ser o argumento do convencionalista (como poderia ter sido para o exemplo em (51)). Nesse ponto, um defensor da abordagem convencional da pressuposição poderia tentar explicar a falha de acomodação no exemplo dizendo que a pressuposição se acomoda somente quando ela não é contraditória com o contexto. Essa explicação parece intuitiva; porém, o que não parece intuitivo é que o contexto tenha mais força do que conteúdo convencional¹³. Assim, com esse exemplo, a ideia convencionalista de pressuposição parece ser enfraquecida.

Como último argumento, apresentamos um exemplo de contexto de ignorância explícita, em que não há cancelamento explicitamente enunciado da pressuposição e também não há contradição entre a pressuposição e o contexto. Esse é um tipo de contexto em que os argumentos que poderiam ser apresentados para os dois casos anteriores a favor da hipótese convencionalista não parecem ser possíveis. Analisemos novamente um exemplo de sentença com gatilho pressuposicional apresentado em (8), aqui repetido em (53).

(Contexto: dois amigos estão em um restaurante e notam um casal em outra mesa tendo uma briga séria. Os amigos estão discutindo o que pode ter acontecido, e um diz para o outro (53)).

(53) Perhaps she just discovered that he's having an affair. [Talvez ela tenha acabado de descobrir que ele está tendo um caso.]

Como vimos anteriormente, se o ouvinte sabe que o falante não conhece o casal, o enunciado de (53) não deve gerar a inferência de que o homem está tendo um caso. Nesse exemplo, não há a acomodação do conteúdo comumente associado ao verbo *descobrir*. A

¹³ Note, por exemplo, que se outros conteúdos convencionais (uma implicatura convencional ou um acarretamento) forem incoerentes com o contexto, o enunciado da sentença que os contém será anômalo. No caso de enunciados de algumas sentenças com gatilho pressuposicional, a anomalia não ocorre, e o enunciado é aceito no contexto mesmo sem a aceitação do conteúdo em questão. Ou seja, o contexto não é forte o suficiente para cancelar outros conteúdos convencionais, somente cancelaria pressuposições.

falha da acomodação não pode ser explicada pela existência de um enunciado que cancele explicitamente a inferência. Além disso, não se pode dizer que há contradição entre a pressuposição (o homem está tendo um caso) e as crenças dos envolvidos no discurso, visto que estes não sabem se o homem está tendo ou não um caso. Dessa forma, o convencionalista que argumentaria, frente a exemplos como (51) e (52), que um conteúdo explicitamente enunciado e que as crenças presentes no contexto são mais fortes do que a convenção pressuposicional não poderia usar os mesmos argumentos para casos como (53).

Esse mesmo convencionalista, no entanto, poderia ainda assim tentar formular outro argumento: visto que se trata de um contexto de ignorância explícita, a própria explicitude da ignorância do falante não permitiria a acomodação. Com este argumento, teríamos de considerar a explicitude da ignorância do enunciador como mais forte do que a convenção associada ao item lexical envolvido. O convencionalista diria que um conteúdo só pode ser acomodado se o enunciador for considerado capaz de ter conhecimento sobre aquele conteúdo. Parece-nos que a ideia de convenção é novamente enfraquecida frente a casos de cancelamento de inferência por ignorância explícita, visto que um conteúdo convencional estaria sendo cancelado não por haver contradição entre ele e o contexto, mas, simplesmente, por haver a crença de que não há nada no contexto do falante. Além de não parecer intuitivo, o argumento também não explicaria a escolha do item em questão pelo falante: se o falante não tem condições de saber se determinado conteúdo está no contexto, por que ele usou um item que tem convencionalmente associado a ele tal conteúdo, o que, assim, indicaria que o falante sabe que o conteúdo faz parte do contexto?

A partir de casos como os apresentados, é possível dizer que existe alguma falha no argumento da acomodação. Em resumo, o argumento é o seguinte: se conteúdo pressuposicional é uma convenção sobre a forma do contexto, quando o conteúdo não fizer parte do contexto, ele será acomodado. Vimos que a conclusão é falsa, ou seja, nem sempre há acomodação; então precisamos abandonar alguma das premissas. Ou o conteúdo pressuposicional não é uma convenção sobre a forma do contexto, ou não é verdade que ele não faz parte do contexto. Vimos também que, nos exemplos apresentados, a pressuposição não fazia parte do contexto. Portanto, nesses casos, só nos resta negar que havia uma convenção.

Apesar de a premissa principal para a acomodação, apresentada no parágrafo acima (se conteúdo pressuposicional for uma convenção sobre a forma do contexto e não estiver no contexto, ele será acomodado), ser bem intuitiva e amplamente aceita pela literatura convencionalista sobre as pressuposições, alguém poderia defender que a premissa principal é falsa, e não a premissa de que pressuposição é uma convenção, com o fim de defender o

caráter convencionalista das pressuposições. Dessa forma, esse defensor deveria assumir que conteúdos convencionais não precisam ser acomodados e podem ser cancelados, o que, como já vimos no primeiro capítulo do trabalho, não ocorre com as implicaturas convencionais, que têm sido o ponto de referência para a discussão sobre convencionalidade. O defensor seria obrigado, então, a assumir que somente convenção pressuposicional pode ser cancelada. O argumento parece ruim, por ir de encontro ao próprio caráter de um conteúdo convencional: não parece coerente assumir que um conteúdo produzido a partir de uma convenção sobre o contexto não precise estar no contexto. Não iremos adiante nessa discussão, pois, além de não termos conhecimento de nenhum convencionalista que defenda que a premissa principal é falsa, tendo em vista as características de uma inferência convencional, essa não parece poder ser uma explicação aceitável.

Portanto, considerando todos os argumentos apresentados aqui, apesar de a acomodação não ser um dos pontos principais deste trabalho, acreditamos que sua relação com a cancelabilidade é um ponto relevante na discussão sobre a correta caracterização do fenômeno pressuposicional. Os argumentos presentes nesta breve discussão, apesar de não decisivos, parecem nos afastar cada vez mais da ideia de que pressuposições são exigências sobre a forma do contexto. Isso parece indicar sérios problemas para a consideração de pressuposições como fenômenos convencionais, pelo menos para as teorias que veem a pressuposição como uma convenção sobre a forma do contexto. Assim, essa discussão sobre a acomodação sugere que o caminho a ser considerado é o de ver as pressuposições como fenômenos conversacionais.

3.2.3. Não-destacabilidade

A não-destacabilidade pode ser testada nas pressuposições pela substituição daquilo que se convencionou chamar de gatilho por um outro item lexical ou expressão que não resulte em alteração de significado da sentença. Se, ao trocarmos o gatilho por um item sinônimo, a inferência pressuposicional permanecer, podemos dizer que estamos diante de um caso em que a inferência não é destacável do conteúdo da sentença envolvida. Por outro lado, se, ao substituirmos um gatilho por um item sinônimo, a inferência final não for a mesma, então poderíamos dizer que a pressuposição está convencionalizada a um item específico e não está ao outro, que é o que ocorre no caso das implicaturas convencionais (por exemplo, como

já vimos, se considera que *mas* e *e* são sinônimos, e *mas* tem associada a ele uma ideia de oposição que não está associada a *e*).

Como vimos no Capítulo 1, para que se possa aplicar o teste da não-destacabilidade, é preciso encontrar paráfrases adequadas para as sentenças que contenham uma pressuposição. Sadock (1978) alertou para o fato de que, em sentenças para as quais não conseguimos encontrar uma paráfrase adequada, o teste não pode ser feito.

Para podermos aplicar o teste, então, tentaremos encontrar paráfrases para sentenças que contenham os gatilhos pressuposicionais mais comuns na literatura sobre pressuposições¹⁴. Estamos cientes de que é bastante difícil encontrar sinônimos perfeitos nas línguas, como também observou Sadock. Entretanto, como estamos analisando sentenças, o importante não é que os itens sejam sinônimos em todos os contextos possíveis, mas que sejam sinônimos na sentença em questão, enunciada em um mesmo contexto. Assim, acreditamos que a substituição de um gatilho por um item ou expressão que mantenha seu significado em uma sentença considerada, no mesmo contexto, é suficiente para que possamos aplicar os testes. Um argumento utilizado para invalidar o teste poderia ser o de que, como não encontramos sinônimos perfeitos para a maioria das palavras ou expressões, se a pressuposição não se mantiver ao substituímos um item por outro, sempre será possível dizer que não há evidência de que a inferência seja destacável de um dos itens, pois o motivo da não manutenção da inferência seria o fato de que os dois itens não são sinônimos perfeitos. No entanto, o que mostraremos adiante é que a substituição de um gatilho mesmo por um sinônimo aproximado não muda as possíveis pressuposições da sentença¹⁵. Dessa forma, o argumento principal para que o teste não seja considerado muito bom não se aplica aqui, visto que conseguimos encontrar substitutos para os gatilhos que mantêm o significado básico deles e a pressuposição do enunciado. Assim, os sinônimos que veremos adiante não são sinônimos perfeitos dos gatilhos, mas se prestam aos fins do teste em questão.

Antes de aplicarmos esse teste, lembramos que Simons (2001) identifica não-destacabilidade em verbos de mudança de estado e factivos. A autora argumenta que todos os verbos desse tipo são não-destacáveis. Além disso, ela encontra não-destacabilidade nos iterativos, o que ela considerou um problema, visto que ela havia julgado que esse tipo de

¹⁴ Assim como no teste da cancelabilidade, os exemplos apresentados aqui foram inspirados na lista apresentada por Levinson (2007, p. 226), e seguem a classificação proposta por ele.

¹⁵ Assumimos, neste trabalho, a ideia de que as pressuposições não fazem parte das sentenças, mas, sim, dos enunciados. Dessa forma, não poderíamos afirmar que duas sentenças têm as mesmas pressuposições, visto que somente os enunciados apresentam ou não as pressuposições idealmente ativadas por gatilhos. Por esse motivo, falamos aqui em “possíveis pressuposições da sentença”. Sabemos que, dependendo do contexto, elas podem ou não ser pressuposições efetivas do enunciados. Cabe lembrar também que, o enunciado ocorrendo no mesmo contexto, as pressuposições devem ser as mesmas.

gatilho não é anulável em contextos de ignorância explícita, o que a faria considerá-los como associados a uma pressuposição convencional. Dessa forma, se os iterativos são convencionais por não serem anuláveis em contexto de ignorância explícita, seria contraditório encontrar neles evidências de não-destacabilidade, pois esta é vista como uma característica de inferências conversacionais. No entanto, como vimos na seção que trata da cancelabilidade, é possível encontrar contextos de ignorância explícita que anulam também esse tipo de pressuposição. Dessa forma, os iterativos deixam de representar um problema para esses testes.

Observemos agora alguns exemplos de substituição de tradicionais gatilhos por itens que mantêm o significado da sentença. Começamos com os **verbos factivos**, em (54) e (55).

- (54) (a) O João não **sabe** que a Maria saiu.
 (b) O João não **está ciente de** que a Maria saiu.
 (c) O João não **percebe** que a Maria saiu.
 (d) O João não **compreende** que a Maria saiu.
- (55) (a) Maria não **está feliz por** João ter passado no exame.
 (b) Maria não **está contente por** João ter passado no exame.
 (c) Maria não **está alegre por** João ter passado no exame.
 (d) Maria não **está faceira por** João ter passado no exame.

Apesar de *saber*, *estar ciente de*, *perceber* e *compreender* não serem sinônimos perfeitos, elas parecem equivalentes no sentido relevante, por isso parece possível usar essas equivalências para testar a não-destacabilidade. Assim, ao aplicar o teste nas sentenças em (54), observamos que elas, proferidas no mesmo contexto, parecem poder gerar a mesma pressuposição, a de que a Maria saiu. O mesmo parece ser verdade para as sentenças em (55): se o enunciado de (55a) gerar, em um determinado contexto, a pressuposição de que João passou no exame, então os enunciados das outras sentenças em (55) também dever gerar a mesma pressuposição. O próximo grupo de sentenças analisado contém **verbos implicativos**. Observe (56).

- (56) (a) João não **conseguiu** comer o bolo.
 (b) João não **deu conta de** comer o bolo.
 (c) João não **logrou** comer o bolo.

Podemos imaginar que, se o enunciado de uma das sentenças em (56) gerar a pressuposição de que João tentou comer o bolo, o enunciado de qualquer uma das outras, no mesmo contexto, geraria a mesma pressuposição. Observemos agora dois exemplos de substituição de **verbos aspectuais**.

(57) (a) Maria não **começou** a briga

(b) Maria não **iniciou** a briga

(58) (a) João não **continuou** a briga.

(b) João não **deu seguimento à** briga

(c) João não **persistiu na** briga

(d) João não **estendeu** a briga

Se em um determinado contexto, o enunciado de (57a) gerar a pressuposição de que a briga não vinha acontecendo, então parece natural que o enunciado de (57b) gere essa mesma pressuposição. Da mesma forma, espera-se que o enunciado de qualquer das sentenças em (58), no mesmo contexto, gere a mesma pressuposição. Ou seja, se um deles gerar a pressuposição de que a briga vinha acontecendo, então todos gerarão.

A seguir, apresentamos mais algumas sentenças ditas pressuposicionais, cujos itens tradicionalmente associados a uma determinada pressuposição são substituídos por sinônimos. A cada grupo de paráfrases, segue-se a possível pressuposição associada aos enunciados das sentenças. Como vemos, parece que, sempre que uma sentença de um dos grupos abaixo gerar uma pressuposição, suas paráfrases também a gerarão, se enunciadas em um mesmo contexto.

(Iterativas)

(59) (a) Pedro não caiu **de novo**.

(b) Pedro não caiu **novamente**.

(c) Pedro não caiu **outra vez**.

Possível pressuposição: Pedro havia caído antes.

(60) (a) Pedro não **voltou** ao cargo

(b) Pedro não **retornou** ao cargo

(c) Pedro não **tornou** ao cargo

Possível pressuposição: Pedro esteve no cargo antes.

(Verbo de julgamento)

- (61) (a) Ana não **dedurou** a irmã.
 (b) Ana não **delatou** a irmã.
 (c) Ana não **denunciou** a irmã.
 (d) Ana não **caguetou** a irmã.

Possível pressuposição: A irmã de Ana fez algo que pode ser considerado errado.

A não-destacabilidade já havia sido demonstrada por Simons (2001) a partir de algumas sentenças consideradas pressuposicionais, com verbos de mudança de estado, factivos e iterativos. Além dos exemplos encontrados por Simons, pudemos, nesta seção, observar outros casos com a mesma característica, o que demonstra uma certa generalidade da mesma. Como se pôde ver, em todos os grupos de paráfrases considerados aqui, parece que a pressuposição se manteria se os enunciados de cada grupo fossem proferidos no mesmo contexto. Ou seja, isso é uma indicação bastante forte de que a inferência que se obtém como resultado não decorre de uma marcação convencional, mas da união entre a semântica dos itens lexicais considerados e algum(s) elemento(s) da conversação, como ocorre com as implicaturas conversacionais. Assim, essa seria mais uma evidência no sentido de que pressuposições são inferências conversacionais.

3.2.4. *Calculabilidade*

Como vimos no Capítulo 1 desde trabalho, o fato de não existir alguma formulação teórica que dê conta de descrever os mecanismos envolvidos nos cálculos de uma inferência específica não é evidência de que não há cálculo envolvido na geração desta inferência. De fato, ainda não existem formulações teóricas para o cálculo de grande parte das implicaturas conversacionais, que são reconhecidamente calculáveis. Dessa forma, o que esta seção tentará mostrar é a plausibilidade da suposição de que as pressuposições surgem através de cálculo¹⁶.

¹⁶ Embora fosse possível, diante de alguns trabalhos que já existem, apresentar alguns dos cálculos já formulados para o surgimento de conteúdos pressuposicionais, não é o objetivo deste trabalho avaliar a qualidade de tais soluções. Nosso objetivo é apenas o de verificar a plausibilidade das duas hipóteses explanatórias mais gerais (de que pressuposições são um fenômeno convencional ou de que são um fenômeno conversacional). Além disso, tal

A argumentação seguirá uma linha de raciocínio que pretende indicar que as inferências pressuposicionais de uma série de exemplos só poderiam ser explicadas com base na suposição de que seu surgimento decorre de cálculo conversacional.

Alguns exemplos de pressuposições parecem ser passíveis de descrição apenas com a suposição de que há algum tipo de cálculo envolvido no processo de geração de inferências. Entre esses exemplos, temos as situações em que uma mesma sentença pode ser enunciada em dois contextos diferentes, sendo que, em um deles, ela tem uma pressuposição e, em outro, ela não tem. Pensemos no exemplo já discutido anteriormente em (52), repetido aqui em (62), nos dois contextos descritos abaixo.

(Contexto 1: Dois amigos, João e Paulo, estão em uma reunião de um grupo de ajuda para pessoas que estão tentando parar de fumar. João é fumante, Paulo o está acompanhando, mas nunca fumou, e João sabe que Paulo nunca fumou. Naquele dia, como incentivo para que os participantes do grupo parassem de fumar, alguém da equipe distribuía brindes para as pessoas que tivessem conseguido parar. João, o fumante, pega um brinde e diz a Paulo que também pegue um. Paulo acha errado trapacear e enuncia (62).)

(Contexto 2: Duas amigas, Ana e Maria, se encontram depois de algum tempo sem se ver. Ana percebe que Maria está descontente com algo e pergunta o motivo. Maria responde (62).)

(62) Eu não parei de fumar.

No primeiro contexto, como já vimos ao discutir a anulabilidade contextual, o enunciado de (62) não pressupõe que o falante fumava. Já no contexto 2, o enunciado da mesma sentença pressuporia que o falante fumava. Note que, no contexto 2, mesmo que o conteúdo pressuposto não fizesse parte do contexto, o enunciado da sentença colocaria o conteúdo no contexto. O que vemos a partir desses dois exemplos é que não parece haver uma explicação coerente para a variabilidade da inferência que não seja a de que há um cálculo conversacional que permite que se chegue a duas inferências diferentes a partir do mesmo conteúdo semântico.

O argumento fica mais forte em casos de contexto de ignorância explícita, uma vez que alguém poderia argumentar que, no caso do primeiro contexto apresentado para (62), os dois participantes da interação sabiam que o conteúdo idealmente pressuposto era falso e que, quando isso ocorre, a crença dos falantes é mais forte do que a convenção. Nessa linha de raciocínio, a inferência do contexto 2 seria devida à convenção do item lexical *parar*, e a inferência do contexto 1 seria devida à incompatibilidade da pressuposição de *parar* com as crenças dos falantes. Essa incompatibilidade, no entanto, deveria ser gerada por um mecanismo convencional, visto que se argumentaria que não se trata de cálculo. Entretanto, em contextos de ignorância explícita, não há crença nem na verdade, nem na falsidade da pressuposição, como vimos em (8), repetido aqui em (63).

(Contexto 1: dois amigos estão em um restaurante e notam um casal em outra mesa tendo uma briga séria. Os amigos estão discutindo o que pode ter acontecido, e um diz (63) para o outro.)

(Contexto 2: dois amigos, Pedro e Paulo, estão conversando e veem, ao longe, o irmão de Pedro e sua esposa brigando. Pedro, então, enuncia (63).)

(63) Perhaps she just discovered that he's having an affair. [Talvez ela tenha acabado de descobrir que ele está tendo um caso.]

Como já vimos, se o ouvinte sabe que o falante não conhece o casal (como no contexto 1), o enunciado de (63) não deve gerar a inferência de que o homem de quem se fala está tendo um caso. Por outro lado, no contexto 2, a inferência deve surgir naturalmente. Mais uma vez, parecem ser cálculos conversacionais os responsáveis pelas diferentes inferências de uma mesma sentença. O argumento que poderia ser utilizado para o exemplo em (62) já não pode mais ser utilizado aqui, uma vez que, no contexto em que a pressuposição não surge, não há nenhuma crença dos envolvidos de que o homem de quem se fala não estava tendo um caso. Mesmo assim, porém, a inferência não surge.

Como vimos ao discutir a acomodação, alguém poderia argumentar que a explicitude da ignorância do falante poderia ser uma barreira para o gatilho pressuposicional. Para que esse argumento fosse usado aqui, seria preciso considerar que, além de convenção associada ao gatilho, deve haver convenção associada à explicitude da ignorância. Dessa forma, alguém poderia argumentar que nem nesses casos há cálculo envolvido, pois a manutenção da

pressuposição seria explicada por convenção (o gatilho *descobrir*) e a não manutenção seria explicada pela barreira (convencional) da explicitude da ignorância frente ao gatilho. Como último argumento, então, apresentamos um exemplo de sentença em que, segundo Simons (2001), não há nada que se possa considerar um gatilho e que, mesmo assim, pode dar origem a uma pressuposição em algumas situações e não em outras. Vejamos o seguinte exemplo.

(Contexto 1: dois amigos compraram o mesmo tipo de janela para suas casas. É uma janela com um material específico, que não pode ser lavado com sabão. Um dos amigos chega na casa do outro, vê sua janela em perfeitas condições, e enuncia *Como a tua janela está novinha! A minha já está toda manchada. Como é possível?*. Ao que o amigo responde (64).)

(Contexto 2: Maria chega em casa e vê sua mãe xingando sua irmã, Fernanda. Maria não entende muito bem o motivo e pergunta a Fernanda *Por que a mãe te xingou?*, ao que Fernanda responde (64).)

(64) Eu não lavei a janela com sabão.

Como sustenta Simons, o enunciado de (64) poderia ser comumente considerado como pressuposicional. Quem o enuncia estaria negando a especificação *com sabão*, mas não que a janela tenha sido lavada; é isso que parece acontecer com o enunciado da sentença no contexto 2. Dessa forma, poderia ser interpretado que Fernanda lavou a janela com outro produto. No contexto 1, no entanto, não parece haver a pressuposição de que o falante lavou a janela com algum produto. O enunciado não parece permitir que se infira dele nem que o falante lavou a janela com outro material, nem que ele não lavou a janela.

O exemplo em (64) é importante, porque, para explicar essas diferentes inferências, não parece ser possível o uso dos mesmos argumentos pensados para os outros exemplos aqui considerados: 1) não podemos atribuir a interpretação não pressuposicional a uma crença contraditória dos envolvidos, uma vez que eles não têm uma crença que contradiga a inferência pressuposicional; 2) não podemos atribuir a interpretação não pressuposicional à explicitude da ignorância, porque este não é um caso de ignorância explícita; 3) não podemos dizer, ainda, que a leitura não pressuposicional se deve a qualquer tipo de incoerência entre o contexto e o gatilho pressuposicional, uma vez que não há gatilho pressuposicional; 4) por fim, este exemplo evidencia um caso em que nem a leitura pressuposicional teria uma

explicação convencional, visto que, de acordo com Simons (2001), não há gatilho nenhum que pudesse ser responsável pela pressuposição em questão.

Assim, diante de uma sentença em que não há gatilho e que, em um caso, pressupõe e, em outro, não pressupõe, parece que temos uma situação em que só podemos supor que existem cálculos diferentes responsáveis por cada uma das interpretações: se o significado semântico da sentença é o mesmo nas duas situações e a sentença não tem um gatilho ao qual a pressuposição pudesse ser convencionalmente associada, parece que algum cálculo conseguiu encontrar no contexto elementos que geram a inferência em uma situação, e outro cálculo diferente encontrou outros elementos no contexto que não geram a mesma inferência na outra situação.

A análise dos exemplos apresentados aqui evidencia que a simples mudança de contexto é capaz de alterar as inferências pressuposicionais de uma sentença. Se a mudança de contexto é suficiente pra fazer uma inferência surgir ou não (se o contexto é capaz de ser responsável pela inferência), encontramos aqui uma semelhança muito grande com as implicaturas de relevância, que é a mais reconhecidamente calculável de todas as implicaturas. Reconhecemos que os argumentos apresentados aqui não provam a calculabilidade das inferências pressuposicionais. Assim, eles não podem ser argumentos definitivos. No entanto, parecem indicar que é muito plausível que sejam cálculos conversacionais baseados no significado semântico das sentenças que geram as pressuposições.

3.2.5. Reforçabilidade

O teste da reforçabilidade, como visto no Capítulo 1 deste trabalho, verifica se a explicitação no discurso de uma inferência já gerada é tolerável. Era esperado que conteúdos convencionais não pudessem ser reforçados, porque o reforço geraria redundância nesses casos, o que causaria estranheza. Por outro lado, dado que conteúdos conversacionais não fazem parte da porção convencional de um enunciado, eles deveriam poder ser reforçados sem estranhamento. Vimos, no entanto, que tanto os conteúdos convencionais quanto os conteúdos conversacionais analisados permitiam reforço, o que nos poderia levar a concluir que este não é um teste capaz de diferenciar esses dois tipos de inferência. Vimos também, porém, que o reforço exerce um papel diferente para cada tipo de inferência testada. Repetimos abaixo os exemplos apresentados no Capítulo 1 em (21), (22), (23) e (24),

repetidos aqui, respectivamente, em (65), (66), (67) e (68), a fim de relembrarmos a discussão anterior e acrescentarmos a análise do reforço de conteúdos pressuposicionais.

(65) (Contexto: Dois amigos estão conversando sobre o paradeiro de João, ambos sabem que João tem um carro amarelo e um deles profere o enunciado a seguir.)

- Tem um carro amarelo na frente da casa de Maria; talvez o João esteja lá.

(66) (Contexto: Dois irmãos conversando)

A: - Você comeu os doces que a vovó mandou para nós?

B: - Comi alguns, não todos.

(67) Ele é inglês, mas é legal. Ingleses não costumam ser legais.

(68) Eu não vou sair hoje. Não vou mesmo.

O que vimos é que o reforço de uma implicatura conversacional particularizada, como a exemplificada em (65), parece servir para garantir a compreensão da inferência pretendida. O reforço de implicaturas conversacionais generalizadas (como em (66)), por sua vez, soa como uma denegação, como uma quebra de possível expectativa. Vimos ainda que o reforço de implicatura convencional parece ter efeito de justificativa do uso do item lexical que gera a implicatura (como em (67)). Por fim, o reforço de um conteúdo semântico parece servir para enfatizar a inferência (como em (68)).

Assim, ao analisarmos o papel do reforço das inferências pressuposicionais, estamos buscando identificar se o efeito que ele gera neste caso é semelhante a algum dos efeitos gerados pelo reforço dos outros tipos de inferência. Ao tentar criar enunciados com reforço de pressuposições, no entanto, nos deparamos com uma grande dificuldade de encontrar contextos em que esse reforço não gerasse uma sensação de anomalia¹⁷. Desse modo, não temos certeza de que os exemplos aqui apresentados seriam gerados naturalmente em situações comunicativas reais. Eles nos parecem, no entanto, possíveis. O primeiro exemplo está em (69), precedido do contexto em que ele seria enunciado.

¹⁷ Os exemplos aqui apresentados devem ser interpretados supondo uma prosódia neutra, com exceção daqueles em que se deixa explícito que uma prosódia específica deve ser imaginada. Tentamos, assim, evitar a interferência de certas funções da prosódia que o trabalho não se dedicou a analisar.

(Contexto: Cristina e Andressa estão conversando, e Cristina comenta que foi à uma festa na noite anterior. Andressa pergunta quem estava na festa, e Cristina diz que, entre outras pessoas, Paula e o namorado, João, estavam lá. Andressa comenta que não sabia que Cristina conhecia João, ao que Cristina responde que realmente não o conhecia, que o viu na festa pela primeira vez. Andressa então enuncia (69).)

(69) Faz tempo que não vejo o João. Ele parou de fumar? Ele fumava.

Como já havíamos adiantado, não estamos certos de que o reforço da inferência de que João fumava é aceitável, de que um enunciado como o de (69) seria naturalmente proferido por algum falante. Se o considerarmos um enunciado possível, talvez o efeito do reforço seja parecido com o reforço de implicaturas convencionais, uma espécie de justificativa para o enunciado.

Outro exemplo que talvez seja possível está em (70). Abaixo segue a descrição de seu contexto.

(Contexto: Um casal tenta fazer o filho ajudar nas tarefas de casa. O filho não gosta muito de ajudar e não tem muita experiência nesse tipo de tarefa. A mãe, então, antes de sair, deixa para o filho a tarefa de lavar a janela com sabão. Quando volta para casa, a mulher pergunta ao marido se o filho havia feito o que ela tinha mandado ele fazer, ao que o marido responde (70).)

(70) João não lavou as janelas com sabão, mas ele lavou as janelas.

Neste exemplo, o que o pai poderia estar tentando evitar com o reforço é a possível inferência de que João não havia feito nenhuma parte da tarefa para a qual ele foi designado pela mãe. Nesse caso, então, o reforço parece, assim como o reforço de implicaturas conversacionais particularizadas, um esclarecimento. Uma diferença entre o reforço de implicatura conversacional particularizada e o de pressuposição está em que, por esta ter um caráter mais determinado, o esclarecimento da inferência em um enunciado pressuposicional parece ser o de uma entre duas possibilidades.

Em (71) vemos outra possibilidade de enunciado reforçado, em um contexto como o descrito a seguir.

(Contexto: Três amigos estão conversando sobre Julia e Paula. Um deles diz que as duas lamentam ter feito o curso de Letras. Um dos outros responde *A Julia não lamenta ter feito Letras, porque ela não fez Letras*. O terceiro amigo, então, adiciona (71).)

(71) A Paula não lamenta ter feito Letras, mas ela fez Letras.

Esse enunciado poderia indicar que o terceiro amigo quer evitar que se interprete que o motivo de ela não lamentar é o mesmo de Julia. Neste caso, estamos na dúvida sobre se esse reforço se assemelha mais a um esclarecimento ou a uma denegação, sendo esta última possibilidade identificada como um efeito do reforço de implicaturas conversacionais generalizadas. Se for uma denegação, parece ser, contudo, uma denegação diferente da que ocorre com as implicaturas generalizadas, porque o que vimos no exemplo (71) parece ter o objetivo de esclarecer qual inferência deve ser gerada, ao passo que nas implicaturas generalizadas, essas inferências já estariam garantidas.

Por último, apresentamos o enunciado em (72), precedido do contexto que permitiria seu proferimento.

(Contexto: Existe uma modalidade de luta em que, se um dos lutadores cai três vezes, a luta acaba e o lutador que caiu três vezes é considerado o perdedor. Maria e João conhecem as regras da luta. João está assistindo sozinho à luta desde o seu início e vê que o lutador para quem ele está torcendo, Montanha, cai. Maria começa a assistir à luta alguns momentos depois da queda, sem saber que o lutador havia caído. João sai da sala para ir ao banheiro. Quando ele volta, percebe que a luta estava recomeçando. Ele imagina, então, que algum dos competidores poderia ter caído durante sua ausência e que, se fosse Montanha, isso indicaria que o lutador estaria mais perto da derrota. João, então, pergunta à Maria (72).)

(72) O Montanha caiu de novo? Ele caiu antes.

Aqui, mais uma vez, parece ser o caso de reforço a serviço de um esclarecimento da inferência. João poderia estar querendo garantir que Maria entenderia, a partir do uso da expressão *de novo*, que o lutador havia caído pela primeira vez durante o período em que ele estava assistindo à luta sozinho. Sem esse esclarecimento, Maria poderia supor que ele estaria perguntando se o lutador caiu duas vezes durante o tempo em que esteve no banheiro.

O que esses exemplos nos indicam é que, quando possível, o reforço de pressuposições não parece ter o mesmo efeito em todos os casos. Vimos que o efeito atingido com o reforço de pressuposições, como ocorre com o exemplo de implicatura convencional analisado, em (67), pode ser o de uma justificativa, como no exemplo em (69); vimos que o efeito pode ser semelhante ao das implicaturas particularizadas, e.g. (65): o de esclarecimento ou garantia da inferência, como nos exemplos em (70) e (72); e vimos também um caso em que há dúvidas sobre o efeito do reforço, se ele tem efeito de esclarecimento ou de denegação, este último efeito sendo uma característica das implicaturas generalizadas, e.g. (66); este o caso do exemplo em (71). Esses são, de fato, apenas alguns dos tipos de contexto passíveis de análise. Uma discussão mais aprofundada seria necessária a fim de que houvesse qualquer tentativa de obter resultados definitivos.

O interessante a se considerar em relação a esses casos é que parece haver, em (70), (71) e (72), o reconhecimento por parte do falante de que a inferência não estava garantida (daí a necessidade que sente de reforçá-la), o que é característico de inferências de natureza conversacional. De qualquer forma, parece que o esclarecimento de inferências pressuposicionais diz respeito a um conjunto muito limitado de possibilidades; já o reforço de implicaturas conversacionais particularizadas parece estar selecionando uma inferência entre muitas possíveis. Além disso, o reforço de pressuposição, por algum motivo a ser mais bem compreendido no futuro, não parece ser passível de ser utilizado de forma tão generalizada quanto o de implicaturas conversacionais.

Como exemplificação da dificuldade de se encontrarem contextos para o reforço de pressuposições, seguem os enunciados de (73) a (76).

(73) A Maria não começou a faculdade. Ela não fazia faculdade.

(74) O João sabe que Pedro foi viajar? O Pedro foi viajar.

(75) Ele não parou de fumar. Ele fumava.

(76) Ele continua fugindo da luta? Ele estava fugindo da luta.

Para todos esses enunciados, parece difícil encontrar um contexto que permita reforço sem a sensação de anomalia. Ao tentar criar outros enunciados, percebemos que o reforço só seria aceitável com uma prosódia específica, como os exemplos em (77) e (78).

(77) O João não sabe que a Maria é rica. E ela é RICA.

(78) O João não conseguiu comer o bolo. E ele TENTOU.

Com a prosódia adequada, o reforço em (77) e (78) fica aceitável. No entanto, mesmo não sendo desejável analisar exemplos em que a prosódia interfira, percebemos que, nesses casos, o reforço parece servir para intensificar a inferência. Em (77), dependendo da prosódia, o falante poderia estar tentando provocar a inferência de que Maria é muito rica. Em (78), o falante poderia querer gerar a inferência de que João tentou comer o bolo de forma intensa. Assim, nos dois casos, a inferência não estaria sendo reforçada, mas modificada através de intensificação.

O mesmo tipo de intensificação parece ocorrer com o uso de *mesmo*, item que utilizamos para fazer o reforço de inferências semânticas. Vimos que o uso desse item lexical, com prosódia neutra, pode ser usado simplesmente para o falante indicar que está falando a verdade, que a inferência deve ser aceita. O uso de *mesmo* com as pressuposições, no entanto, não parece ter o mesmo efeito. Inclusive, ele não parece ser possível com a prosódia neutra. Assim, novamente, não haveria somente reforço, mas adição de informação. Como exemplo disso, temos (79) e (80).

(79) Lucas parou de fumar? Ele fumava mesmo.

(80) Jorge descobriu que Fátima o traía, e ela o traía mesmo.

A presença de *mesmo*, nos dois casos, não parece permitir que as sentenças sejam enunciadas com prosódia neutra. Em (79), a única leitura possível parece ser a de que Lucas fumava muito, não a de que o falante quer que o ouvinte acredite na inferência. Em (80), o uso de *mesmo* parece poder indicar apenas que Fátima traía muito o Jorge, não que o falante está demonstrando sinceridade, como nos exemplos com inferência semântica.

A dificuldade de encontrar exemplos em que pressuposições podem ser reforçadas, somada à indicação de que, quando o reforço é possível, ele tem diferentes efeitos, não nos permite chegar a conclusões muito precisas na aplicação do teste da reforçabilidade. Entretanto, essa peculiaridade da pressuposição de se mostrar altamente resistente a reforço (o que resultou em uma grande dificuldade de construir exemplos para alguns tipos de gatilhos e

na impossibilidade de construir exemplos para outros) parece afastá-la dos outros fenômenos, visto que o reforço de implicaturas conversacionais e de implicaturas convencionais parece muito mais fácil, mais livremente produzível. O que os outros testes analisados neste capítulo parecem indicar, no entanto, é que algumas pressuposições apresentam comportamentos típicos de fenômeno conversacional. Se os outros testes estiverem corretos nessa indicação, esse afastamento evidenciado pela dificuldade em reforçar pressuposições levanta uma suspeita de que, mesmo sendo conversacional, a pressuposição não seja uma inferência da mesma categoria das implicaturas conversacionais.

3.3. Considerações finais

Neste capítulo, expusemos algumas das ideias de Simons (2001) que nos foram inspiradoras na busca por uma maior compreensão da natureza das pressuposições. A autora, a partir de dois testes tradicionalmente utilizados para identificar implicaturas conversacionais – cancelabilidade e não-destacabilidade –, procurou mostrar que (pelo menos algumas) pressuposições são um fenômeno conversacional. Além disso, ela reflete sobre outra questão importante para a discussão acerca da natureza das pressuposições: a das pressuposições sem gatilho.

Motivados por esse trabalho, procuramos encontrar mais evidências na direção de identificar a natureza das pressuposições, utilizando os outros testes tradicionalmente empregados na identificação de implicaturas conversacionais, que não foram utilizados por Simons (2001), e ampliando a discussão feita a respeito dos testes já utilizados pela autora.

No teste da não-destacabilidade, vimos que as paráfrases encontradas para sentenças com diferentes tipos de gatilhos carregam as mesmas pressuposições que a sentença original. De acordo com a ideia subjacente a esse teste, então, parece que as inferências pressuposicionais analisadas não surgem de uma convenção, mas a partir da interpretação semântica em interação com elementos da conversação. Esse comportamento aproxima as pressuposições dos fenômenos conversacionais tradicionais.

Na discussão sobre calculabilidade, analisamos sentenças que podem ser interpretadas com ou sem um determinado conteúdo pressuposicional. Argumentamos que esses casos parecem evidenciar que o surgimento dessas pressuposições decorre de algum tipo de cálculo. O argumento mais consistente nessa direção foi a existência de sentenças sem

gatilho aparente que, ainda assim, parecem envolver conteúdos pressupostos. Nesses casos, a existência da inferência e a inexistência de um gatilho nos faz supor a necessidade de algum tipo de cálculo que permita o surgimento da pressuposição, assim como ocorre com as implicaturas conversacionais.

A partir da premissa de que conteúdos convencionais não podem ser cancelados, concluímos, com o teste da cancelabilidade, que pressuposições não devem ser convencionais, uma vez que podemos cancelá-las. O cancelamento pode ser feito da forma mais tradicionalmente conhecida: por meio do acréscimo, posterior ao surgimento da inferência, de alguma informação que indique que a inferência não deve ser mantida, ou por meio de anulação contextual, em que a inferência nem chega a surgir. O argumento mais consistente para se considerar a pressuposição um fenômeno conversacional decorre desse último tipo de cancelamento, pois, como vimos, essas inferências podem simplesmente não surgir, mesmo que não haja nada no enunciado que impeça seu surgimento, apenas o contexto. Esse tipo de cancelamento é bastante importante para a terceira questão discutida nessa seção, que é a acomodação. Como a noção de acomodação está intimamente relacionada à suposição de que pressuposições são um fenômeno convencional, os casos em que a pressuposição não é acomodada no contexto parecem impor ou o abandono da hipótese de que pressuposições tem caráter convencional, ou o enfraquecimento da exigência decorrente desse caráter, o que exigiria uma redefinição do conceito de acomodação. As evidências mais fortes nesta direção vêm dos casos em que nada no enunciado cancela a pressuposição, apenas o próprio contexto no qual ela deveria se acomodar.

Os argumentos apresentados até aqui, se não indicam a natureza conversacional das pressuposições, enfraquecem consideravelmente a hipótese convencional. O teste da reforçabilidade, no entanto, não nos fornece argumentos a favor de nenhuma das duas hipóteses. Ao tentar aplicar esse teste, nos deparamos com a dificuldade de encontrar contextos em que pressuposições pudessem ser reforçadas. Implicaturas convencionais e implicaturas conversacionais, por outro lado, parecem aceitar reforço sem problemas. Esse comportamento levanta a suspeita de que pressuposições, mesmo que sejam consideradas conversacionais, não fazem parte da mesma categoria de fenômenos das implicaturas conversacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou refletir sobre uma questão pouco explorada nos estudos sobre a pressuposição: a natureza desse fenômeno. Embora muito se pesquise sobre a projeção de pressuposições idealmente ativadas por gatilhos pressuposicionais, pouco se discute sobre a forma como surge o conteúdo a ser projetado. Assim, buscamos, neste trabalho, contribuir para a reflexão acerca desse ponto.

Apesar de não haver, na literatura, muita reflexão explícita sobre a natureza das pressuposições, há duas possibilidades que se manifestaram ao longo da história para dar conta de como surgem esses conteúdos. Uma delas é a mais tradicional, que é tomada como certa na maioria dos trabalhos que se dedicam ao problema da projeção: a de que a pressuposição resulta de marcação convencional no sistema linguístico; um exemplo típico disso é a ideia de que certas expressões têm a elas associadas, no léxico, informações pressuposicionais. A outra abordagem possível do surgimento das pressuposições, considerada por um conjunto menos numeroso de autores, é a que considera não haver nada de convencional no surgimento das pressuposições – ou, pelo menos, de boa parte delas. Esses autores tentam explicar o fenômeno com base na ideia de que pressuposições podem resultar de algum tipo de cálculo inferencial conversacional, seguindo o paradigma griceano de análise de inferências.

A partir do reconhecimento da importância dessa discussão, o objetivo deste trabalho foi contribuir, de alguma forma, com ela. Para tanto, optamos por apresentar artigos de dois autores significativos da literatura sobre pressuposições, cada um deles representando uma dessas duas correntes. Por um lado, temos Karttunen, cujo artigo de 1974 acabou por inspirar (com a ideia de satisfação da pressuposição pelo contexto) diversas propostas posteriores de solução para o problema da projeção. Apresentamos, ainda, um artigo preliminar de Karttunen, o de 1973, porque é nesse artigo que se

encontram primeiramente formuladas as noções embrionárias das ideias de Karttunen (1974) que foram herdadas por muitas das soluções de natureza convencional que se seguiram a esta (como a ideia de que existem três tipos de predicados - os filtros, os buracos e os tampões). Assim, optamos por apresentar esses dois trabalhos do autor porque, embora a ideia de pressuposição como satisfação de contexto (presente no artigo de 1974) tenha sido mais central no estudo da pressuposição, o artigo de 1973 apresenta, de forma mais detalhada, noções necessárias para a compreensão do trabalho de 1974, o que os torna, em certa medida, complementares. Em suma, para os fins deste trabalho, é importante ter em mente que, para Karttunen (1973, 1974), como vimos, a pressuposição é um fenômeno convencional, que estabelece exigências convencionais sobre a forma do contexto.

A segunda corrente é representada aqui por Mandy Simons, uma vez que ela parece ser quem mais produziu tentativas de descrição da projeção de pressuposições com base na ideia de que o próprio surgimento dos conteúdos pressuposicionais obedece a uma lógica conversacional, em vez de se fundar em convenções que se projetam. Assim, consideramos importante resenhar criticamente uma das propostas dessa autora neste trabalho. Além disso, Simons tem sua importância por outra razão: além de se dedicar a produzir soluções para esse problema descritivo (o problema da projeção), a autora, em um artigo de 2001, procurou fazer uma reflexão explícita sobre o aspecto explanatório da discussão, chamando à atenção o fato de que, quando submetidas a alguns dos testes tradicionalmente utilizados para diferenciar fenômenos convencionais de fenômenos conversacionais, as pressuposições (que vinham sendo tratadas, predominantemente, como fenômeno convencional) se comportavam como as inferências conversacionais. A autora também encontrou casos (os contextos de ignorância explícita) em que a suposta convencionalidade das pressuposições não era suficiente para gerar acomodação dessas inferências, um fenômeno que está muito conectado à suposição de que as pressuposições têm natureza convencional. Por esses motivos, optamos por escolher Simons, dentre outros conversacionalistas importantes, para compor este trabalho.

Tendo em vista a importância que identificamos na iniciativa de Simons de propor uma discussão da natureza do fenômeno pressuposicional através da submissão das pressuposições a alguns testes clássicos para a identificação da natureza de outros fenômenos pragmáticos, este trabalho considerou relevante fazer uma investigação mais completa do comportamento das pressuposições frente a tais testes. Assim, julgamos

interessante aplicar às pressuposições não só os testes que foram aplicados por Simons (não-destacabilidade e anulabilidade por contexto), mas também outros testes clássicos utilizados para categorizar outros fenômenos pragmáticos. Buscamos, ainda, aplicar esses testes a um número maior de casos, a fim de fazermos uma investigação um pouco mais abrangente. Dessa forma, aplicamos outros dos testes já propostos: não-destacabilidade, cancelabilidade, calculabilidade, indeterminação e reforçabilidade.

Para tanto, em um capítulo preliminar, empreendemos uma reflexão sobre tais testes, para não utilizá-los de forma acrítica. Assim, o capítulo inicial foi necessário para discutir e tentar validar esses testes como ferramentas confiáveis na diferenciação dos tipos de inferências pragmáticas. A partir disso se pôde, então, desenvolver uma seção aplicando os testes a casos conhecidos de pressuposição. Utilizamos sentenças classicamente consideradas pressuposicionais e amplamente estudadas com a finalidade de propor soluções para o problema da projeção. O nosso trabalho, no entanto, utilizou esses exemplos clássicos na perspectiva da testagem, procurando recolher evidências que indicassem a mais plausível das duas hipóteses.

O trabalho pretendeu, então, trazer contribuições para a correta caracterização do fenômeno, ou seja, para identificar qual é o tipo de estratégia mais adequada para a explicação do surgimento das pressuposições, se é uma em que seu surgimento é convencional ou se é aquela em que o surgimento é conversacional. Reconhecemos que, ao longo da história do tratamento do fenômeno, o sucesso descritivo (no que diz respeito à projeção de pressuposições) das abordagens convencionalistas parece superior ao das propostas conversacionalistas (ainda que as abordagens conversacionalista também estejam avançando nesse sentido). Assim, mesmo que, do ponto de vista descritivo da projeção, a maior parte dos modelos de sucesso seja convencionalista, este trabalho tentou abordar a questão do ponto de vista explanatório: avaliar o fenômeno sob o viés de suas propriedades. A partir dos testes aqui analisados e aplicados, então, buscamos contribuir para o tratamento da pressuposição por meio desse viés explanatório.

De acordo com a análise feita neste trabalho, o que se pode concluir é que, pelo menos por esse viés explanatório, proposto através dos testes, parece mais defensável que se considerem, pelo menos, os tipos de pressuposição discutidos como um fenômeno conversacional e não convencional, embora tenhamos ciência de que a discussão ainda não está concluída. A razão que nos levou a essa conclusão preliminar é a de que, de acordo com os testes da calculabilidade, da não-destacabilidade e da

cancelabilidade, pressuposições parecem se comportar como um fenômeno conversacional. O teste da reforçabilidade, por sua vez, pareceu indicar que pressuposições, mesmo que sejam conversacionais, não se comportam, diante da tentativa de reforço, como os fenômenos reconhecidamente conversacionais, mas também não se comportam como os convencionais. Esse último resultado pode sugerir que, mesmo que os estudos avancem na direção de se concluir que pressuposições são realmente conversacionais, a pressuposição é um fenômeno conversacional de natureza distinta dos que já são reconhecidos nessa categoria, como as implicaturas generalizadas e as particularizadas.

Reconhecemos, porém, que, mesmo com essas conclusões preliminares, a questão ainda se encontra bastante indefinida. Encontramos, por exemplo, na literatura corrente, alguns trabalhos cujo objetivo tem sido verificar essa questão por meio de pesquisas empíricas¹, em que se procura, através da aplicação de testes psicolinguísticos, avaliar se os falantes, ao interpretarem pressuposições, fazem essas interpretações apresentando características típicas de processamento de inferência conversacional ou características típicas de processamento convencional. Com este trabalho, então, esperamos ter apresentado elementos que contribuam para esse debate acerca da correta caracterização da natureza do fenômeno pressuposicional.

¹ Uma compilação de artigos que discutem pressuposições com o auxílio da análise de experimentos psicolinguísticos pode ser encontrada em Schwarz (2015).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRUSÁN, M. Predicting the presuppositions of soft triggers. *Linguistics and Philosophy*, v. 34, n. 6, p. 491-535, 2011.
- BACH, K. The myth of conventional implicature. *Linguistics and Philosophy*, v. 22, n. 4, p. 327-366, 1999.
- CHIERCHIA, G., McCONNELL-GINET, S. *Meaning and grammar*. Massachussets: MIT, 1990.
- FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: ALCOFORADO, P. (Org. e Trad.) *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1978[1892]. p. 58-86.
- GAZDAR, G. *Pragmatics: Implicature, presupposition and logical form*. New York: Academic Press, 1979.
- GEURTS, B. *Presuppositions and pronouns*. Amsterdam: Elsevier, 1999.
- GOLDNADEL, M. *Presuposição radicalmente pragmática*. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In: DAVIS, S. (Org.). *Pragmatics: a reader*. Oxford: Oxford University, 1991[1975]. 595 p. p. 305-315
- HEIM, I. *The semantics of definite and indefinite noun phrases*. New York: Garland, 1988.
- HORN, L. *A Natural History of Negation*. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.
- KARTTUNEN, L. Presuppositions of compound sentences. *Linguistic Inquiry*, v. 4, n. 2, p. 169-193, Spring 1973.

- _____. Presupposition and linguistic context. In: DAVIS, S. (Org.). *Pragmatics: a reader*. Oxford: Oxford University Press, 1991[1974]. p. 406-415.
- KARTTUNEN, L.; PETERS, S. Conventional implicature. In: CHOON-KYU, O. H. DINNEEN, D. A. (Ed.). *Syntax and Semantics*. New York: Academic Press, 1979. v. 11: Presupposition. p. 1-56.
- KEMPSON, R. M. *Presupposition and the delimitation of semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- LANGENDOEN, D. T.; SAVIN, H. B. The projection problem for presuppositions. In: FILLMORE, C. J.; LANGENDOEN, T. D. (Ed.). *Studies in linguistics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971. p. 44-52.
- LEVINSON, S. C. *Pragmática*. Tradução Luís C. Borges, Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007[1983].
- MORGAN, J. L. On the Treatment of Presupposition in Transformational Grammar. *Papers from the Fifth Regional Meeting*, Chicago Linguistic Society, p. 167-177, 1969.
- ROMOLI, J. Soft but strong. Neg-raising, soft triggers, and exhaustification. Dissertation on Linguistics, Harvard University, Cambridge, 2012.
- _____. The Presuppositions of Soft Triggers are Obligatory Scalar Implicatures. *Journal of Semantics*, v. 32, n. 2, 2013, p. 173- 219.
- RUSSELL, B. Da denotação. In: LACEY, H. (Sel.). *Coleção Os Pensadores*. Tradução Pablo R. Mariconda, Luiz J. Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1974[1905]. v.42, p. 10-20.
- SAUERLAND, U. Implicated Presuppositions. In: STEUBE, A. (Ed.) *Sentence and Context*. Berlin: de Gruyter, 2008.
- SADOCK, J. M.. On testin for conversational implicature. In: DAVIS, Steven (org) *Pragmatics: a reader*. Oxford: Oxford, 1991[1978], p. 365-376
- SCHWARZ, F. (Ed.). *Experimental Perspectives on Presuppositions*. New York: Springer, 2015.
- SEUREN, P. *Western Linguistics: An Historical Introduction*. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell, 1998.
- SIMONS, M. On the Conversational Basis of Some Presuppositions. In: HASTINGS, R.; JACKSON, B.; ZVOLENSKY, Z. (Ed.). *Proceedings of Semantics and Linguistic Theory XI*. Ithaca, NY: CLC Publications, 2001. p. 431-448.
- _____. Presupposition and relevance. In: SZABO, Z. *Semantics vs. Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 329-355.

- SOAMES, S. How presuppositions are inherited: a solution to the projection problem. In: DAVIS, S. *Pragmatics: a reader*. Oxford: Oxford University Press, 1991[1982], p. 428-470
- STALNAKER, R. C. Pragmatics. In: DAVIDSON, D., HARMAN, G. (Ed.). *Semantics of natural language*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1972. p. 380-397.
- _____. Assertion. In: CHOON-KYU, O. H. DINNEEN, D. A. (Ed.). *Syntax and Semantics*. New York: Academic Press, 1979. v. 9: Pragmatics, p. 315-332.
- _____. Pragmatic presupposition. In: DAVIS, S. (Org.) *Pragmatics: a reader*. Oxford: Oxford University Press, 1991[1974]. p. 471- 481.
- STRAWSON, P. F. Sobre referir. In: SILVA, O. P. A. P. (Sel.). *Coleção Os Pensadores*. Tradução Balthazar Barbosa, Luis Henrique dos Santos, Marcelo G. S. Lima, João P. Monteiro, Andréa M. A. C. Loparié. São Paulo: Abril Cultural. 1975[1950] v.52, p. 261-280.
- TER MEULEN, A. G. B. *Representing Time in Natural Language: The Dynamic Interpretation of Tense and Aspect*. Cambridge: Bradford Books. 1997.
- VAN DER SANDT, R. Presupposition Projection as Anaphora Resolution. *Journal of Semantics*, v. 9, p. 333-377, 1992.